

NELVIO PAULO DUTRA SANTOS

TRENTINOS EM SANTA CATARINA
A EVOLUÇÃO ECONOMICA DE NOVA TRENTO
1875 - 1960

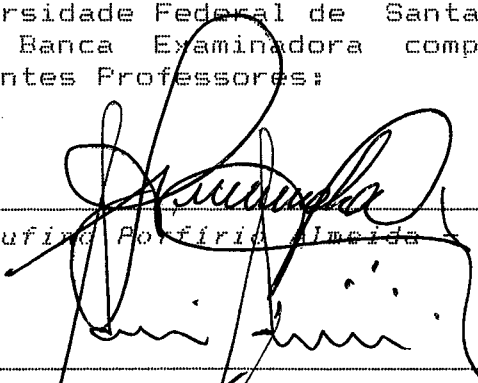
Dissertação aprovada como requisito para a obtenção do Grau de Mestre, no Curso de Pós-Graduação em História, no Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina.

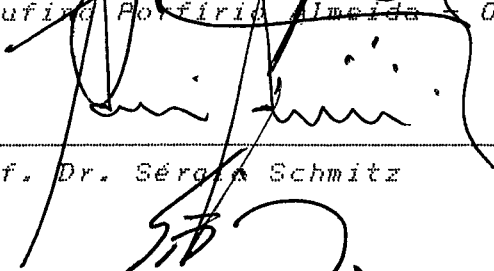
FLORIANOPOLIS, MAIO DE 1993.

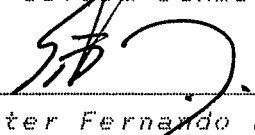
NELVIO PAULO DUTRA SANTOS

TRENTINOS EM SANTA CATARINA
A EVOLUÇÃO ECONOMICA DE NOVA TRENTO
1875 - 1960

Dissertação aprovada como requisito para a obtenção do Grau de Mestre, no Curso de Pós-Graduação em História, no Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina, pela Banca Examinadora composta pelos seguintes Professores:


Prof. Dr. Rufino Porfírio Inácio - Orientador


Prof. Dr. Sérgio Schmitz


Prof. Dr. Walter Fernando Piazza

FLORIANOPOLIS, MAIO DE 1993

Agradecimentos

A minha família, Marlene, Paulo e Marcos, esposa e filhos, a quem este trabalho tirou muitas horas.

SUMARIO

Indice de Mapas, Tabelas e Ilustrações.....	i
Resumo.....	iii
Abstract.....	v
Introdução.....	01

CAPITULO 1 - ASPECTOS ESTRUTURAIS

1.1	O Quadro nacional - 1850-1960.....	07
1.2	O processo político catarinense.....	16
1.3	Evolução da economia catarinense - séc. XVIII-1960.....	26
1.4	A Imigração e a colonização	
1.4.1	Em Santa Catarina.....	36
1.4.2	A Colônia Itajaí-Brusque.....	42
1.5	Evolução de Nova Trento	
1.5.1	História e economia.....	46
1.5.2	Aspectos demográficos.....	60

CAPITULO 2 - A AGRICULTURA

2.1	O meio físico e sua ocupação.....	69
2.2	A propriedade e o meio	
2.2.1	A aquisição e a estrutura da propriedade.	78
2.3	A tradição agrícola do neotrentino	
2.3.1	A cultura e a tradição do imigrante.....	95
2.4	A agricultura trentina.....	98
2.5	Evolução da agricultura neotrentina.....	101

CAPITULO 3 - O COMERCIO

3.1	O sistema de importação-exportação	
3.1.1	A gênese de um sistema.....	120
3.1.2	Evolução do sistema.....	125
3.2	O comerciante neotrentino	
3.2.1	Um início difícil.....	131
3.2.2	O comerciante.....	138
3.2.3	O padre, a Igreja e o comerciante.....	147
3.2.4	A evolução do comércio neotrentino.....	151
3.2.5	Os serviços.....	163

CAPITULO 4 - A INDUSTRIA

4.1	A tradição artesanal.....	165
4.2	Um início precoce.....	166
4.3	A evolução da indústria neotrentina.....	169
4.3.1	A madeira.....	183
4.4	A indústria têxtil	
4.4.1	A fábrica de seda das Irmãs e a sericicultura.....	191
4.4.2	A Fábrica de Tecidos Carlos Renaux S.A..	196
4.5	As vinícolas.....	200
4.6	Outras indústrias.....	205

Conclusão.....	207
----------------	-----

Fontes.....	211
-------------	-----

INDICE DE MAPAS, TABELAS E ILUSTRAÇÕES

Tabela 1.1/Crescimento populacional de Nova Trento - 1900-1960.....	61
Tabela 1.2/Faixas etárias de Nova Trento em 1940.....	65
Mapa N. 1/0 Vale do Rio Tijucas.....	79
Mapa N. 2/0 Município de Nova Trento.....	80
Tabela 2.1/Lotes coloniais de Nova Trento em 1895.....	84
Tabela 2.2/Propriedades rurais de Nova Trento - 1940-1960.....	88
Tabela 2.3/Propriedades rurais por concentração de área - 1940-1960.....	89
Tabela 2.4/Situação legal das propriedades rurais - 1940-1950.....	91
Tabela 2.5/Exploração das terras em Nova Trento - 1940-1950.....	92
Tabela 2.6/Propriedades agrícolas de Nova Trento - 1980.....	94
Tabela 2.7/Máquinas e instrumentos empregados na agricultura neotrentina - 1920-1940....	107
Tabela 2.8/Principais produtos agrícolas de Nova Trento - 1940-1960.....	112
Tabela 2.9/Pessoal ocupado na agricultura - 1940-1960.....	118
Tabela 3.1/Navegação interna da Província - movimento do Porto do Desterro - 1878.....	126
Evolução da empresa Hypolito Boiteux & Cia.	140
Tabela 3.2/Comerciantes neotrentinos em 1935.....	153
Tabela 3.3/Comerciantes neotrentinos em 1938.....	155
Tabela 3.4/Comerciantes neotrentinos em 1941.....	157
Tabela 3.5/Comerciantes neotrentinos em 1946.....	159
Tabela 3.6/Comerciantes de Nova Trento - 1940-1960.....	161
Tabela 4.1/Estabelecimentos industriais e artesanais de Nova Trento em 1910.....	170
Tabela 4.2/Estabelecimentos industriais e artesanais de Nova Trento - 1927.....	172
Tabela 4.3/Produção industrial de Nova Trento em 1937.....	174
Tabela 4.4/Estabelecimentos industriais e artesanais de Nova Trento - 1940.....	175

Tabela 4.5/Estabelecimentos industriais e artesanais de Nova Trento - 1945.....	176
Tabela 4.6/Produção industrial e artesanal de Nova Trento - 1958.....	179
Tabela 4.7/Estabelecimentos industriais e artesanais de Nova Trento - 1960.....	180
Tabela 4.8/Estabelecimentos industriais e artesanais de Nova Trento - 1965.....	181
Tabela 4.9/Serrarias em Nova Trento em 1920.....	185
Tabela 4.10/Serrarias em Nova Trento em 1937.....	187
Tabela 4.11/Produção madeireira em Nova Trento - 1939-1947.....	188
Tabela 4.12/Fábricas de fiação e tecelagem catarinenses em 1907.....	192
Tabela 4.13/Tipos de estabelecimentos têxteis catarinenses em 1937.....	198
Tabela 4.14/Indústrias têxteis em Santa Catarina - 1937.....	199
Tabela 4.15/Produção de vinho em Santa Catarina em 1907.....	202

RESUMO

Em 1875 e anos seguintes, milhares de famílias de etnia italiana, de cidadania austríaca, foram locados no Vale do Rio Tijucas, no Distrito Colonial de Nova Trento, próximo ao litoral da então Província de Santa Catarina. Esta se encontrava em franco progresso, participando de um sistema de trocas com outras províncias e países da região do Rio da Prata, principalmente como fornecedora de alimentos.

Naquele vale, rico em madeiras e de solo pobre e fortemente ondulado, o imigrante italiano, vindo da região do Trento, grupo majoritário num contingente em que participavam o luso-brasileiro, o alemão e o polonês, sofreu com a inadaptação de suas culturas tradicionais ao clima e ao mercado. No comércio formou-se a liderança social, econômica e política da comunidade. Foi o comerciante que fez a ponte entre aquela comunidade e o mundo exterior.

A indústria neotrentina foi ligada, predominantemente, à madeira e à alimentação. As técnicas de transformação ainda estavam no estágio artesanal e, como nessa área vigorou o conservadorismo, isto não foi ultrapassado.

Não foi diferente na agricultura, onde havia uma baixa produtividade e as terras enfraqueciam a cada ano. Os êxodos no campo foram constantes e se acentuaram nas décadas de quarenta e sessenta.

Não obstante a citação constante desses fatos em muitas fontes, se quis, neste trabalho, entender como se deram as relações das variáveis que estão presentes em toda história econômica: o homem, o meio, o mercado, as ideologias, a evolução histórica, social e cultural, a evolução política e as mudanças técnicas.

Para essa análise foi adotada um método que privilegia a perspectiva estrutural, mais adequado para encontrar as respostas às indagações formuladas.

Abstract

In 1875 and in the following years, thousands of italian families with austrian citizenship, were located in the Tijucas River Valley, in Nova Trento colonial district, near the coast of Santa Catarina province. This Province was really in progress, sharing a swapping system with the other provinces and countries of the Rio da Prata region, mainly in food furnishing.

In that valley, rich in woods and with a poor and roughly-ondulated ground, the italian imigrants from Trento, majority group in a contingent in wich participated the brazilian, german and polish, suffered with the unadaptation of their traditional cultures to the wheather and market. The commerce formed the social, economic and political leadership of the community. The merchands made the bridge between that community and the external world and started the industry.

The predominant neotrentine industry was connected to wood and food. The transformation technics were in an manual workmanship stage already, and were not supered, due to the conservadorism.

It wasn't different in the agriculture, where the productivity was low and the ground got poorer each year. The exodus from the fields was constant and got more significant in the forty and sixty decades.

In spite of the constant mention of these facts in many sources, this work tries to understand how occurred the relationship of the variables that are present in the whole economic history: the man, the physical ambient, the market, the ideologies, social and cultural evolution, the political evolution and the technical changes.

For this analysis it was used a method that privileges the structural perspective, adequate for answer the formulated questions.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho objetiva o estudo da evolução histórico-econômica do município catarinense de Nova Trento, situado no Vale do Rio Tijucas, no período de 1875 a 1960.

Nova Trento teve um início promissor. Foi Distrito Colonial da Colônia Brusque, embora pertencente ao Município de Tijucas. Após a superação de crises oriundas do início da colonização, teve períodos de prosperidade, regredindo décadas após, perdendo inclusive parte de sua população, que migrou.

A motivação para esse estudo resultou de pesquisas anteriores, em que se verificou a quase inexistência de trabalhos de natureza histórico-econômica sobre a região. Os que tratam sobre a história do município neotrentino não enfatizam o aspecto econômico e, quando o fazem, o abordam por breves períodos.

Entre as obras que tratam especificamente da história de Nova Trento, citam-se: *Nova Trento*, de Henrique Carlos Boiteux,¹ *Nova Trento*,² de Walter Fernando Piazza,

¹ BOITEUX, Henrique Carlos Boiteux, *Nova Trento*, Rio de Janeiro, s. e., 1929.

² PIAZZA, Walter F., *Nova Trento*, Florianópolis, Imprensa Oficial do Estado, 1950.

Monografia do Município de Nova Trento,³ de Francisco Mazzola, e *Nova Trento outra vez...*,⁴ de Jonas Cadorin. Outras referências à economia neotrentina se encontram em obras diversas sobre a economia catarinense, com informações fragmentárias ou descontínuas sobre o município. Há lacunas temporais e espaciais, pois parte considerável da historiografia econômica catarinense disponível, praticamente, ignora o Vale do Rio Tijucas, onde milhares de imigrantes, oriundos do norte italiano, foram alojados no fim do século XIX.

Os trentinos, etnicamente italianos, mas de cidadania austríaca, quando de sua chegada ao Brasil, eram em sua maioria camponeses, embora muitos tivessem experiência de trabalhos na indústria. Esse grupo étnico formou a maior parte da população do município neotrentino, que recebeu depois de 1890 alguns alemães e poloneses. Elementos luso-brasileiros estavam desde o início presentes, tendo já explorado o litoral e parte do Vale do Tijucas, desde o século XVIII.

Motivado pela posse da terra, o imigrante trentino e sua família mudaram o seu novo ambiente, não só pela implantação de lavouras, mas pelo abate da mata para transformá-la em madeira, um produto de venda fácil. E,

³ MAZZOLA, Francisco, *Monografia do Município de Nova Trento*. Florianópolis, Imprensa Oficial do Estado, 1926.

⁴ CADORIN, Jonas, *Nova Trento outra vez...*, Nova Trento, Prefeitura Municipal de Nova Trento, 1992.

desde o início, a economia e a vida dos colonos seriam marcados por um solo paupérrimo, fortemente ondulado e uma mata riquíssima e variada.

Um destaque do município foi o surgimento de uma indústria precoce, atividade tradicional dos trentinos: a fabricação da seda. Outra cultura tradicional, o vinho,

chegou a ocupar o primeiro lugar em produção no Estado. Mas o clima, o mercado, a pobreza do solo e a atitude conservadora do colono e do empresário que surgiu, levaram à estagnação de algumas atividades.

O comércio teve crescimento notável, dando origem a uma elite local, que governou praticamente todo o período abrangido. Mas perdeu-se, depois de algumas décadas, a iniciativa econômica, que era quase sempre de comerciantes, e aumentou a dependência de centros urbanos próximos. A agricultura de produtos de origem européia foi praticamente esquecida, surgindo uma outra, adaptada ao clima e mercado.

A indústria nasceu fortemente ligada ao comércio e dependia de bons ventos no mercado regional. Foi sempre ligada à madeira e à alimentação. As empresas do ramo eram quase sempre familiares, sendo que apenas uma delas, de origem externa, pode ser considerada de médio porte.

A agricultura tinha baixa produtividade, as casas comerciais aos poucos se diluíram em inúmeros estabelecimentos. A indústria por sua vez não ultrapassou o estágio de pequenos

estabelecimentos familiares. O principal indicador de que esse processo estava em descompasso com a economia regional, eram os contínuos êxodos populacionais, que ainda persistem na atualidade.

Muitas dessas informações já eram conhecidas, mas não estava muito claro de como os fatos e variáveis se interligavam e quais as determinantes do processo, daí o interesse pelo seu estudo.

O primeiro capítulo trata dos aspectos estruturais, a nível nacional e regional, introduzindo Nova Trento no quadro migratório, além de breve relato histórico do período 1875-1960.

O segundo capítulo trata da agricultura neotrentina, o meio físico, a tradição do imigrante, as técnicas, o mercado e sua evolução. O terceiro, aborda a evolução do comércio, o sistema onde se inseria, seus líderes, produtos principais e a formação de um expressivo contingente do setor terciário.

O quarto capítulo trata da indústria, a tradição artesanal, sua gênese, dificuldades, a exploração da madeira, indústria têxtil, a vitivinicultura, o mercado, razões do insucesso industrial, o tipo de empresa predominante, atuação dos empresários e a não-absorção de uma mão-de-obra excedente, oriunda da agricultura.

Tendo em vista a natureza da pesquisa, as fontes, as condições de trabalho e o que se queria demonstrar, optou-se pela abordagem estrutural, com auxílio da técnica da quantificação.

A visão estrutural permitiu entender o lugar ocupado por Nova Trento dentro do sistema de importação-exportação em que estava inserida a economia de Santa Catarina, dependente do centro econômico formado pelo eixo Rio de Janeiro-São Paulo.³

Para a periodização, utilizou-se a adotada por Idaulo José Cunha, o qual acentua o valor e o impacto da industrialização, promovida, principalmente, pelo imigrante e seus descendentes.⁴

³ CEAB/SC: *Evolução histórico-econômica de Santa Catarina; estudo das alterações estruturais (século XVIII-1960)*, Florianópolis: s.e., 1980.

⁴ CUNHA, Idaulo José. *Evolução econômico-industrial de Santa Catarina*. Florianópolis, FCC Edições, 1982.

A quantificação foi utilizada para que se superasse a condição individual dos dados, obtidos em diferentes fontes. Estes, no caso de dados numéricos diretos, foram extraídos quase sempre de documentação oficial. Quando necessário, principalmente na confecção das tabelas, dados nominais oficiais e de outras fontes, foram transformados, quando assim exigido, em dados numéricos.

Para a pesquisa e a interpretação das variáveis extraídas das relações de dados, seguiu-se as orientações metodológicas de Paul de Bruyne o qual aconselha observar-se os fatos à luz de diferentes pólos, como o teórico e o técnico.⁷

Essa pesquisa pretende, pois, contribuir para a compreensão do processo evolutivo de uma comunidade catarinense, que esteve integrada ao sistema de exportação-importação, o qual predominou em Santa Catarina até o fim da Primeira República, em 1930. É a demonstração da importância histórica de um centro agrícola e mercantil, embora este não tenha acompanhado o progresso de outros centros com características semelhantes.

⁷ BRUYNE, Paul et alii. *Dinâmica da pesquisa em Ciências Sociais: os polos da prática metodológica*. São Paulo, Ed. Francisco Alves, 1977.

CAPITULO 1 - ASPECTOS ESTRUTURAIS

1.1 - O QUADRO NACIONAL - 1850-1960

Por volta de 1850, o Império estava consolidado e era a imagem do progresso. A economia, crescente, já dava sinais da falta de mão-de-obra, que era basicamente constituída, segundo Celso Furtado, por cerca de dois milhões de escravos. Com a extinção do tráfico negreiro e a baixíssima taxa de crescimento demográfico do elemento escravo, situada abaixo da de mortalidade, agravou-se o problema, principalmente para a lavoura cafeeira, em franca expansão.¹

O café já era o principal produto brasileiro de exportação desde a década de quarenta e seu preço, estagnado desde 1822, disparou no início da década de cinquenta, graças às grandes transformações no comércio internacional. A população europeia e norte-americana havia aumentado em milhões, a técnica estava sendo aplicada nos meios de comunicação e de transportes, melhorando o padrão de vida do mundo ocidental.

¹ FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1975. p. 117-119

Navios a vapor passaram a visitar o Atlântico Sul, estabelecendo um comércio mais rápido e direto com a Europa Ocidental e Estados Unidos. As distâncias ficavam menores, barateavam os fretes, o volume das trocas aumentou.²

O crescimento da agricultura brasileira era em extensão, consistindo na ampliação do uso da terra disponível, o que exigia sempre mais mão-de-obra. Esta não podia ser fornecida por elementos nacionais, presos num sistema de economia agrícola de subsistência, não disponíveis, portanto, para as necessidades da grande lavoura, e o ex-escravo também não se adequava ao trabalho assalariado.³ Como haviam milhões de europeus dispostos a deixar seus países, em constantes crises econômicas e políticas, a imigração pareceu ser o melhor caminho.⁴

No Brasil, em meados do século XIX, não havia apenas um mercado externo a atender. A inflação que assolou a economia mundial, elevando o custo de vida, principalmente o dos alimentos nas cidades brasileiras, desde 1848, mostrou que havia uma fragilidade na economia. A grande lavoura não proporcionava alimentos básicos suficientes para as crescentes populações urbanas.

² PRADO Júnior, Caio. *História / org.* [da coletânea] Francisco Iglésias. São Paulo, Editora Atica, 1982. p. 142

³ FURTADO, Celso, op. cit., p. 140, afirma que mesmo antes da abolição, em 1888, o número de libertos era expressivo, o que é confirmado por outros autores.

⁴ FURTADO, op. cit., p. 125-128.

A colonização, através da imigração, poderia, pensava-se, evitar ou amenizar essa enorme perda de divisas, e prestar ainda outro serviço: o de reforçar numericamente as populações das províncias que tinham fronteiras com os países platinos.³

Apesar da oposição de grandes proprietários rurais, que pressionavam para ter em suas terras, sob suas ordens, essa mão-de-obra mais qualificada, o estabelecimento de colonos em pequenas propriedades, que praticamente só existiam no litoral catarinense e riograndense, prevaleceu. Seriam criadas leis e regulamentos específicos, além de assinados contratos para transportar e estabelecer milhões de pessoas em nosso país, num processo que continuou mesmo após a mudança de regime, em 1889.⁴

As autoridades esperavam, com a força de trabalho do europeu, produzir alimentos básicos, aumentar a massa populacional, suprir o mercado de mão-de-obra de melhor qualidade, além de ocupar espaços geográficos estratégicos com pouca ou nenhuma população.

³ PETRONE, Maria Thereza Schorer. *O imigrante e a pequena propriedade; (1824-1930)*. Coleção Tudo é história, 2.a ed. São Paulo, Editora Brasiliense, 1984. p. 28.

⁴ PETRONE, Maria Thereza Schorer, op. cit., p. 8.

O imigrante, tinha, também, seus planos e expectativas, além de sua força de trabalho. A América suscitava esperanças e sonhos, que iam desde um pedaço de terra até uma mudança radical de vida. Exemplos disso foram as colônias socialistas, uma com italianos, no Paraná e outra em Santa Catarina, com franceses, ambas de curta duração.⁷

Na década de sessenta a guerra civil americana elevou o preço do algodão do Nordeste. O escravo deixou de vir para o Sul no momento em que os preços do café aumentavam. Mais uma vez sentiu-se a falta de braços, agravada com a guerra do Paraguai, e pelo fato de que alguns países europeus estavam colocando obstáculos à migração para o Brasil, principalmente em razão de como eram tratados aqui muitos de seus cidadãos.⁸

Houve necessidade de estabelecer e garantir direitos e obrigações, de modo mais preciso, sobre a vinda e instalação de colonos no país, e o governo brasileiro elaborou um documento regulamentando a fundação de colônias de estado e a distribuição de terras, pelo Decreto n. 3.748, de 19 de janeiro de 1867.

⁷ CABRAL, Oswaldo Rodrigues, *História de Santa Catarina*. Florianópolis, Sec. De Educação, 1970. p. 197; e PETRONE, Maria Thereza Schorer, op. cit., p. 82-83.

⁸ PETRONE, Maria Thereza Schorer, op. cit., p. 23.

Na década de setenta, ganhou força a campanha abolicionista, e ao lado dela, a imigração. Aperfeiçoou-se a legislação, sendo, em 1874, assinado um contrato entre o Governo Imperial e o empresário Joaquim Caetano Pinto Júnior, para introduzir em dez anos 100.000 imigrantes no sul brasileiro.⁷

Os resultados se fizeram sentir em Santa Catarina, onde algumas colônias foram fundadas, com italianos, nos vales dos rios Itajaí, Tijucas e Tubarão. Mas houve pouco tempo entre a assinatura do Contrato e a vinda maciça de imigrantes, o que causou inúmeros problemas.¹⁰ No fim da década, as autoridades provinciais catarinenses constataram um grande aumento na exportação e importação, reconhecendo que o fato se devia principalmente às colônias.¹¹

A década de oitenta é conhecida como a do início da industrialização, da abolição da escravatura e Proclamação da República. É, também, o tempo em que aparecem a nível nacional, no concreto, as vantagens do trabalho assalariado. Os números apontam que São Paulo, onde já era pequeno o número de escravos e dispunha em maior grau de mão-de-obra assalariada, estava alcançando o total da produção cafeeira

⁷ PIAZZA, Walter F., *Santa Catarina: sua história*. Florianópolis, Ed. da UFSC/Lunardelli, 1983, p. 369.

¹⁰ PIAZZA, Walter F. *Santa Catarina: sua história...*, op. cit., p. 369

¹¹ *Relatório da Alfândega do Desterro de 1878*. Florianópolis, Arquivo Público de Santa Catarina, 1878 (manuscrito); e CUNHA, Idaulo José, *Evolução histórico-econômica...*, op. cit., p. 46.

de Minas Gerais e Rio de Janeiro.¹² Essa arrancada paulista foi importante para o sul brasileiro, que teria novo e crescente mercado para sua agricultura e pecuária.¹³

A abolição, em 1888, causou a ruína de muitas fazendas e outros empreendimentos, inaptos aos novos tempos, em que avultou o "fato mais relevante do fim do século passado na nossa economia: o avanço do trabalho assalariado".¹⁴ No rastro da abolição, veio a República.

A República, através da Constituição de 1891, trouxe a descentralização e o apoio institucional a iniciativas econômicas.¹⁵ Os imigrantes dela se beneficiaram, com a nacionalização, liberdade religiosa, direito do voto dos elementos nacionalizados e uma legislação que permitiu a criação de novas colônias, facilitando a expansão das antigas.¹⁶ Por essas razões, foi bem-vinda pelas lideranças nos Estados em que era expressiva a presença de imigrantes e seus descendentes.¹⁷

¹² CALMON, Pedro. *História do Brasil*. 3.a edição. Rio de Janeiro, José Olimpio Editora, 1970, vol. V, p. 1862.

¹³ São Paulo fazia parte do "centro" da economia brasileira, para onde seguia parte da produção agrícola e maior parte da pecuária catarinense, cf. CEAG, *Evolução histórico-econômico...*, op. cit., p. 96-97.

¹⁴ FURTADO, Celso, op. cit., p.151

¹⁵ PRADO. Jr., Caio, op. cit., p. 142-145

¹⁶ Uma das primeiras medidas do governo republicano, em novembro de 1889, foi a nacionalização dos imigrantes. Diversas leis foram depois elaboradas beneficiando o imigrado e seus descendentes, como a "Lei Glicério", de 28 de junho de 1890, que favoreceu a expansão das antigas colônias.

¹⁷ CUNHA, Idaulo J., op. cit., p. 128.

O início do regime republicano não foi tranquilo, marcado por revoluções e crises políticas, além de grandes problemas econômico-financeiros. Esses, no entanto, teriam mais fácil absorção nos Estados em que predominava a policultura e a pequena propriedade. Durante a maior das revoluções pós-república - a Federalista - ficou patente a disposição de negociantes e industriais, muitos deles europeus ou descendentes, de defender a legalidade republicana.¹⁶

A passagem do século foi marcada por grande crise econômico-financeira, mas após 1906 haveria um período de retomada do progresso, simbolizado em Santa Catarina com a chegada da luz elétrica em algumas cidades¹⁷ e reinício de rodovias que interligavam as diferentes zonas geoeconômicas. Alguns portos foram melhorados e o sistema de comércio de importação-exportação, envolvendo agricultores, comerciantes e empresas estrangeiras e nacionais, se expandiria. Esse quadro se modificaria após a Primeira Guerra Mundial.

A Primeira Guerra Mundial alteraria a política e a economia internacionais, com profundos reflexos no Brasil. Os Estados Unidos, que surgem como a maior potência do mundo ocidental, passaram a ser, também, os maiores compradores

¹⁶ CEAG/SC, *op. cit.*, p. 82

¹⁷ Conforme Recenseamento realizado pela Diretoria Geral de Estatística em 1. de setembro de 1920, eram servidas por energia elétrica as cidades de Blumenau, Joinville, Florianópolis, Campo Alegre, Lages, Mafra, Nova Trento, São Bento do Sul e Urussanga.

do Brasil, inclusive de café. Haveria mudanças no mercado nacional, com o afastamento de compradores e fornecedores tradicionais, como a Alemanha.²⁰

Nos anos vinte as pressões norte-americanas para equilibrar a balança comercial, a eles deficitária, forçaram algumas concessões do governo brasileiro. A relação Brasil-Europa se alteraria.²¹ Houve crises financeiras no início e fim da década de vinte, em que inflação e política deflacionária rígida se alternaram. Uma inquietação política provocaria revoluções, enquanto o governo federal dava ênfase à abertura de estradas e melhoria de portos, visando à integração do mercado nacional.²²

Depois de 1930, com a Revolução, transforma-se a economia e a estrutura política do Brasil. A constituição de 1934 e a de 1937 institucionalizam a centralização, caindo muitas das barreiras interestaduais. O mercado tenderia, inclusive, por ações institucionais, para a nacionalização, o que vai se consolidar na década seguinte.²³

²⁰ VALLA, Victor, *A penetração norte-americana na economia brasileira; 1898-1928: sempre de acordo ou nobre emulação?*, Rio de Janeiro, Ao Livro Técnico/INL, 1978, p. 14

²¹ VALLA: Victor, *op. cit.*, p. 85-98

²² CEAG/SC, *op. cit.*, p. 116-117

²³ CAMARA, Lourival, *Reflexos da guerra na economia catarinense*, Florianópolis, Departamento Estadual de Estatística, 1945, p. 31-35.

Em Santa Catarina, a indústria e a agricultura seriam beneficiadas com a criação de órgãos técnicos e algumas medidas oficiais, embora houvesse, por vezes, prejuízo imediato com a nova legislação que também visava a modernização da produção.²⁴

Após a Segunda Guerra, com o fim do Estado Novo, a queda do ritmo da inflação e uma conjuntura internacional favorável, na qual o café, o principal produto brasileiro de exportação, teve aumento de demanda, prosseguiu a industrialização do país, em ritmo mais acelerado que a agricultura, ao mesmo tempo em que se acelerou a urbanização.

Esse progresso, no período 1945-1960, embora geral, não teve evidentemente as mesmas taxas em todos os estados, pois o país ainda tinha, e tem desníveis regionais.²⁵

Dentro desse contexto, aparecem os resultados em Santa Catarina, tanto políticos como econômicos.

²⁴ CEAG/SC, op. cit., p. 123

²⁵ ABREU, Alcides. "Panorama da economia catarinense", In: *Ensaio sobre a economia Catarinense*. Florianópolis, Edeme, 1970, p. 18-19.

1.2 - O PROCESSO POLITICO CATARINENSE

Santa Catarina, um dos estados da Região Sul do Brasil, é dividido geograficamente pelas serras Geral e do Mar. A leste está o litoral, que se estende por mais de quinhentos quilômetros. Ao oeste, desde a divisa com a República Argentina, fica o planalto, que se liga quase sem obstáculos com os vizinhos estados brasileiros do Paraná e Rio Grande do Sul, ao Norte e ao Sul, respectivamente. Vales e bacias hidrográficas, numerosos, contribuem para a diversidade geográfica.²⁶

Os rios catarinenses, na sua maioria, não são navegáveis, ou o são apenas em pequenos trechos. Alguns vales se mostram favoráveis ao assentamento humano e formam, com o litoral e o planalto, três cenários e etapas distintas de ocupação humana, se for excetuado, no caso, o indígena.²⁷

O litoral foi a primeira região ocupada pelo europeu, surgindo no século XVII as povoações de Nossa Senhora da Graça do Rio de São Francisco, Nossa Senhora do Desterro e Santo Antonio dos Anjos da Laguna. É o que se denomina povoamento vicentista e paulista. No planalto, no caminho principal das tropas de gado, que demandavam do Rio Grande a

²⁶ PELUSO Jr., *O relevo do Estado de Santa Catarina*. Florianópolis, IBGE, 1952. p. 14-26.

²⁷ LAGO, Paulo Fernando, *Santa Catarina: dimensões e perspectivas*. Florianópolis, Editora da UFSC, 1978, p. 149-151.

Sorocaba, os paulistas fundaram no século XVIII a vila de Lages, que passou, em 1820, para a administração catarinense.

O oeste e parte do norte foram as últimas regiões a se incorporarem ao Estado, por causa das disputas territoriais, uma entre Brasil e Argentina, encerrada no fim do século passado, e outra entre nosso Estado e o Paraná, que perdurou até um acordo de limites assinado em 1916.²⁸

A unidade política evoluiu a partir do surgimento das três povoações citadas no século XVII, sendo, por motivos estratégicos, criada a capitania de Santa Catarina, em 1738, com sede na Ilha de Santa Catarina. Esta foi devidamente fortificada, pois havia a disputa entre Portugal e Espanha pelas terras do Prata, e a Ilha, com seu porto e baías abrigadas do vento, eram excelente ponto de apoio para a esquadra portuguesa.

Moradores do Arquipélago dos Açores e da Madeira vieram reforçar o diminuto contingente humano de então, entre 1748 e 1756. Com a Independência, Santa Catarina passou a Província do Império e a vila capital, Desterro, a cidade. Com a República, em 1889, a Província passou a Estado.

²⁸ A questão de limites entre o Brasil e a Argentina foi encerrada em 1895, com a arbitragem do presidente norte-americano Cleveland. Os Estados de Santa Catarina e Paraná disputavam uma área de aproximadamente 48.000 Km², que foi dividida entre ambos, encerrando-se a disputa com o Acordo assinado em 20 de outubro de 1916.

Já no século XVIII havia um sistema de comércio no litoral, liderado por comerciantes da capital, que incluía a importação-exportação.²⁹ Mas o que transformou a província, depois estado, foi, no século XIX, a ocupação dos vales por imigrantes alemães, italianos e outros grupos, inclusive o luso-brasileiro.³⁰ A partir daí se firmou e se manteve por décadas um sistema que unia a colônia, o comerciante e o exportador.³¹

Os líderes empresariais, que comandavam no estado o sistema aludido, tinham, necessariamente, forte atuação política, pois o sistema "import-export" exigia articulação nesse campo. Nas cidades portuárias de São Francisco, Itajaí, Desterro, Laguna, Joinville e em Blumenau, moravam os importadores e exportadores, que muitas vezes eram os próprios pioneiros industriais.

Muitos dos membros dessa elite empresarial eram estrangeiros ou seus descendentes, como Karl Hoepcke e Eduardo Horn, em Florianópolis; Carlos Renaux e João Bauer em Brusque, Ernesto Canac em Joinville, Benjamim Gallotti e João Bayer em Tijucas, Henrique Carlos Boiteux e Hypolito Boiteux, em Nova Trento.³²

²⁹ HUBNER, Laura M. *O comércio na cidade do Desterro no século XIX*. Fpolis, Editora da UFSC, 1981, p. 17.

³⁰ O Censo dos proprietários rurais de 1920, promovido pela Diretoria Estadual de Estatística, aponta muitos nomes luso-brasileiros como donos de terras em Nova Trento, no Vale do Tijucas.

³¹ CEAG/SC., op cit., p. 71-72

³² PIAZZA, Walter F. (org.) no *Dicionário político catarinense*. Florianópolis, Assembléia Legislativa de Santa Catarina, 1985, passim.

A abolição da escravatura, em 1888, pouco veio a alterar na economia ou na sociedade de Santa Catarina, pois o escravo era em número muito pequeno, pela inexistência da grande lavoura. Bem diferentes seriam os resultados com relação a outro evento: a República. Com ela a emergente burguesia comercial catarinense pôde assumir papel mais destacado na vida política, a nível local e regional.

Não é pois surpresa que muitos dos governantes catarinenses pós-República tenham sido de uma linha de pensamento identificada com idéias desenvolvimentistas, como Lauro Muller, Gustavo Richard, Felipe Schmidt, Hercilio Luz e Adolpho Konder. Do mesmo modo, na Constituinte de 1891, muitos dos parlamentares eram pessoas ligadas ao comércio e indústria, como Carlos Renaux, Ernesto Canac e outros. A República foi bem-vinda, não só pela descentralização que proporcionou, mas por ter, também, permitido uma liberdade econômica e um apoio que as elites locais, relativamente recentes, desconheciam.³³

Os relatórios de governadores revelam a preocupação com o desenvolvimento do Estado, o que pode ser comprovado também pelos projetos e até por uma legislação incentivadora e mesmo protecionista.

³³ PRADO JR., Caio, op. cit., p. 144

Os exemplos: em 1899 a Lei Estadual n. 413 autorizava o Executivo a despendar 20 contos para introduzir viticultores no Estado. Dois anos depois, a de n. 511 taxava em 1/4% o capital fornecido a Carlos Renaux para sua indústria de fiação em Brusque. Uma fábrica de seda em Nova Trento foi subsidiada pelo governo do Estado, em 1911, e em 1925 a Lei Estadual n. 1.514 instituiu o imposto de 10 contos ao ano e sujeição à licença policial para quem aliciasse trabalhadores para empresas ou fábricas de outros Estados. Esta última revela mais que uma preocupação, pois mostra que havia a falta de mão-de-obra especializada, apesar de muitos imigrantes e seus descendentes a fornecerem.

Muitas vezes, dependendo de empréstimos externos que o regime republicano permitiu aos estados contrair, levou-se a efeito projetos como a iluminação pública da capital do Estado e uma ponte ligando esta ao Continente. Essas obras foram possíveis graças a empréstimos dos governadores Gustavo Richard, em 1909 e 1911, e Hercílio Luz, em 1922, na Inglaterra e Estados Unidos, respectivamente. Muitos outros projetos ficaram apenas na lei ou na intenção, como o de Felipe Schmidt, em 1915, para mudar a capital do Estado ou alguns projetos de ferrovias e ampliação de portos.³⁴

³⁴ A Lei N. 1.083, assinada pelo Governador Felipe Schmidt, em 2 de outubro de 1915, autorizava a mudança da capital para o interior. Não era uma medida isolada, fazia parte de um plano maior, que incluía a construção de ferrovias e a integração das diversas regiões do Estado, como revela o próprio texto do documento. A ampliação dos portos foi outra preocupação do comércio e governantes catarinenses, pois era por eles que saía a maior parte da exportação do Estado.

Os projetos de interligação das diversas regiões do Estado continuou com o governo de Adolpho Konder, no fim da década de vinte. Konder foi Secretário de Felipe Schmidt em 1914-1918, e apregoava uma política de expansão, através do estímulo das forças produtoras do Estado.³⁵

Algumas cidades, centros regionais de comércio e serviços, além de sedes de indústrias, distanciados pela geografia e formados em diferentes épocas, se transformaram em pólos econômicos e centros de decisão política. Joinville, no planalto norte, Blumenau, no vale do Itajaí-Açu, Laguna e Tubarão, no sul, Florianópolis e Itajaí, no litoral, Brusque, no vale do Itajaí-Mirim, e Lages, no planalto serrano, são os melhores exemplos. Chapecó, no oeste, e Criciúma, no sul, mais tarde vieram a tornar-se também centros regionais importantes.³⁶

Tijucas, cidade localizada no litoral, no vale do rio que leva seu nome, foi um desses centros, até a terceira década desse século, quando sua economia, baseada no comércio de mercadorias que transitavam por seu pequeno porto, oriundas de seu interior e de Nova Trento, refluíu.³⁷

³⁵ Essa posição é patente em documentos oficiais, como o *Relatório do Secretário Adolpho Konder ao governador Felipe Schmidt em 1918*.

³⁶ PELUSO JR. "A evolução urbana de Santa Catarina no período de 1940 a 1970". In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina*, 3.a fase, n. 1, 2. Semestre 1979, p. 128 e 141.

³⁷ PELUSO JR., Vitor A., *O relevo do Estado de Santa Catarina*, p. 22 e "A evolução urbana..." p. 136.

Com a Primeira Grande Guerra a economia catarinense cresceu e inseriu-se no mercado nacional.³⁶ O vale do rio Tijucas, antes disso, mostrava sinais de alguma opulência, traduzida nos projetos governamentais de ligá-lo com o planalto por meio de uma ferrovia e implantação do porto de Porto Belo. A Lei Estadual N. 896, de 28 de agosto de 1911 autorizou a construção de ferrovia ligando Porto Belo ao Núcleo Esteves Júnior, então pertencente a Nova Trento.

Outra Lei, de 31 de agosto de 1913, autorizava, novamente, a construção dessa ferrovia, ampliando sua extensão, pois deveria ligar Porto Belo, Tijucas, Núcleo Esteves Júnior para a "confluência dos rios Chopim e Iguaçu", isto é, do litoral à região contestada entre Santa Catarina e Paraná, no planalto. No mesmo mês foi aprovado um contrato com banqueiros de Paris para a construção da outra ferrovia, interligando Florianópolis a Lages.³⁷ Eram projetos ambiciosos, frutos das idéias de governantes que sentiam a fragmentação geoeconômica do Estado.

Mas Tijucas, juntamente com Nova Trento, já não tinha peso econômico e político para provocar mudanças numa situação que, aos poucos, se evidenciou: Itajaí, mercê da força econômica do vale que tem seu nome e, de sua liderança

³⁶ BOSSLE, Ondina Pereira. *História da industrialização catarinense: das origens à integração no desenvolvimento brasileiro*. Florianópolis, Federação da Indústria de Santa Catarina, 1988, p. 67.

³⁷ O contrato foi aprovado pela Lei estadual N. 269, de 15/11/1925. O inspirador de diversos projetos de ferrovias em Santa Catarina foi o industrial e comerciante brusquense Carlos Renaux, segundo Maria Luiza Renaux Hering in: *A colonização e indústria no Vale do Itajaí: o modelo catarinense de desenvolvimento*. Blumenau, Editora da FURB, 1987, p. 178-179.

política, teve seu porto melhorado, apesar de Porto Belo ser na época considerado de melhor calado. Em 1925, uma Lei federal⁴⁰ autorizou o governo do Estado a construir a ferrovia Itajaí-Blumenau, que deveria ligar o litoral ao alto vale do Itajaí, que por décadas ficou em construção, não sendo concluída.⁴¹

Tijucas e sua vizinha Nova Trento não teriam ferrovia, nem haveria melhoras no porto da primeira. É sintomático que uma lei estadual de 1925⁴² autorizasse a entrega da renda do cais de Itajaí à Prefeitura Municipal e num seu artigo fixasse que a renda do cais de Tijucas deveria seguir para o tesouro estadual.

Mas mesmo com as ligações rodoviárias aceleradas a partir da primeira década desse século, e a inserção no mercado nacional, não se eliminou a divisão geoeconômica do Estado. Na verdade, esse fenômeno não se deve exclusivamente à geografia, mas, principalmente, a um tipo de economia, dependente de centros consumidores maiores, que se impôs.

⁴⁰ Lei Federal N. 1527 de 10 de novembro de 1925.

⁴¹ A ferrovia não atingiu o planalto, pois chegou só até a localidade de Trombudo Central, no Alto Vale do Rio Itajaí. Sua história foi narrada por SOUZA, Sara Regina Silveira em "Notas para a história da Estrada de Ferro Santa Catarina", in: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina*, N. 8, p. 175-208.

⁴² CEAG/SC, op. cit. p. 124-125.

A situação de periferia econômica de Santa Catarina se refletiria na sua participação em fatos políticos, sempre na condição de subalternidade, fosse durante a revolução Federalista, em 1893-95, fossem os que se deram depois da década de vinte e trinta.

Com a Revolução de 1930, o governo de Santa Catarina foi ocupado durante alguns anos por interventores riograndenses. Tem, depois, início o processo centralizador, imposto pela Constituição de 1934, que seria ampliado com a de 1937. Perder-se-ia a autonomia, advindo prejuízos com uma legislação que visava à nacionalização da economia.⁴³

O Decreto n. 5.758, de 11 de junho de 1940, que regulamentou as capitâneas e portos, por exemplo, tornou inviável o funcionamento da maioria dos pequenos portos catarinenses, como o de Tijucas, antigo escoadouro da produção agrícola e madeireira.⁴⁴

Houve, por outro lado, depois de 1934, maior assistência ao produtor agrícola, sendo criados diversos órgãos técnicos, a nível estadual e federal, além do início da formação de uma infra-estrutura rodoviária e portuária.⁴⁵

⁴³ Segundo o CEAG/SC, op. cit., p. 114, a produção industrial do "centro" descartava as indústrias regionais e Santa Catarina teve de ajustar-se a tal processo.

⁴⁴ Na década de 40, o porto de Tijucas estava reduzido a um embarcadouro de pequenas proporções, cf. PELUSO JR. in: *O relevo de Santa Catarina*, op. cit., p. 22

⁴⁵ CEAG/SC, op. cit., p. 114-115

Com o fim do Estado Novo, em 1945, e com a Constituição do ano seguinte, os Estados readquiriram sua autonomia. A economia catarinense começou a mudar sua estrutura, diminuindo a importância da agricultura e aumentando a da indústria e dos serviços. Até 1960, no entanto, não alcançaria os índices nacionais de crescimento econômico, nem melhoraria muito sua posição no cenário nacional.⁴⁶

⁴⁶ ABREU, Alcides, *op. cit.*, p. 19

1.3 - EVOLUÇÃO DA ECONOMIA CATARINENSE - Século XVIII-1960

Capitania desde 1738, Santa Catarina até o início do século XIX compreendia, administrativamente, só a ilha com seu nome e parte do litoral. Teve seu território aumentado em 1820, e 1916. Na primeira data, por determinação real, a vila de Lages passou a seu domínio e, na segunda, houve um Acordo de Limites com o vizinho Paraná, quando se partilhou uma área de terras, tocando ao estado catarinense quase um terço de seu atual território.

Os vales seriam ocupados no século XIX e XX, nos movimentos migratórios em que europeus não-portugueses, seus descendentes e luso-brasileiros, estavam à procura de novas terras e o governo disposto a concedê-las.

No Brasil-Colônia, enquanto a economia do planalto catarinense estava integrada, de modo subalterno, ao ciclo do ouro, abastecendo a região mineira de animais de transporte e de corte, a população litorânea tinha uma economia agrícola de subsistência.

O afastamento da economia catarinense de outras regiões se dava, em parte, pelo papel de natureza político-militar que lhe foi destinado pelas autoridades portuguesas no século XVIII: o apoio à conquista e

manutenção das terras do Prata e extremo sul brasileiro de hoje.⁴⁷ Soma-se a isso, o fato de que a política colonial isolava as capitanias umas das outras.⁴⁸

Por Alvará do rei D. João VI, a vila paulista de Lages, o grande centro da economia pecuarista, passou para o domínio de Santa Catarina, em 1820. Mas as fazendas de gado eram unidades quase auto-suficientes e tinham maior ligação com o Rio Grande do Sul e São Paulo do que com as vilas do litoral, não contribuindo muito aquela medida real para mudar a situação das comunicações.

O planalto onde a população era dispersa e pequena sofreu com as guerras que se travaram no Sul, na primeira metade do século XIX, como a Revolução Farroupilha (1835-45). Esta também afetou a região de Laguna, no litoral sul, contribuindo para desarticular sua economia.⁴⁹

O planalto pecuarista e o litoral agrícola e administrativo tinham, no entanto, algum contato, principalmente pela compra de gado pelas vilas litorâneas de Desterro, São José e São Miguel.⁵⁰ Também no litoral,

⁴⁷ CEAG/SC, *Evolução histórico-econômica...*, op. cit., p. 49

⁴⁸ CEAG/SC, op. cit., p. 51

⁴⁹ Com a Guerra dos Farrapos ou Revolução Farroupilha, a vila de Lages foi invadida duas vezes e Laguna foi tomada pelas forças rebeldes, que instalaram nessa vila litorânea a República Catarinense, em 1839. Com a guerra o comércio ficou quase anulado, além de causar grandes despesas aos governos imperial e provincial, cf. BOITEUX, Henrique, *A república catarinense: notas para sua história*, Rio de Janeiro, Xerox do Brasil S. A., 1985, p. passim.

⁵⁰ CUNHA, Idaulo J., op. cit., p. 09

algumas armações de pesca da baleia foram instaladas a partir da metade do século XVIII. Sua exploração não mudou o panorama geral, extinguindo-se no século seguinte.⁸¹

A população litorânea, em sua maioria, era oriunda do Arquipélago dos Açores e Ilha da Madeira, chegados à nova terra entre 1748 e 1756, vindos para reforçar o pequeno contingente luso-brasileiro que residia, principalmente, nas três povoações já referidas. Uma delas, Desterro, passou a ser a capital da Capitania criada em 1738, tornando-se, graças ao seu porto, situado em uma baía abrigada, no mais importante centro urbano da Província.⁸²

Com o aumento populacional, o litoral tornou-se a região de economia mais ativa e a capital a responsável pela metade da economia da capitania, transformando-se, além de centro administrativo, em centro de comércio e serviços, e recebendo, após a Independência, a categoria de cidade.⁸³

A economia catarinense, até a metade do século XIX, não participava do progresso nacional, pelas desvantagens assinaladas e por não dispor de um produto nobre.⁸⁴ Seu produto principal era a farinha de mandioca, exportada

⁸¹ CUNHA, Idaulo J. op. cit., p. 31-34.

⁸² HUBNER, Laura Machado, op. cit., p. 27-39. CUNHA, Idaulo J., op. cit., p. 24, revela que a capital era responsável por 50% da arrecadação da receita da Província na época enfocada.

⁸³ Com a Independência, as capitais das antigas capitanias passaram, pela legislação do Império, de vilas a cidades.

⁸⁴ CUNHA, Idaulo J., op. cit., p. 18

principalmente para outras províncias e, um eventual aumento de sua venda dependia de fatores externos, como secas no "Norte", o Nordeste brasileiro de hoje.

O gado do planalto dependeu da mineração e depois do café de São Paulo. No litoral, o arroz, o café e o açúcar eram também produzidos, mas a qualidade desses produtos, com exceção do café, não era boa, mesmo para os padrões da época.⁵⁵ Em resumo, até 1850 não se ultrapassou o estágio da economia de subsistência.⁵⁶ A população estava concentrada mais no litoral e as colônias de imigrantes mais antigas, como São Pedro de Alcântara, não tiveram sucesso e as novas, como Blumenau e Joinville estavam apenas se iniciando.⁵⁷

Quase não havia motivações para o litorâneo superar o estágio econômico de subsistência⁵⁸ e apenas um pequeno excesso de contingente humano procurava terras próximas do litoral, dedicando-se à lavoura e a uma atividade que, aos poucos, adquiriu maior importância: a extração da madeira. A maioria dos litorâneos livres estava acomodada em seus minifúndios, não sentindo atração pela disponibilidade de terras mais para o interior inóspito ou habitado pelo índio hostil.

⁵⁵ CUNHA, Idaulo J., *Evolução econômico-industrial...*, p. 24

⁵⁶ CUNHA, Idaulo J., *op. cit.*, p. 18-22

⁵⁷ Blumenau foi fundada em 1850 e Joinville em 1851.

⁵⁸ CUNHA, Idaulo J., *op. cit.*, p. 22-24.

Não obstante, havia um excedente populacional sem terra, para o qual o Presidente da Província, Araujo Brusque, em 1859, destinou terras, criando a Colônia Nacional Angelina, não muito longe do litoral.³⁷

O imigrante ou seu descendente teve quase sempre a posse da terra como motivação, aproveitando as chances de adquiri-la e fazê-la produzir. O período entre 1850 até aproximadamente 1880, graças, principalmente, à ação empreendedora do colonizador, a economia catarinense pôde ser classificada como de agricultura diversificada, com a presença de um artesanato, uma das origens da sua indústria.⁴⁰

Com a imigração e com a administração de governantes, que eram, por vezes, seguidores de idéias progressistas ou mesmo técnicos, Santa Catarina teve condições para corresponder, em parte, à modernização, que foi acentuada entre a República e a Primeira Grande Guerra. As bases para esse desenvolvimento já existiam desde 1880, quando se iniciou a primeira fase do desenvolvimento industrial, que se estendeu até 1914.⁴¹

³⁷ PIAZZA, Walter F., *Santa Catarina: sua história...*, op cit., p. 354

⁴⁰ CUNHA, Idaulo J., op. cit., p. 76.

⁴¹ CUNHA, Idaulo J., op. cit., p. 78-79

O período evolutivo - 1880-1914 - foi marcado pelo sucesso das indústrias têxteis, pelo crescimento da produção e exportação do mate, laticínios e banha.⁶² Mas foi com a Primeira Guerra que se dá a inserção da economia catarinense no mercado nacional, pois houve uma necessária substituição de produtos importados, ampliando-se o mercado com a absorção de produtos elaborados por uma indústria que tinha em parte sua capacidade ociosa.⁶³

O mercado consumidor da totalidade dos produtos catarinenses era mais interno, nacional, e os produtos consumidos eram, em sua maioria, agropecuários e extrativos, não havendo ainda uma diversificação. Das exportações entre 1914-1918, 65,35% do valor era de produtos agropecuários, 22,79% era de extrativos e apenas 11,% era de têxteis. Alguns produtos, como a madeira, de mercado externo, perderia sua posição no período, mas outros produtos, como os têxteis, abririam seu caminho no mercado nacional, substituindo o produto anteriormente importado.⁶⁴

Após 1914, iniciou-se o período classificado como o do desenvolvimento das pequenas e médias empresas catarinenses, o qual se estenderia até 1945.⁶⁵ Novas fábricas têxteis são criadas, outras se consolidam. Aumentou a exploração da madeira, inclusive pela incorporação do território disputado

⁶² CUNHA, Idaulo J., op. cit., p. 76

⁶³ BOSSLE, Ondina P., op. cit., p. 67

⁶⁴ BOSSLE, Ondina P. *História da industrialização catarinense...*, op. cit., p. 56

⁶⁵ CUNHA, Idaulo J., op. cit., p. 122

com o Paraná, coberto de araucárias. Pela mesma razão houve um aumento significativo da massa populacional.⁶⁶ Por impossibilidade de importar o produto durante a Primeira Guerra Mundial, aumentou a exploração de carvão no sul do Estado.⁶⁷

Foi, também, após 1914, que os setores secundário e terciário passam a ter maior peso na formação da renda do Estado, para o que contribuiu o aumento do emprego da energia elétrica na indústria.⁶⁸ Apesar do crescimento industrial, dominava a economia catarinense, a agricultura,⁶⁹ que ocupava a maior parte da força de trabalho.

Nos anos vinte, apesar das crises do início e do fim da década, a economia, principalmente a industrial, continuou crescendo, destacando-se os têxteis. Aparecem estabelecimentos de crédito, de iniciativa governamental e privada.⁷⁰ Os meios de comunicação e de transportes cresceram na década, bem como a venda de terras,

⁶⁶ CUNHA, Idaulo J., atribui à ferrovia São Paulo-Rio Grande o papel de facilitador da penetração em massa de migrantes no oeste catarinense, vindos principalmente do Rio Grande do Sul.

⁶⁷ Não houve sucesso na primeira investida no carvão do sul catarinense, no fim do século XIX, diferentemente do que ocorreu após a Primeira Guerra Mundial, cf. CEAG/SC, op. cit., p. 92.

⁶⁸ CUNHA, Idaulo J., op. cit., 114.

⁶⁹ Só de 1939 em diante é que percebe-se como irreversível o aumento da participação da indústria e dos serviços, em detrimento da agricultura. Cf. IBAGESC/CEBRAE, "A indústria na economia catarinense" in: *Análise da indústria de transformação de Santa Catarina*. Florianópolis, Secretaria do Desenvolvimento Econômico, 1974, p. 14-18.

⁷⁰ Já em 1907 tinha sido fundada pelo Sindicato Agrícola de Blumenau, a primeira instituição de crédito catarinense, destinada a conceder empréstimos a colonos e comerciantes. Outras mais foram fundadas no Vale do Itajaí, seg. HERING, Maria Luiza Renaux, in: *Colonização e indústria no Vale do Itajaí*, pp. 68-69. CUNHA, Idaulo, in: *Evolução econômico-industrial de Santa Catarina*, p. 159, conclui que "O surgimento de instituições financeiras sob a forma de cooperativas, ao final da primeira década deste século, marcou, sem dúvida, o início de uma nova etapa no financiamento à industrialização, embora a timidez e insuficiência das iniciativas."

principalmente com a ocupação do oeste, integrante da área disputada com o Paraná até 1916. Quanto à crise de 1929, teve efeitos amenizados pela policultura, sofrendo, o Estado de Santa Catarina, menos que aqueles que dependiam em maior grau de um só produto, como o café.⁷¹

Após 1930, sobreveio a intervenção do governo da União na economia, procurando-se, entre outras medidas, substituir ou reduzir as importações de bens de consumo. É o tempo da reestruturação da economia, com o objetivo maior de nacionalizar o mercado.⁷²

Com as transformações advindas, fruto da atuação governamental e de eventos como a Segunda Grande Guerra, ganharia a economia do Estado como um todo, mas o sistema importação-exportação, que ainda subsistia no litoral, entrou em crise. Os municípios de economia predominantemente agrícola e os centros de comércio e serviços que dependiam da exportação de produtos primários que não se adaptaram aos novos tempos, declinaram.⁷³

⁷¹ CUNHA, Idaulo J., op. cit., 162

⁷² CEAG/SC, op. cit., p. 114

⁷³ O Decreto federal N. 5.758, de 1.940, disciplinando o comércio por cabotagem, e as exigências para a fabricação e comercialização sobre alguns produtos de origem agrícola, fazem parte de um conjunto de medidas governamentais que causaram a decadência de alguns estabelecimentos rurais em Santa Catarina. Os Boletins do Ministério da Agricultura da época do Estado Novo (1937-1945) fornecem importantes subsídios para o estudo desta época. Outras fontes elucidativas são os trabalhos de PELUSO JR., Victor Antonio, "a evolução urbana de Santa Catarina", in: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina*, 3.ª fase, N. 1, pp. 99-180; e CAMARA, Lourival, *Reflexos da guerra na economia catarinense*, Florianópolis, Departamento Estadual de Geografia e Estatística, 1945, p. 19-63.

Após 1945 a indústria catarinense se diversifica, iniciando a era da substituição da importação de produtos de consumo duráveis, como plásticos e não-metálicos. No oeste tem início a agro-indústria, que se consolidaria nas décadas seguintes.⁷⁴ Mas no geral, o Estado não estava, ainda, acompanhando os índices de crescimento do país como um todo.

Na segunda metade da década de quarenta, Santa Catarina tinha, em relação à economia nacional, uma representatividade de 2,99%. Esse índice caiu para 2,77% em 1950 e 2,63% em 1960. A recuperação se daria na década de sessenta, voltando-se a um índice próximo ao inicial.⁷⁵

O setor primário absorvia mais de 70% da população economicamente ativa, entre 1940 e 1950, atingindo 67,4% em 1960. A renda desse setor passou de 48,1% em 1950 para 42,2 em 1960. No fim da década de sessenta, 1968, o índice seria de 38,26%.⁷⁶ O setor secundário apresentaria índices de 19,8% em 1950 e 26,8% em 1960, envolvendo 10,7% e 12,8% da população economicamente ativa, respectivamente. Menor variação apresentaria o setor terciário, que passou de 32,1% para 31,% nos índices de renda, ocupando 15,9% e 19.9% da população economicamente ativa, nos mesmos períodos.⁷⁷

⁷⁴ BOSSLE, Ondina P. op. cit., p. 137

⁷⁵ ABREU, Alcides, "Panorama da economia catarinense", op. cit., p. 17-20.

⁷⁶ ABREU, Alcides, op. cit., p. 18

⁷⁷ ABREU, Alcides, op. cit., p. 18.

O produto real do Estado de Santa Catarina cresceu, entre 1947 e 1960, a uma taxa de 6,1% ao ano, sendo que entre 1949-59, esse crescimento foi da ordem de 6,5% anuais. Nesse último espaço de tempo o setor primário crescerá à taxa de 4,8%, o secundário, 8,9% e o terciário, 5,8%. Mas esse crescimento não atingiu, no todo, a média nacional, pelo menos na indústria, cuja elasticidade sobre o crescimento da economia, entre 1940-1960, foi de 1,60%. O índice catarinense foi de 1,37%.⁷⁸

Outro aspecto a se considerar, quanto à indústria catarinense, até o início da década de sessenta: mais da metade de sua renda industrial provinha da transformação de produtos agrícolas. Isso revela uma fragilidade, com uma oferta dependente de fatores climatológicos e uma baixa elasticidade em termos de demanda.⁷⁹ O peso da agricultura, ainda grande, é fruto, também, de um processo de ocupação do espaço, onde se impôs a pequena propriedade, o que se perceberá com mais clareza estudando a história econômica de alguns municípios de origem colonial.

⁷⁸ ABREU, Alcides op. cit., p. 19

⁷⁹ ABREU, Alcides, op. cit., p. 19.

1.4 - A IMIGRAÇÃO E A COLONIZAÇÃO

1.4.1 - EM SANTA CATARINA

A necessidade de aumentar a massa populacional, trazendo imigrantes europeus para ocupar as terras disponíveis e promover mudança na economia, foi sentida e manifestada muitas vezes, também, na província de Santa Catarina. Já no tempo do Brasil-Colônia alguns imigrantes chegaram, vindos de Portugal, sendo localizados, em 1810, na enseada das Garoupas, hoje Porto Belo, formando a colônia Nova Ericeira, que não progrediu.^{e0}

No Império, italianos foram introduzidos no Vale do Rio Tijucas, em 1836, quando foi fundada, por iniciativa particular a colônia Nova Itália, sem sucesso.^{e1} Igual destino teve uma colônia com alemães na antiga Armação de Baleias de Piedade, no litoral próximo à capital.

Foi infrutífero o esforço despendido com as colônias localizadas no caminho Desterro-Lages: São Pedro de Alcântara, Santa Isabel, Santa Filomena e outras.^{e2}

^{e0} PIAZZA, Walter F. *Santa Catarina...*, op. cit., p. 240-243

^{e1} *Ibidem*, *ibid.*, p. 252-255

^{e2} PIAZZA, Walter F. *Ibidem*, *ibid.*, p. 265-266

Nesse caminho, cheio de montanhas e outros acidentes geográficos de difícil transposição, uma tênue ligação entre duas regiões e economias diversificadas, dominava o indígena, que, atacando os brancos para defender suas terras, foi uma das causas do insucesso dos empreendimentos.⁸³

Uma colônia militar foi criada a meio caminho para dar maior segurança aos colonos, em 1854, com o nome de Santa Tereza. As colônias militares, e as outras que foram criadas nos caminhos como Desterro-Lages e Rio Grande-Sorocaba, no entanto, tinham uma outra finalidade: guarnecer os caminhos por onde passariam tropas militares em caso de guerra.⁸⁴

Houve, em Santa Catarina, ainda, outro tipo de colonização, executado inteiramente por elementos nacionais, como a Colônia Flor da Silva, no Vale do Rio Tijucas, fundada na primeira metade do século XIX, que foi um dos locais de apoio a uma frente pioneira naquele vale.⁸⁵

Até 1850 a imigração não apresentou resultados satisfatórios, mas com a nova legislação e a paz interna no

⁸³ PIAZZA, Walter F. *Santa Catarina...*, op. cit., p. 346

⁸⁴ PIAZZA, Walter F., *Santa Catarina...*, op. cit., p. 346.

⁸⁵ ROUVER, Vanderlei. *Canelinha do Tijucas Grande*. Canelinha, Prefeitura Municipal de Canelinha, 1988, p. 47- 50. CABRAL, Oswaldo R. in: *História de Santa Catarina*, op. cit., p. 221, diz que a colônia foi fundada em 1843 por iniciativa particular de Manuel Floriano da Silva, nas cabeceiras do Ribeirão do Moura, a 5 léguas de Tijucas. Hoje a área da antiga colônia pertence ao município de Canelinha.

país, ela se acelerou e se aprimorou.⁸⁶ Santa Catarina foi uma das províncias beneficiárias desse movimento, ampliando sua população, ocupando os vales dos rios, dinamizando sua economia.

Com a chegada dos imigrantes, donos de novas técnicas produtivas e hábitos de consumo, modificou-se o panorama geral catarinense, notadamente depois de 1850, quando a economia, baseada numa agricultura de subsistência, foi, aos poucos, sendo substituída pela de agricultura diversificada.⁸⁷

Apesar da melhora geral na política imigratória e colonizatória, houve alguns insucessos, principalmente com relação aos italianos, chegados a partir da década de setenta. Muitos imigrantes deixaram a terra para dirigir-se para outras províncias ou países vizinhos, outros, voltaram para a Europa, mas a maioria, motivada pela posse da terra, pelo sonho de sucesso e outras atrações, ficou e progrediu.

Em Santa Catarina algumas colônias não prosperaram, pelo isolamento ou motivos diversos. Outras, como Brusque, Blumenau e Joinville, cresceram e adquiriram notoriedade pelo seu papel na economia, principalmente na formação de indústrias.

⁸⁶ PIAZZA, Walter F., *Santa Catarina...*, op. cit., p. 332.

⁸⁷ CUNHA, Idaulo J., *Evolução...* op. cit., p. 76

Joinville, no norte, próxima da cidade portuária de São Francisco do Sul, foi fundada em 1850, destacando-se desde o início pelo seu progresso, inclusive industrial. Blumenau, fundada em 1850, no Vale do Rio Itajaí, pelo alemão Bruno Otto Blumenau, é outro exemplo de colonização bem sucedida. A colônia Brusque, situada no Vale do Itajaí-Mirim, afluente do Itajaí-Açu, fundada em 1860, teve, também, rápida progressão.

Essas três colônias foram a base para a expansão de outras, até porque eram sedes de colonização, permitindo ou promovendo o avanço posterior para outras terras. Transformaram-se em centros de serviços, de comércio, e principais embriões da indústria catarinense.

Paralelamente ao fenômeno dessa industrialização, tomou vulto a urbanização, que até a metade do século XIX se restringia aos poucos centros do litoral. Mas não se pode dizer, no caso catarinense, que a relação causa-efeito seja a tradicional, isto é, a primeira promovendo a segunda. É mais lógico, no caso catarinense, dizer o contrário: das necessidades de produtos que não se tinha como adquirir, nasceu a produção, antes artesanal e depois industrial, ou, em outras palavras, a oficina antecedeu a fábrica.

Na década de setenta, quando já havia algum excedente de produção, começam a aparecer na pauta de importação materiais pouco usuais ou conhecidos, como roupas de lã. Eram os imigrantes que sentiam falta de algum conforto material e já dispunham de meios para adquiri-los.⁸⁸

O fato de algumas colônias bem sucedidas serem de população majoritariamente alemã, levou muitas autoridades, funcionários governamentais e mesmo alguns intelectuais a adotarem o senso comum que era esse o grupo étnico o mais conveniente para colonizar a província catarinense. Os problemas surgidos nas colônias com população italiana pareciam corroborar o fato.⁸⁹

A preferência pelos alemães é, além de antiga, resultado também de uma ideologia que não deixava ver-se outros fatos que, na época, passavam despercebidos, como as condições e o lugares em que os italianos foram instalados.

Foi esquecido que os alemães chegados antes de 1850, instalados em regiões inóspitas se dispersaram, e, do mesmo modo, não se avaliou o papel das lideranças e do apoio

⁸⁸ A Alfândega da cidade do Desterro, órgão que fiscalizava a arrecadação de quase toda a Província catarinense na época do Império, no *Relatório de 1878*, revela que a importação de grande número de roupas de lã e outros produtos de até então pouco consumo, se dava pelas compras feitas pelas colônias.

⁸⁹ GROSSELLI, Renzo Maria. *Vencer ou morrer; camponeses trentinos (vênetos e lombardos) nas florestas brasileiras*. Florianópolis, Editora da UFSC, 1987, p. 395. Retoma o assunto à p. 465, afirmando que "a colonização alemã foi intensamente almejada pelas autoridades brasileiras. A colonização italiana, pelo contrário, foi praticamente uma decorrência da crise de desenvolvimento da Itália que se conjugou com a assinatura do Contrato Caetano Pinto".

oficial.[☞]

Em Santa Catarina, os italianos foram quase sempre localizados na periferia das colônias alemãs e longe dos centros consumidores.^{☞1} Fazendo parte da Colônia Brusque, Nova Trento, fundada em 1875, não se enquadra nessa descrição. Sua sede, próxima do litoral, a trinta quilômetros de Brusque e igual distância da cidade portuária de Tijucas, teve rápido crescimento, transformando-se em pequeno centro de comércio e serviços.

Tendo recebido, também, outros grupos étnicos, inclusive luso-brasileiros, Nova Trento teve o trentino como grupo majoritário. Embora ligada à Colônia Brusque, teve por algum tempo uma ligação mais forte com Tijucas, por onde saía a maior parte de sua produção, representada pela madeira e gêneros alimentícios. A relativa proximidade de algumas linhas coloniais, a riqueza vegetal e a existência do rio Tijucas e seus afluentes como meio de transporte, cooperaram para que a história econômica neotrentina seja diferente das outras colônias.

[☞] DALL'ALBA, João Leonir, *Imigração italiana em Santa Catarina: documentário*. Caxias do Sul, Universidade Federal de Caxias do Sul/Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes/Lunardelli, 1983, p. 89-91.

^{☞1} PIAZZA, Walter F., *Santa Catarina...*, op. cit., p. 379

1.4.2 - A COLONIA ITAJAI-BRUSQUE

Na segunda metade do século XIX, em 1860, o Governo Provincial fundou a Colônia Itajai-Brusque, às margens do rio Itajai-Mirim, afluente do Itajai-Açu, com colonos alemães. Teve rápido progresso, tornando-se um centro de troca de mercadorias, de prestação de serviços e sede de indústrias.

Apesar de apenas parte das terras disponíveis junto à colônia serem apropriadas para a agricultura, enorme foi o número de imigrantes que a Colônia Brusque recebeu na década de setenta, em razão do Contrato de Imigração, assinado entre o Governo Imperial e o empresário Joaquim Caetano Pinto Júnior. Nessa expansão, os recém-chegados, em sua maioria italianos, segundo um padrão que se impôs, foram instalados na periferia da colônia-sede, de população majoritariamente alemã. Exceção a esse padrão foi o Distrito Colonial de Nova Trento, no Vale do Rio Tijucas.⁹²

⁹² GROSSELLI, Renzo Maria, op. cit., p. 483

A expansão referida se deu em descompasso e dolorosamente: o Governo Imperial enviou milhares de imigrantes para a Colônia Brusque mas não se cuidou devidamente da estrutura para recebê-los. Isso causou problemas entre a administração colonial e colonos, principalmente com os de origem italiana.⁹³ As terras destinadas aos recém-chegados eram de má qualidade e montanhosas, cobertas por densa floresta virgem. Houve pouco tempo entre a assinatura do contrato conhecido como Caetano Pinto, em 1874, e a chegada de grande número de imigrantes já a partir do ano seguinte.⁹⁴

Embora a direção da colônia desenvolvesse grandes esforços para remediar aquela situação quase caótica, em que não faltaram motins, não foi possível atender muitas das disposições do Decreto Imperial de 19 de janeiro de 1867, normatizador da imigração e da instalação das "colônias de estado."⁹⁵ Bem diferente havia transcorrido o processo na sede da colônia, na década anterior.

Desde seu início houve, em Brusque, na sede colonial, a presença de imigrantes com outra profissão, além da agricultura: alfaiates, tecelões e outras. Isso facilitou o desenvolvimento do artesanato e, posteriormente, da

⁹³ PIAZZA, Walter F., *Santa Catarina...*, op. cit., p. 380

⁹⁴ O Contrato foi assinado em 30 de junho de 1874 e a chegada de milhares de imigrantes iniciou-se já no ano seguinte.

⁹⁵ Assim eram chamadas as colônias de iniciativa governamental, isto é, públicas.

indústria. Já em 1861 se constata a existência de pequenas indústrias, como uma fábrica de vinagre e outra de cerveja.⁴⁶

Em 1874, vésperas da expansão para o Vale do Rio Tijucas, já havia, em Brusque, duas cervejarias, 22 engenhos de farinha, 18 serrarias, 5 fábricas de charutos, 11 moinhos de fubá e 34 engenhos de açúcar.⁴⁷

Em 1876 Brusque tinha 34 fábricas, 9 casas comerciais e muitos artífices. A produção agrícola era exportada pelo porto de Itajaí. Sofreria, como todo o Vale do Itajaí e do Tijucas, uma grande enchente em 1880, e, no ano seguinte seria emancipada, tornando-se município.⁴⁸ O nome já consagrado, Brusque, seria dado em 1890, quando já possuía algumas indústrias de fiação, que se transformariam na marca do município.

A grande colônia, após sua emancipação, daria origem a outros municípios, e seu comércio e indústria influenciaram decisivamente outros centros, firmando-se como centro polarizador de todo o Vale do Rio Itajaí-Mirim e de parte do Vale do Tijucas. Nova Trento sentiria fortemente essa atração, pois já no seu início os comerciantes brusquenses monopolizavam grande parte do comércio da produção agrícola

⁴⁶ O Decreto de 19 de janeiro de 1867 permitia a vinda de 1/5 de imigrantes não-agricultores, o que foi transcrito no contrato com Caetano Pinto Júnior.

⁴⁷ PIAZZA, Walter F., *Santa Catarina...*, op. cit., p. 352

⁴⁸ PELUSO JR., *"A evolução urbana"...* op. cit., 121

e extrativa. A ascensão de comerciantes neotrentinos, ligados a Tijucas, mudaria em parte essa situação, embora sem quebrar a influência brusquense, que, posteriormente, dominou.

Mas Tijucas deixou de ser um centro importante depois da década de vinte, e Nova Trento não conseguiria firmar-se como centro econômico autônomo. O capital e a estrutura comercial e industrial de Brusque esteve sempre presente, fosse na intermediação, feita por vezes por suas filiais, caso de algumas fábricas de banha e serrarias ou mesmo pela instalação da energia elétrica ou uma indústria têxtil, superando Tijucas como catalizadora da economia neotrentina, até os dias de hoje.

1.5 - EVOLUÇÃO DE NOVA TRENTO

1.5.1 - HISTÓRIA E ECONOMIA

Foi numa situação de quase caos, em 1875, que se fundou o Distrito Colonial de Nova Trento, integrante da Colônia Itajaí-Brusque, com imigrantes oriundos do norte da Itália, em sua grande maioria trentinos. Na época, o Trento pertencia ao Império Austro-húngaro e era oficialmente denominado Tirol do Sul. Foi, pois, como tirolezes, cidadãos austríacos, que muitos colonos chegaram ao Brasil, embora étnica e culturalmente italianos.⁹⁹

Das províncias italianas do Vêneto e Lombardia, também situadas no norte italiano, vieram imigrantes, além de alguns alemães e poloneses. Estes dois últimos grupos chegaram mais tarde, já no período republicano. O contingente de luso-brasileiros era expressivo.¹⁰⁰

Os recém-chegados, pela Lei que regulamentava as colônias, de 1867, tinham direito a auxílios e participação em obras, como abertura de estradas, onde recebiam, em ambos

⁹⁹ GROSSELLI, Renzo Maria, *Vencer ou morrer...* op. cit., p. 77.

¹⁰⁰ O Censo de proprietários de 1920, realizado pela Diretoria Estadual de Estatística, aponta muitos nomes luso-brasileiros. PIAZZA, in: *Nova Trento*, Florianópolis, Imprensa Oficial do Estado, 1950, p. 23, informa que alguns deles vieram do Nordeste após a seca da década de setenta do século XIX e que outros, mais numerosos, são originários do planalto catarinense.

os casos, algum dinheiro que era, por vezes, o único que pode-se classificar como renda, pois os produtos agrícolas nos primeiros tempos quase não tinham valor comercial, por falta de quem os comprasse.¹⁰¹

A retirada dos auxílios e outras medidas da administração da Colônia Brusque resultaram revoltas que marcaram o elemento italiano como não apropriado para o papel que o governo lhe destinara, dando-lhe terra e investindo recursos: ocupar a terra e produzir bens para o fortalecimento econômico da nação brasileira.¹⁰²

Algumas linhas do novo distrito colonial, por vezes, identificam a origem de seus primeiros ocupantes. Lombardia, Valsugana, Vigolo ou Vigolani e Trento são exemplos. O distrito experimentou algum progresso já no início, embora isso se desse simultaneamente à saída e fracasso de alguns colonos. Esse progresso chamou a atenção das autoridades e, segundo alguns relatórios de Presidentes da Província, o italiano estava inclusive se integrando mais facilmente que o alemão, ao elemento nacional. Reconheceu-se, também, que

¹⁰¹ GROSSELLI, Renzo Maria, op. cit., p. 360

¹⁰² GROSSELLI, Renzo Maria, op. cit., p. 317, informa que já em 1879, o governo brasileiro, em vista das dificuldades havidas com os imigrantes nas novas colônias, suspendeu a validade da legislação de 1867, restringindo vantagens. Era o primeiro passo para a emancipação das Colônias.

tinha sido prematura a retirada da ajuda oficial, quando foi emancipada a Colônia Brusque, em 1881, com a criação do município desse nome.

Em 1884, pela Lei provincial n. 1074, houve a elevação de Nova Trento a Distrito de Tijucas. Em 1890, já no período republicano, ano da abertura da estrada para Tijucas, comerciantes do lugar solicitaram a criação do município, para o que muitos imigrantes requereram a nacionalização. Em 8 de agosto de 1892, deu-se, finalmente, a emancipação, pela Lei Estadual N. 36. Os líderes desse movimento foram comerciantes locais e a instalação do novo município foi em 26 de dezembro do mesmo ano.¹⁰³

O novo município progrediu, tornando-se sua sede um centro comercial de algum peso, enquanto a agricultura chegava a apresentar algum excedente, vendido em Brusque e Tijucas.¹⁰⁴ Iniciou-se a exploração da madeira e mesmo alguma indústria, como a seda.

Em 1911 Nova Trento tinha dois distritos: o da sede e o de Aliança, criado em 1895. No Censo de 1920 consta, também, o Distrito de Esteves Júnior, que era disputado por Tijucas. Em 1923 Esteves Júnior, bem como a localidade a

¹⁰³ PIAZZA, Walter F. *Nova Trento*. Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado, 1950, p. 25.

¹⁰⁴ GROSSELLI, Renzo Maria, op. cit., p. 483-485

este, próxima de Pinheiral, passam para Tijucas. Dez anos mais tarde, o município era formado pelos Distritos da sede, Aliança e Vargedo. Este último, criado em 1931 com o nome de João Pessoa, situado na parte mais alta da estreita calha do rio do Braço, o mais extenso afluente do rio Tijucas. Vargedo era o distrito mais distante da sede, 111 quilômetros. Aliança teve o nome mudado para Nova Aliança e depois para Claraíba. Por decreto de 1943, foi criado o Distrito de Aguti, que teve, inicialmente, o nome de Cotia, desmembrado do da sede. Pelo desmembramento do distrito de Vargedo, em 1962, foi criado o município de Leoberto Leal.

Embora suas terras fossem na maioria de péssima qualidade e acidentadas, o território de Nova Trento era rico em madeiras e em quedas d'água e sua sede bem localizada. Distanto cerca de trinta quilômetros de Brusque e a igual distância de Tijucas, centros comerciais e de serviços mais próximos, foi motivo de disputa entre ambas, principalmente quando se planejou uma estrada ligando a sede do distrito colonial com essa última.¹⁰⁵

O trentino, bem como os demais grupos de migrantes, inclusive os nacionais, além da lavoura, se dedicaram à exploração de uma antiga e, na época, rendosa atividade que antecedeu fundação da colônia que ainda permanece na

¹⁰⁵ GROSSELLI, Renzo Maria, op. cit., p. 485

atualidade: a extração da madeira. Na agricultura, três fenômenos relativos à terra a influenciariam: sua disponibilidade, o mau uso do solo, por técnicas agrícolas primitivas, e a sua baixa qualidade e grande declividade.

As culturas iniciais foram praticamente as mesmas que o município explora na atualidade: milho, mandioca e aipim, arroz, cana e café. Só esta última é cultura não temporária, embora o tipo de solo e de terreno aconselhassem que culturas permanentes sejam mais indicadas.¹⁰⁶ Mas isso se explica em razão da economia de subsistência, que inicialmente se impôs, pelo clima, diferente da terra de origem, do mercado e pelo conservadorismo do agricultor. A disponibilidade de terras, a preços e condições acessíveis, não incentivava melhor tratamento do solo, mal utilizado. Já na passagem do século muitos deixaram suas propriedades e se dirigiam para outros municípios ou para fora do Estado em busca de melhores terras.¹⁰⁷

O comércio, a indústria nascente e as ações políticas tiveram em Nova Trento uma liderança definida: os comerciantes. Já em 1876, um ano após sua fundação,

¹⁰⁶ São muitas as fontes que se referem à má qualidade do solo do município de Nova Trento. Segundo a Universidade Federal de Santa Maria/Secretaria da Agricultura de Santa Catarina in: *Levantamento de reconhecimento dos solos do Estado de Santa Catarina*, Florianópolis, 1973, o solo e o terreno do município neotrentinos são inapropriados para a lavoura temporária. O clima, por sua vez, é muito diferente daquele do norte italiano, prejudicando a lavoura permanente tradicional, como a vinha.

¹⁰⁷ PELUSO JR., *A evolução urbana...* op. cit., p. 136-137.

instalou-se na sede Henrique Carlos Boiteux, erigindo uma casa comercial na confluência dos rios Alferes e do Braço. Boiteux era comerciante em Tijuca e o tinha sido na capital, Desterro.

Boiteux, logo, não estava só, pois alguns imigrantes, atingindo a condição de comerciantes, logo estavam exercendo papel de expressão no novel distrito, como Francisco Valle, Francisco Gotardo, dentre outros. Inicialmente, tiveram que travar uma disputa com Brusque, centro de trocas com uma estrutura comercial mais antiga e interligada ao sistema de importação-exportação, então dominante na Província. Na década de noventa, após o estreitamento de uma maior articulação com Tijuca e Desterro, sem que se quebrasse totalmente a influência de Brusque, tornaram-se, os negociantes uma verdadeira elite, no que rivalizavam com os padres jesuítas, presentes desde o início em Nova Trento, e possuidores de forte influência junto à população.¹⁰⁸

Foram os comerciantes que se bateram pela abertura de estradas, quando não os próprios contratantes delas. Foram os responsáveis pela emancipação política do município e os primeiros a tentar implantar alguma indústria. Eram os intermediários entre o colono, produtor de bens primários

¹⁰⁸ GROSSELLI, Renzo Maria, op. cit. p. 490

e os exportadores. O comerciante local estava ligado a Tijuca ou Brusque e estas, a outros centros maiores. Eram partes de um sistema que se manteria até a quarta década de nosso século, até esgotar-se, por força das mudanças na economia regional e nacional.¹⁰⁹

O comerciante neotrentino tentou realizar um antigo sonho de administradores e negociantes: abrir uma estrada ligando o litoral ou o Vale do Tijuca com o planalto, seguindo as nascentes dos rios Tijuca ou do Itajaí-Mirim. As vantagens eram evidentes: a principal seria a expansão do comércio, e Boiteux e outros investiram recursos nesse projeto.¹¹⁰

No Núcleo Colonial Esteves Júnior, criado pelo Ministério da Agricultura, em 1912, também houve investimento da Prefeitura e do comércio neotrentinos.¹¹¹

No setor industrial, em 1886, Nova Trento já exportava vinho e eram feitas experiências com a criação do bicho-da-seda. Ambas as atividades tiveram início promissor e, por causas diversas, não se desenvolveram. A seda

¹⁰⁹ PELUSO JR., *A evolução urbana...*, op cit., p. 137

¹¹⁰ BOITEUX, Henrique Carlos, *Nova Trento*. Rio de Janeiro, s. ed., 1929, p. XVI.

¹¹¹ Esteves Júnior passou em 1923 a integrar o município de Tijuca, sob os protestos das lideranças neotrentinas. Foi o governo municipal e o comércio de Nova Trento quem despendeu dinheiro para a manutenção de estradas e outras benfeitorias em Esteves Júnior, segundo PIAZZA, Walter F. "Nova Trento" in: *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros* (IBGE) p. 257.

neotrentina foi, inclusive, premiada na exposição de Paris em 1889.¹¹² O município chegou a ser o principal produtor catarinense de vinho no início do século¹¹³ e foi dos primeiros a possuir energia elétrica.¹¹⁴

A extração da madeira, atividade, explorada quase sempre por agricultores e comerciantes como atividade complementar, e algumas indústrias, como a têxtil, instalada em 1932, além de algumas fecularias, ocupavam parte da população economicamente ativa e, por certo, evitaram parte do êxodo populacional que mais de uma vez ocorreu.

O progresso neotrentino, mesmo com a saída de massa de muitos colonos, prosseguiu depois do início do século, quando algumas terras ocupadas já davam sinal de esgotamento. A disponibilidade de terras a baixos preços e prazos longos em outras partes do estado, principalmente no Vale do Itajaí, atuou como fator de atração.¹¹⁵

¹¹² GROSSELLI, Renzo Maria, op. cit., p. 487.

¹¹³ Cf. Cadastro do Centro Industrial do Brasil de 1907.

¹¹⁴ A instalação da energia elétrica em Nova Trento se deu em 1919.

¹¹⁵ PELUSO JR., "Colonização", in: *Guia do Estado de Santa Catarina de 1941*, p. 177-178, informa sobre o grande movimento das antigas colônias do sul e litoral para as terras do Alto Itajaí, vendidas por baixos preços. O mesmo pesquisador in: "A evolução urbana de Santa Catarina", refere-se à ida de muitas famílias de neotrentinos para a região citada.

Houve, na época, uma grande crise na agricultura, sem mercado para seus produtos, mas isso se devia a uma crise geral no país, que durou pelo menos até 1906. O estado foi duramente atingido, sendo grandemente prejudicada a indústria e a lavoura.¹¹⁶

Nova Trento, em 1907, tinha 7 das 11 fábricas de vinho catarinenses, além de uma de vinho de frutas, uma cervejaria e uma fábrica de seda.¹¹⁷

A fábrica de fiação e tecelagem de seda pertencia às freiras da Imaculada Conceição, com capital de dez contos de réis (Rs 10:000\$000), que, manualmente, fabricavam meias e peças de seda, empregando 9 pessoas e produzindo no ano 3.000 metros de tecidos de seda e 108 dúzias de pares de meias. As mesmas religiosas tinham, na época, uma fábrica de vinho. A produção da fábrica das Irmãs era pequena, se comparada com as fábricas de tecidos e roupas de algodão, situadas em Joinville, Blumenau, Brusque e outras cidades.¹¹⁸

¹¹⁶ Relatório do Governador Felipe Schmidt, 1902.

¹¹⁷ Cadastro do Centro Industrial do Brasil, 1907

¹¹⁸ O Cadastro do Centro Industrial do Brasil, realizado em 1907, mostra as disparidades de produção, capital e pessoal empregado entre as fábricas de têxteis de Brusque, Joinville, Blumenau e de Nova Trento. Em todas as categorias citadas, era visível a desvantagem desta última.

Segundo o "Almanach de Santa Catharina para o ano de 1910", Nova Trento tinha, no mesmo período, também, duas fábricas de cadeiras, uma de louça, 10 olarias, 17 serrarias, 84 engenhos de açúcar, 54 alambiques, 194 engenhos de mandioca, 11 atafonas, uma fábrica de velas. Outra informação do "Almanach" é que a terra era pouco fértil.¹¹⁹

Em 1919 foi instalada a primeira usina elétrica no município, aproveitando-se a queda d'água do ribeirão Alferes, na sede municipal. A iniciativa foi do empresário João Bauer, de Brusque, que também tinha negócios em Nova Trento. A cidade estava, assim, entre as primeiras a dispor de eletricidade no Estado, mas isso não representou uma arrancada para a industrialização.

Foi pelos menos razoável o crescimento entre 1920 e 1940. Houve substancial aumento na área agrícola plantada, embora o investimento em equipamentos e técnicas fosse praticamente nulo no período, havendo mesmo a ausência do simples arado em muitas propriedades, principalmente na parte mais íngreme do município, no Distrito de Vargedo.¹²⁰

¹¹⁹ M. Schumann, in: *Almanach de Santa Catarina para o ano de 1910*, p. 187-192.

¹²⁰ A *Revista do Serviço de Informações* N. 36, do Departamento Estadual de Estatística, de 1941, p. 8, informa que no Distrito de Vargedo "não se usa o arado nem adubos, utilizam-se as queimadas". O número de arados no município sempre foi diminuto, como se verá no capítulo seguinte.

Em 1932 foi instalada uma indústria têxtil, filial da Fábrica de Tecidos Carlos Renaux S/A., de Brusque, e a Segunda Guerra Mundial proporcionou o desenvolvimento de algumas atividades como a extração do óleo de sassafrás e as fecularias. Foi, ainda, a Guerra a responsável por uma época áurea para a madeira¹²¹ e coincidiu com a constante alta dos preços nos gêneros alimentícios, notadamente a banha.

Com o Estado Novo - 1937-1945 - foram tomadas pelo governo federal medidas que, por vezes, prejudicavam a economia local, como no caso das "Comissões de Abastecimento", e da atuação do Instituto do Açúcar e do Alcool com respeito aos canaviais, engenhos e vinícolas.¹²² Ao mesmo tempo, houve maior assistência técnica, inclusive para a produção da seda, sendo criada uma cooperativa sericícola, com o apoio da Prefeitura.¹²³ Mas, embora a cidade tenha até sido considerada, na década de 40, como centro de serviços e classificada como industrial, graças à sua indústria têxtil e algumas fecularias, o município perdeu, novamente, muitos habitantes, que saíram em busca de melhores terras ou oportunidades.¹²⁴

¹²¹ Cf. CAMARA, Lourival, in: *Reflexos da Guerra na economia catarinense*, op. cit., p. 17-34, informa que o Estado de Santa Catarina atraiu milhares de trabalhadores de outras regiões brasileiras, mão-de-obra necessária para explorar a madeira, o carvão e outras atividades que exigiram aumento de produção para suprir um mercado que se expandia por causa da Segunda Guerra.

¹²² PELUSO JR., *A evolução urbana...*, op. cit., p. 136-137

¹²³ PIAZZA, Walter F. *Nova Trento*, op. cit., p. 59

¹²⁴ PELUSO JR., *A evolução urbana...*, op. cit., p. 137.

Transformações ocorreram no comércio, que se diluiu em inúmeros estabelecimentos pequenos, ao tempo que as tradicionais casas desapareciam.¹²⁵ As inibições governamentais, que chegaram a fechar engenhos, destruir canaviais e tornar de imediato quase impossível uma adaptação às novas exigências legais para as cantinas de vinho, não explicam inteiramente o insucesso da economia neotrentina naquela época, pois houve compensações. Era o tempo que os preços dos gêneros alimentícios estavam em alta, principalmente a banha, que teve aumento de produção na época, através da implantação de algumas fábricas no município, resultando no aumento da criação de suínos.¹²⁶ A madeira adquiriu, também, preços altamente compensadores.

Mudanças na estrutura econômica nacional, com reflexos no Estado, somando-se às causas endógenas, como o contínuo aumento vegetativo da população causaram transformações nas microeconomias. Mudaram os sistemas de transportes, com o advento do caminhão, e o aprimoramento das técnicas de produção se impôs. Nova Trento não acompanharia o ritmo dessas mudanças, pois sua agricultura, o setor que mais

¹²⁵ Os Censos Demográficos de 1940 e 1950 mostram que a população neotrentina praticamente não cresceu naquela década, embora fosse alto o índice de natalidade. PIAZZA, Walter F. in: *Nova Trento*, p. 50-51, informa que nasceram 3.380 pessoas entre 1938 e 1948, ocorrendo 356 óbitos no mesmo período. Diversas outras fontes apontam para uma saída em massa, o que se acelerou na década seguinte, quando a população decresceu.

¹²⁶ O Censo Agrícola de 1940 mostra que era alto o número de criadores de suínos, que aumentavam em número. Diversas fábricas de banha surgiram no período, inclusive como filiais de casas de comércio de Brusque e Tijucas.

empregava sua população, não se desligou das técnicas primitivas e pouco produtivas, o que, aliado a um solo infértil, erodível e montanhoso, trabalhado em pequenas glebas por famílias não pequenas, não poderia apresentar outros resultados, a médio e longo prazos, que não o esgotamento, embora a curto prazo, na década seguinte, houvesse uma pequena reação.

Na década de cinquenta, o pessoal ocupado na lavoura, bem como a área plantada e o número de propriedades agrícolas, aumentaria. Houve também maior investimento em equipamentos agrários. O setor industrial tenderia à estabilizar-se e o comércio, por força das mudanças externas, praticamente encerraria a fase dos grandes comerciantes ligados à exportação de bens primários.

O Censo Comercial de 1950 mostrou uma tendência já visível em 1940: aumentou o número de comerciantes, mas o capital registrado de cada um era diminuto, bem como era pequeno o número de pessoas empregadas. Muitos desses estabelecimentos eram, como nas outras colônias, uma segunda atividade do agricultor e sua família. O mesmo acontecia com relação às serrarias.¹²⁷

¹²⁷ Muitos estabelecimentos sequer constavam nos cadastros e inquéritos industriais, por terem menos de cinco operários. E o caso do Cadastro Industrial de 1960, realizado pelo IBGE, que não computou os pequenos estabelecimentos industriais que empregavam menos de cinco pessoas. Aqui foi necessário muitas vezes deixar de lado os números oficiais e procurar dados nominais, em outras fontes.

Na década de sessenta observa-se pouca mudança na estrutura econômica neotrentina. A maior fábrica da cidade, têxtil, cerrou suas portas, provocando o desemprego. Apenas na agricultura observa-se uma pequena reação, traduzida em maiores investimentos em equipamentos, o que sugere maior valorização da técnica e da produtividade, embora continuasse a aumentar o número de pessoas empregadas no campo. A população total, no entanto, teria crescimento muito abaixo da média catarinense, demonstração de que não houve um crescimento econômico capaz de absorver o contingente da força de trabalho neotrentina, que aumentava a cada ano.

Mesmo com a emancipação do distrito mais meridional e montanhoso, Vargedo, não mudou o panorama geral. Parte da população rural, sempre crescente, continuou a deixar o campo, mesmo com o aumento contínuo da área plantada e do número de propriedades. No fim da década, iniciar-se-ia a diminuição da população global, reflexo de uma economia que deixou de crescer, embora a sede municipal aumentasse um pouco seu escasso contingente.

1.5.2 - ASPECTOS DEMOGRAFICOS

Há necessidade, em qualquer sociedade, de se garantir a continuidade dos meios de vida dos grupos que a formam, inclusive dos que ainda não são economicamente ativos, isto é, aqueles que nos primeiros tempos de sua vida pouco ou nada produzem.¹²⁸

A variação dos índices de crescimento populacional está, pois, relacionada aos recursos naturais do espaço que uma sociedade ocupa, e ao seu desenvolvimento material, pois essa população pode ter pouco recurso natural e por troca de bens, de serviços ou de outra forma qualquer, adquirir de outrem o que precisa para satisfazer suas necessidades.

A Tabela 1.1 mostra a evolução da população neotrentina, entre 1900-1960, comparativamente ao Estado.

¹²⁸ No Brasil, segundo o IBGE, considera-se população economicamente ativa, inclusive nos Censos pesquisados, as pessoas maiores de dez anos. Foi esse o critério aqui adotado.

TABELA 1.1

CRESCIMENTO POPULACIONAL DE NOVA TRENTO
1900-1960

(1900 = índice 100)

ANO	STA. CATARINA		NOVA TRENTO		
	Pop.	CRESC.	Pop.	% DO ESTADO	CRESC.
1900	320.289	100,00	4.696	1,466	100,00
1920	668.743	208,79	6.453	0,965	137,41
1940	1.178.340	367,90	9.834	0,834	209,41
1950	1.560.502	487,22	10.442	0,669	222,36
1960	2.129.252	664,79	13.219	0,621	281,49

Fontes: Censos de 1900 e 1920, da Diretoria Geral de Estatística, Censos de 1940, 1950 e 1960 do IBGE.

Embora os fatos relacionados com a saída de grande número de neotrentinos em busca de outras terras, desde sua fundação até a passagem do século, sejam confirmados pela tradição oral e documentação, os números relativos à

população, anteriores a 1900, de diversas fontes e não oficiais, são díspares. Porém não deve ter havido grandes êxodos populacionais no período entre 1900 e 1920. Houve mesmo um acréscimo, com a incorporação do Núcleo Federal Esteves Júnior e da localidade de Pinheiral, onde chegaram inúmeros migrantes poloneses, alemães e de outras origens.

Há dificuldade de se avaliar com maior margem de segurança a evolução dos números registrados entre 1920 e 1940, a nível estadual e municipal.¹²⁹ Mas, se for levado em conta que houve a chegada ao Estado de milhares de migrantes de Estados vizinhos, vê-se que a população neotrentina, diminuída pela perda do Distrito de Esteves Júnior, pode ter tido crescimento real, endógeno, até superior aos índices estaduais.

Tomando-se 1920 como base, o Estado cresceu 32,74%, por década, entre essa data e 1940, e Nova Trento perdeu pouco mais de 1.000 habitantes em 1923 para Tijucas, com Esteves Júnior. Assim, sua população passou naquele ano para uma quantia em torno de 5.500 habitantes, que se transformaram nos 9.834 de 1940, isto é, um aumento de 33,72% por década, superior, portanto, ao índice do Estado no mesmo período.

¹²⁹ Em 1916 Santa Catarina, apesar de ter incorporado uma grande área territorial após a definição de limites com o Paraná não teve, pelo Censo de 1920, computadas algumas populações dos novos municípios.

Não obstante, considerou-se os números acima com cautela, pois parte de Esteves Júnior permaneceu em Nova Trento. Mas está demonstrado que, no período, a saída de neotrentinos foi pelo menos amenizada, quase certamente pela estabilização ou crescimento de sua economia, diferentemente do que houve antes e haveria depois da época enfocada.

O crescimento da população catarinense foi constante entre 1940 e 1960, passando de 1.178.340 para 2.129.252. Parte desse crescimento não foi endógeno, pois deu-se por causa da grande migração de pessoas do Rio Grande do Sul e de outros Estados em busca das terras disponíveis para aquisição, no oeste e norte catarinenses, um fenômeno que se iniciou no início da década de vinte. Mas o que houve em Nova Trento foi, no período, quase um empate numérico entre 1940 e 1950. Nesse tempo a população passou de 9.834 para 10.442, e isto demonstra que não houve, na época, a absorção da nova força de trabalho que logicamente surgiu.¹³⁰

O esgotamento das terras foi o fato maior que atuou como gerador de nova fuga, em direção ao Alto Vale do Itajaí

¹³⁰ PIAZZA, Walter F., *Nova Trento*, op. cit., p. 50-51, registra 3.380 nascimentos entre 1938 e 1948, com a ocorrência de 356 óbitos no período.

e outras regiões.¹³¹

Em cada família, em 1940, havia cerca de 6 integrantes, uma vez que o Censo daquele ano apontou pouco mais de 1.800 famílias legais para 9.834 habitantes.¹³² Sendo o número de propriedades menor que o de famílias e verificando-se que em algumas delas não havia moradores, comprova-se a existência de mais de um domicílio por propriedade, em média, o que deve ter aumentado o peso da saturação das potencialidades e acelerado a saída de parte da população. A Tabela 1.2 mostra que a população deveria aumentar, o que não ocorreu por um fato concreto - a migração.

A Tabela 1.2, sobre as faixas etárias, mostra um aspecto revelador sobre a realidade demográfica neotrentina em 1940.

¹³¹ PELUSO JR., *A evolução urbana...*, op. cit., p. 137, informa que grandes contingentes de neotrentinos abandonaram suas terras na época. PELUSO JR. foi Diretor do Departamento de Terras e Colonização do Estado e criador do Departamento Estadual de Estatística. Walter Piazza foi estatístico e geógrafo dessas repartições.

¹³² Pelo Censo de 1940, havia 1420 homens casados, 249 viúvos e 10 homens separados, para 1430 mulheres casadas (sic), 3 separadas e 189 viúvas. O total de casados era, pois, de 2.850, o que perfaz 1.425 casais e, somando-se esse número ao total de viúvos, ter-se-á um número superior a 1.800 famílias nucleares.

TABELA 1.2

FAIXAS ETARIAS DA POPULAÇÃO NEOTRENTINA

EM 1940

De 50 e mais anos	808
De 40 a 49 anos	679
De 30 a 39 anos	940
De 20 a 29 anos	1.470
De 10 a 19 anos	2.502
De menos de 9 anos	3.425

Total	9.824
-------	-------

Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 1940.

Em 1940, o número de menores de 9 anos era de 3.425, o de 10 a 19 anos era 2.502 e o de 20 a 29 anos era de 1.470. Entre 30 e 39 anos havia 940 pessoas; 679 tinham entre 40 e 49 anos e 808 tinham 50 ou mais anos. A pirâmide demográfica tinha, pois, uma base alongada, com um percentual de nascimento elevado. O crescimento vegetativo foi comprovada-

mente alto na década, mas a saída de neotrentinos para outras terras foi tão numerosa que a população residente aumentou em apenas 608 pessoas entre 1940 e 1950.

Entre 1950 e 1960 houve pequena melhora na economia, conforme referência anterior. A população passou no período de 10.442 para 13.219, um aumento de 26,59%. Embora inferior aos índices do resto do Estado, trata-se de uma recuperação temporária. Foi a última década em que haveria crescimento populacional de Nova Trento, que teve no ano de 1962 seu Distrito de Vargedo transformado em município, com o nome de Leoberto Leal. Como Vargedo tinha, em 1960, pelo Censo Demográfico, 3.369 habitantes, deve ter resultado para Nova Trento uma população residente de aproximadamente 9.850 pessoas em 1962. Em oito anos esse número passaria para os 10.039 habitantes de 1970, apresentando um crescimento praticamente nulo.

Na década de setenta foi retomado o ritmo de saída da população neotrentina. Desde então houve diminuição real, um refluxo. Segundo a SEPLAN, Secretaria de Planejamento, encarregada de realizar os cálculos estatísticos e geográficos do Estado, Nova Trento tinha 10.035¹³³ habitantes em 1970, 9.113 em 1980, e 9.156 em 1991. São números que confirmam nossas assertivas sobre o esgotamento

¹³³ O Censo de 1960, do IBGE, diz 10.039.

da economia neotrentina depois de 1940, que se refletia na saída de pessoas do município, embora houvesse uma pequena reação entre 1950 e 1960.

Essa diminuição se deu quase toda no campo, pois a população urbana passou de 33,23% do total do município, em 1970, para 39,61% em 1980 e 44,41% em 1989, com leve tendência a aumentar. Mas esse crescimento é menor do que parece à primeira vista, pois se refere a um todo que decresce. Em números reais, a cidade passou de 3.375 habitantes em 1970, para 3.610 em 1980 e 3.695 em 1989. Um crescimento diminuto, que representa, é o mais provável, a ida de pessoas do interior para o centro urbano, somado ao crescimento vegetativo na cidade.

Outro fenômeno demográfico confirma a não absorção da mão-de-obra excedente, que é, em parte, empurrada para o setor terciário: o grande número de migrantes temporários que demandam a Florianópolis, Brusque, Blumenau e outras cidades, para executar trabalhos durante os dias úteis, voltando aos seus lares no fim-de-semana. Em 1982 o Jornal "O Estado" em reportagem especial de 3 de outubro, informava que "mais de 700 pedreiros" neotrentinos estavam nessa condição.

Outro jornal da capital, o "Diário Catarinense", de 21 de agosto de 1988, trata do mesmo tema, informando que há 60 firmas empreiteiras de construção e uma construtora na cidade, que atuam em diversas cidades vizinhas. O número dos migrantes temporários, pedreiros, segundo a reportagem, seria de "mil pessoas". Trata-se, mais uma vez, de resultado local das mudanças na economia e estrutura regionais, como a facilidade de transportes, alterando a vida de uma comunidade.

Mas, a compreensão da evolução econômica e social de Nova Trento, exige, além da demografia, um estudo de outras variáveis, como a agricultura, o comércio, e a indústria, com profundidade, para depois se interpretar o processo no seu conjunto.

CAPITULO 2 - A AGRICULTURA

2.1.1 - O MEIO FISICO E SUA OCUPAÇÃO

O Vale do Tijucas, onde se situa Nova Trento, foi escavado pelos rios, que, nascendo na Serra Geral, foram atingindo antigas camadas de rocha, formando vales estreitos. Na parte mais alta, quase não existem áreas planas com grandes ou médias dimensões, tal como ocorre na foz desses rios, no litoral, onde é depositado o material erodido e a terra é mais fértil.¹

A exploração e depois a ocupação permanente desse espaço também se daria de formas e épocas diferentes. O município de Nova Trento fica na parte mais elevada do vale citado. Seu solo pertence à série *Brusque*, do tipo classificado pelos técnicos como *laterítico bruno avermelhado distrófico álico*, com textura argilosa, relevo forte ondulado, substrato argilito. Um estudo técnico do solo da região aconselha que: "a utilização desse tipo de

¹ PELUSO Jr., in: *O relevo do Estado de Santa Catarina*, op. cit., p. 19, explica que a ocupação da terra através dos vales foi a maneira mais simples e fácil dos lavradores ocuparem o solo, no entanto, deve-se salientar que não foi escolha livre os locais para onde se dirigiram os imigrantes, pois nem todas as terras estavam disponíveis para compra ou ocupação.

solo é bastante limitada pelas inadequadas propriedades físicas e químicas que apresenta, sendo que agricultura com cultivos manuais não é, na atualidade, aconselhável." ²²

Fisicamente, o solo em Nova Trento tem relevo muito ondulado, o que impede ou dificulta a mecanização. Ao mesmo tempo, é fortemente suscetível à erosão. Quimicamente, possui forte deficiência de fósforo e teores médios de potássio. É solo fortemente ácido, com elevados teores de alumínio trocável. O estudo técnico referido revela que: "(...) em função de todas essas deficiências, o mais lógico seria o plantio de culturas permanentes".²³

A colocação de uma população razoavelmente numerosa nessas terras não obedeceu, evidentemente, a nenhum tipo de critério técnico, mas sim, às necessidades político-econômicas já citadas. Não se dispunha dessas informações na época da imigração e colonização, mas os insatisfatórios resultados na agricultura se devem, também, em razão das técnicas agrárias rudimentares, empregadas no início e mesmo depois da fase de sobrevivência.

²² Universidade Federal de Santa Maria, *Levantamento de reconhecimento dos solos do Estado de Santa Catarina*, Florianópolis, 1973, p. 148.

²³ Universidade Federal de Santa Maria, *op. cit.*, p. 45.

O vale, no século XIX e anteriores, estava coberto pela floresta tropical atlântica. Era uma vegetação exuberante, completamente desconhecida dos recém-chegados europeus. Inicialmente, a abundante madeira era extraída pelos luso-brasileiros, oriundos de São Miguel, Porto Belo e outras vilas. Transportada pelos rios até a vila de Tijucas, era, depois, levada por mar para a capital da Província, Desterro. A extração devia ser notável, pois o governo provincial condicionou seu corte, que chegou a ser feito inclusive por moderna serraria de norte-americanos na década de trinta.⁴

A exploração e, posteriormente, o povoamento do vale, começou pelo litoral, junto a foz do rio e baixo vale, nas partes mais férteis e planas, num processo relativamente lento e descontínuo. A partir da década de trinta, do século XIX foram fundadas as Colônias de Nova Itália, que chamou-se, depois, D. Afonso, São João Batista, Canelinha e Flor da Silva. Essa última foi obra do brasileiro Manuel Floriano da Silva e família.⁵

⁴ BOITEUX, Henrique (Almirante). *Os municípios de Tijucas Grande e Porto Bello*. Florianópolis, Livraria Central, 1928, p. 20.

⁵ BOITEUX, Henrique, *Os municípios de Tijucas e...*, op. cit., p. 22. A Colônia Flor da Silva, que não prosperou, ficava nas cabeceiras do Ribeirão do Moura, um dos afluentes do rio Tijucas, área que hoje pertence ao município de Canelinha, limítrofe de Nova Trento.

Na parte mais alta do vale, só na segunda metade do século XIX é que foi se instalando o imigrante, um agente que desse meio dependeria, e o mudaria em parte, melhorando as condições de habitabilidade humana. Não conseguiria, no entanto, mudar condições desfavoráveis como a má qualidade do solo, os insetos e um clima instável, que prejudicavam ou mesmo impediam o desenvolvimento das culturas às quais estava acostumado.

Com relação à sede do Distrito Colonial de Nova Trento, no entanto, havia algumas vantagens: distava apenas 30 quilômetros de Tijucas e outro tanto de Brusque, dois centros urbanos dos mais prósperos. Quanto ao seu interior, a geografia lhe era muito desfavorável, cheio de pequenos vales estreitos, escavados pelo rio do Braço e seus afluentes, ao lado dos quais as linhas coloniais se estenderam.

Entre 1876 e 1880, se deu a ocupação da maior parte dessas linhas coloniais, que, ao contrário de outras colônias, tinham interligação e não estavam isoladas da sede ou mesmo de outros centros maiores. Muitos de seus primeiros ocupantes abandonariam suas terras, novas levas chegariam e parte desses últimos também iriam embora, em diferentes épocas.

Em 1880, segundo Henrique Carlos Boiteux, o primeiro comerciante de Nova Trento, havia 2.439 habitantes no então distrito, sendo 226 na sede. 108 eram alemães, 1.205 "austriacos" (isto é, italianos do norte, de cidadania austríaca), 642 brasileiros, 13 franceses, 2 espanhóis e 469 italianos.⁶ A presença de brasileiros, em número considerável, inclusive como proprietários, persistiria, sendo comprovada nos censos posteriores. Mais alemães, alguns poloneses e russos brancos viriam mais tarde, entre 1888 e 1892, engrossar a população do interior.⁷

As linhas coloniais, acompanhando a topografia, geralmente ladeando um rio ou riacho, eram: Vigolani, Estrada Nova Trento, Baixo Salto, Alto Salto, Arraial do Salto, Alto Braço, Morro da Onça, Indaia', Espraiado Pequeno, Espraiado, Tirol, Vargem Pequena, Besenelo, Baixo Braço, Ribeirão do Alferes, Ribeirão Lombardia, Ribeirão Nova Trento, Ribeirão São João, Ribeirão Crecker, Ribeirão Molha, Ribeirão Fiuza, Ribeirão Trinta Reis, Ribeirão Lombardia Pequeno, Ribeirão Bilu, Ribeirão Chico, Ribeirão Frederico, Ribeirão Lageado, Ribeirão Bonito, Valsugana e Pitanga. Outras mais foram depois acrescentadas, em direção

⁶ BOITEUX, Henrique Carlos, *Nova Trento*, op. cit., p. 36.

⁷ PIAZZA, Walter F., *Nova Trento*, op. cit., p. 23.

oeste e sul, além do natural prolongamento das anteriores, em direção às nascentes dos rios e riachos, onde o terreno é ainda mais montanhoso.

A ação colonizatória deveria obedecer ao decreto de 1867, que disciplinava a questão, mas houve descompasso administrativo entre as autoridades provinciais e imperiais. Não houve estudo maior da região onde os colonos seriam localizados, nem preparo de uma estrutura para receber o grande número de pessoas que chegavam a todo momento na província, em razão do Contrato com o empresário Joaquim Caetano Pinto Júnior, em 1874.

Paulo Fernando Lago, tratando da relação da geografia e imigração de nosso Estado anotou que:

"Somente determinadas áreas brasileiras podiam apresentar condições de mais fácil alcance do êxito das empresas de colonização. Entretanto, a consciente política imigratória, baseada na localização maciça de imigrantes nas áreas meridionais brasileiras, não subentende ação planejadora pormenorizada, compatível com o significado dos investimentos e das possibilidades do desenvolvimento. A improvisação, o empirismo e o pressuposto foram os elementos

caraterizadores dessa política. Os êxitos foram, muitas vezes, questões acidentais e os fracassos foram repetidos." ⁸⁹

Contrariamente, é comum encontrar-se textos que revelam opiniões diversas, como a de afirmar ter o sul do Brasil clima e condições idênticas ou muito parecidas com as da Europa ocidental. Lourival Câmara, técnico do governo estadual catarinense, afirma que (...) "O imigrante europeu, encontrando ambiente idêntico àquele que deixara em sua pátria, cogitou de introduzir ou fomentar, aqui, as culturas que lhe eram familiares.... e como todas oferecessem desenvolvimento compensador, intensificou-as..." ⁹⁰

Era o sul, supunha-se, que tinha as condições climáticas favoráveis, inexistentes em outras, nas quais a colonização havia fracassado. Aqui deveria chegar o europeu e, pelo seu trabalho, transformar a economia e a sociedade. Essa expectativa era compartilhada, principalmente, por algumas autoridades.¹⁰

⁸⁹ LAGO, Paulo Fernando. *Santa Catarina: a terra, o homem, a economia*. Florianópolis, Ed. da UFSC, 1968, p. 98-99.

⁹⁰ CAMARA, Lourival, *Reflexos da guerra na economia catarinense*. Florianópolis, Departamento Estadual de Estatística, 1945, p. 11.

¹⁰ GROSSELLI, Renzo Maria, *op. cit.*, p. 299-303.

É provável que a supervalorização do europeu, principalmente do de origem germânica, não deixasse que se visse, na época da imigração, os possíveis resultados das condições desfavoráveis em que foram recebidos e instalados os colonos. No caso de Nova Trento, os problemas surgidos foram atribuídos à má formação ou índole do italiano, tido como inferior ao alemão, inclusive em relatórios oficiais.¹¹

Não se levou em conta o ambiente e as condições desfavoráveis em que o colono foi instalado, inclusive disputando uma floresta onde o índio tinha o último refúgio, e, reagiu atacando os recém-chegados, chegando a impedir alguns assentamentos coloniais, como o da referida Colônia Nova Itália. Esse novo e desconhecido ambiente não permitiria que se aplicasse técnicas há muito dominadas ou mesmo o sucesso com o plantio de algumas culturas tradicionais.

Havia, porém, uma grande motivação do imigrante, chegando a superar, por vezes, a soma dos obstáculos citados: a propriedade, isto é, a terra. Ter uma propriedade, para o europeu do século passado, muitas vezes era apenas um sonho e, aqui, ele pôde ser o dono da terra

¹¹ GROSSELLI, Renzo Maria, *op. cit.*, p. 299-303.

que trabalhava.¹² Mais do que isso, para muitos, uma vez chegados, sem ter como fazer o caminho de volta, a única opção era ficar na terra e fazê-la produzir.

A sobrevivência do colono, nos seus primeiros tempos, dependia do que ele pudesse tirar daquela terra e da mata, pois a renda com trabalhos em estradas e outros que o governo lhe proporcionava era por prazo determinado e muitas vezes sem renovação. Foi preciso abater a floresta, plantar naquele terreno montanhoso, desconhecendo na maioria das vezes o vegetal que iria colher ou como prepará-lo.

A terra era infinitamente maior daquela onde o imigrante trentino tinha antes trabalhado,¹³ mas sua qualidade era limitada, além de fortemente ondulada. Mesmo tendo realizado parte daquilo que tinha sonhado - ser proprietário, o recém-chegado tinha que conviver com um solo fraco, ondulado, que facilmente erodia, e por vezes não via outra opção que não a saída para outras regiões. Os que ficavam, exploraram a madeira, tentaram atividades complementares à agricultura, dividiram a terra na geração seguinte, ou aumentavam sua área, comprando a daquele que partiu. Foi assim nos primeiros tempos e não haveria grandes mudanças nas décadas seguintes.

¹² Prefeituras de Rodeio, Nova Trento e Rio do Oeste, *Trentini nel mondo - 1875-1975: La storia leggendaria dei trentini in Brasile*, Rodeio, 1975, p. 16-17.

¹³ GROSSELLI, Renzo Maria, op. p. 49.

2.2. - A PROPRIEDADE E O MEIO

2.2.1 - A AQUISIÇÃO E A ESTRUTURA DA PROPRIEDADE

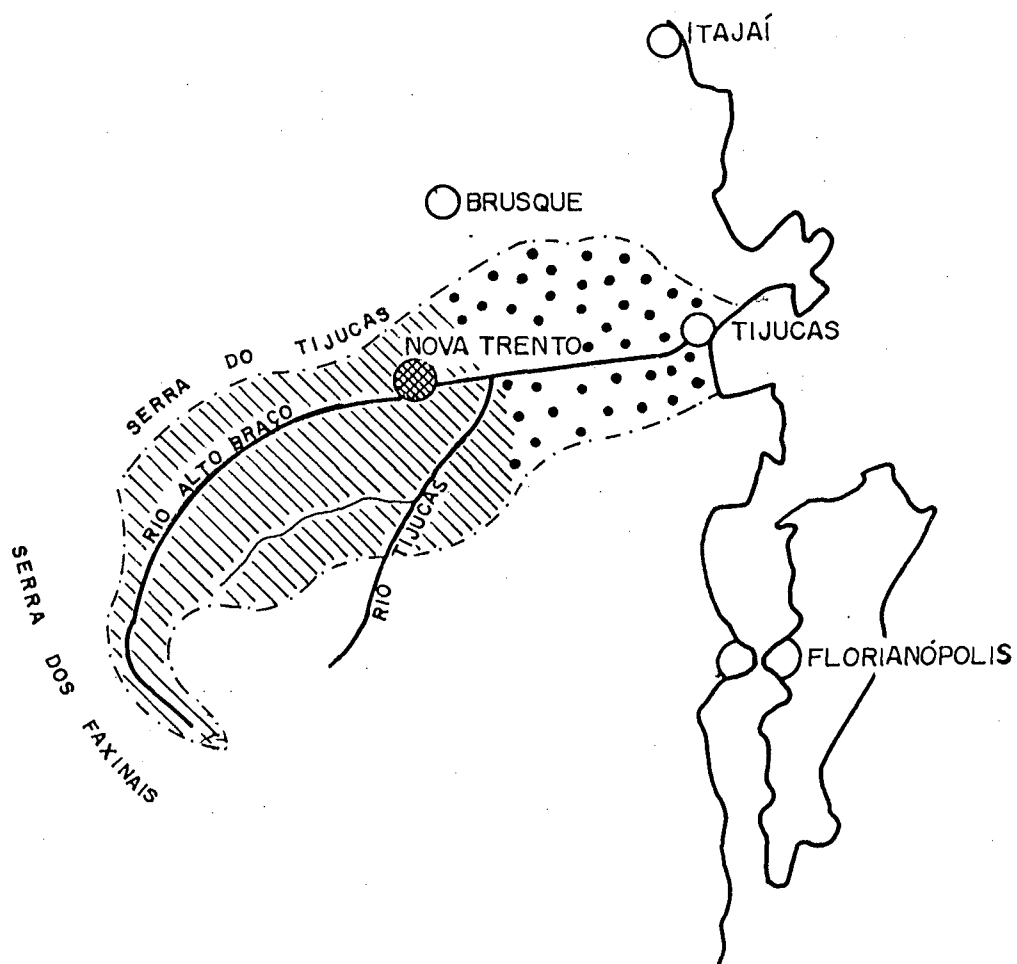
No Império, a aquisição de terras pelos imigrantes era regulada pelo Decreto 3.784, de 19 de janeiro de 1867, que foi regulamentado dez anos depois. Com a República, houve alguma modificação em 1895, com a Lei de 30 de setembro; pela Lei 466, de 5 de outubro de 1900; pelo Regulamento na. 129, de 29 de outubro do mesmo ano; e pelo Decreto de 11 de março de 1899. As terras concedidas em Nova Trento, entre 1875 e 1880, seguiram o decreto de 1867.

Nas dificuldades que levaram muitos a deixar seu lote e partir de volta à sua pátria ou em busca de outras terras, não se inserem a forma de pagamento, preço ou prazo.¹⁴

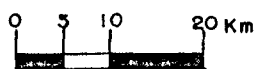
¹⁴ Dentre as queixas dos colonos, não consta a do preço dos lotes, mais simbólicos que reais. Segundo GROSSELLI, op. cit, p. 413, uma saca de milho custava entre Rs 6\$000 e 3\$000, um dia de trabalho rendia R\$ 1\$500, uma dúzia de ovos custava Rs 240.

MAPA N. 1



O VALE DO RIO TIJUCAS E SEUS SOLOS PREDOMINANTES



SANTA CATARINA



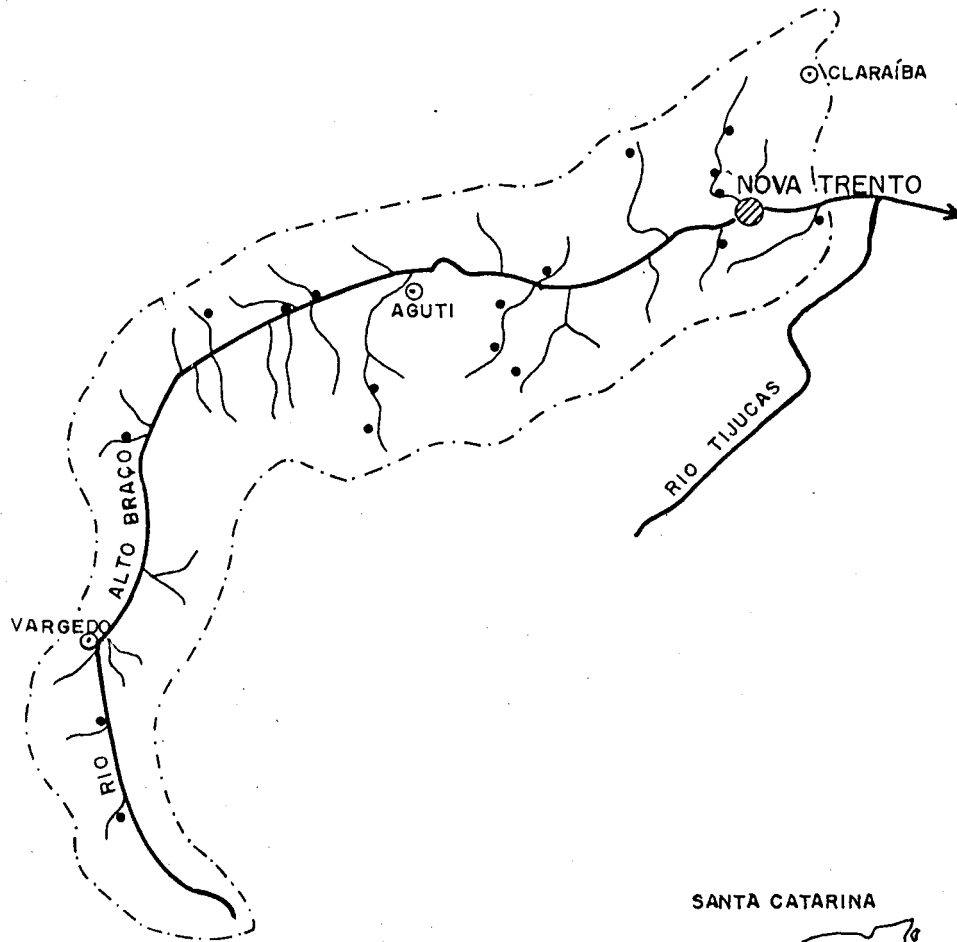
FONTE: UFSM / 81

-  SOLO SÉRIE BRUSQUE
-  SOLO SEDIMENTAR

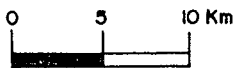
MAPA N. 2

MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO

1960



SANTA CATARINA



FONTE: SEPLAN / SC

- SEDE MUNICIPAL
- ⊙ SEDE DISTRITAL
- PEQUENO NÚCLEO POPULACIONAL

De acordo com o Decreto de 1867, os lotes rústicos, isto é, rurais, eram divididos em três classes: os de 1.ª, com 605.000 metros quadrados; os de 2.ª, com 302.500 metros quadrados; e os de 3.ª, com 151.250 metros quadrados. Respectivamente: 60,50, 30,25 e 15,125 hectares. Os lotes urbanos se dividiam em diversas classes, variando as frentes entre 22 e 44 metros e os fundos entre 44 e 110 metros.

O preço de uma braça quadrada, 4,84 metros quadrados, era arbitrado pelo Diretor da Colônia, variando entre 2 a 8 réis para os lotes rústicos e de 40 a 80 réis os urbanos, adicionando-se 20% para os pagamentos a prazo, que era de cinco anos, a contar do segundo ano do estabelecimento do colono no seu lote. Se o pagamento fosse feito antes do prazo, havia o desconto de 6% do total ou da prestação respectiva. (art. 6.º do Decr. de 1867) Os filhos maiores de 18 anos podiam escolher lotes, nas mesmas condições, estabelecendo-se separadamente dos pais (art. 7.º).

Em cada lote deveria haver uma área de 1.000 braças quadradas, 4.840 metros quadrados de derrubada, isto é, área limpa de floresta, e uma casa provisória com dimensões suficientes para uma família. Foi esse um dos itens que afigurou-se mais como uma promessa que realidade, já que quase sempre inexistia, sendo uma das primeiras decepções.

Os títulos da propriedade eram de dois tipos: um provisório ou de designação de lote, e outro, definitivo. Os primeiros eram assinados pelo Diretor da Colônia, e os segundos, pelo Presidente da Província, após saldados os débitos à Fazenda Nacional (art. 9). Ambos eram entregues num prazo de 3 meses após a posse ou pagamento. O Diretor da Colônia anotava em livro próprio os dados sobre os títulos provisórios. O colono, após a posse do lote, tinha o prazo de dois anos para estabelecer-se nele, sob pena de perder seu direito sobre o mesmo.

Os seis primeiros imigrantes a saldar seus débitos poderiam fazer parte da junta que administrava a Colônia, presidida pelo Diretor. No entanto, dizia a mesma legislação que nos casos urgentes ou quando a deliberação fosse morosa, o diretor resolveria por si mesmo. (arts. 13 e 18, respectivamente). Uma das competências da junta era deliberar sobre a aquisição de boas raças de animais, mudas de plantas e sementes, bem como ensaios de cultura de lavoura, que poderiam melhor prosperar na Colônia. Julgou-se que foi difícil cumprir plenamente estes objetivos, uma vez que, pela legislação, seriam essas medidas custeadas pela própria renda da Colônia, sabidamente insuficiente até para as necessidades mais prementes do cotidiano.

A realidade concreta tornou muitas vezes a legislação uma letra morta. Os exemplos são muitos, e repetitivos. Embora as leis que regulamentavam a vida da Colônia fossem no conjunto boas e até praticáveis, eram oriundas de um governo e circunstâncias externas, alheias à vida colonial e, por vezes, os seus termos pouco tinham a ver com a realidade local. Exemplo disso foi a emancipação das colônias de estado, feitas precocemente, como ocorreu com a Colônia Brusque, a qual Nova Trento estava vinculada, em 1881.

Há fontes que informam ter entrado no Distrito Colonial de Nova Trento, um total de 11.000 imigrantes nos seus primeiros anos.¹⁵ Tal número parece muito elevado, se se levar em conta as listas dos totais de trentinos vindos para o Brasil, no período de 1875-1880, ou se tomar por base o número de lotes medidos, constantes em Relatórios. Acerca das propriedades em si, listadas até 1895, como lotes coloniais, os números fornecidos por diversas fontes parecem coerentes, inclusive com os Censos posteriores.

¹⁵ PIAZZA, Walter F., *Santa Catarina: sua história*, op. cit., p. 378, afirma que perto de 11.000 imigrantes entraram em Nova Trento nos primeiros anos. CUNHA, Idaulo, *Evolução econômico-industrial de Santa Catarina*, op. cit., p. 36, registra que entre 1873 e 1880, a Província recebeu 10.200 imigrantes, o que nos parece mais provável, tendo em vista outras fontes e o número de lotes medidos e ocupados no distrito colonial neotrentino.

TABELA N. 2.1

LOTES COLONIAIS DE NOVA TRENTO EM 1895

AREA (ha)	LOTES	%
- de 5	16	3,10
5 a 11	87	16,86
11 a 20	193	37,40
20 a 30	198	38,37
30 a 40	19	3,69
+ de 40	3	0,58
TOTAL	516	100,00

Fonte: GROSSELLI, Renzo Maria. *Vencer ou morrer*, p. 333-354

Problemas como a má qualidade da terra e sua exiguidade, geralmente não mais que 30 hectares, conforme se vê na Tabela 2.1, não rendendo o suficiente para uma segunda família, fizeram com que muitos filhos adultos, por vezes, se retirassem em busca de novas terras, pois com a idade de 18 anos já era legalmente possível tornar-se proprietário.

Os números da Tabela 2.1 mostram, ainda, que, mesmo com o minúsculo preço da terra, acessível mesmo a quem trabalhava em serviços braçais no campo, ocorreu a divisão de alguns lotes. Houve ainda outras tendências, além do provável desejo da maioria de ficar e até adquirir a terra de quem partia, a venda, com a saída e, o que ocorreu em alguns casos, o simples abandono da terra.

O abandono da propriedade não foi tão comum no início do século XX, a julgar pelo Censo de proprietários rurais, realizado em 1920. De um total de 976 prédios, isto é, domicílios, 22 estavam abandonados, sendo 3 deles em ruínas. As propriedades, isto é, os lotes, que não se confundem com os prédios, mais numerosos, totalizavam 781, sendo que 4 tinham retornado ao controle do Estado. Houve, também, pelos motivos já expostos, algumas aquisições por donos de outros lotes: pelo menos 11 proprietários tinham mais de um lote em 1920. É notável o elevado número de lotes, 61, em nome de mulheres, 7,8% do total.

É relativamente pequeno o número de proprietários com mais de um imóvel rural, mas elevado o de propriedades em nome de mulheres em uma sociedade sabidamente patriarcal e conservadora. É possível que dado ao baixo preço da terra, que reconhecidamente não era fértil, alguns colonos tenham feito um investimento, através da família, numa reserva florestal, garantia de futuros lucros.

O que deve, também, ter motivado a saída de muitos, no período referido, foi a disponibilidade de terras virgens, a preços e condições convidativos em outras regiões do Estado. A política do governo estadual, quanto à ocupação dos espaços vazios, constou da entrega destas a empresas colonizadoras, que dividiram as terras em lotes, facilitando a sua venda aos excedentes populacionais das antigas colônias.¹⁶ O preço médio do hectare em Santa Catarina, em 1920, era Rs 104\$000 (cento e quatro mil réis).¹⁷ Não era uma importância inatingível, mesmo que se tratasse de alguém que só dispusesse de seus braços e nada mais. O salário médio do trabalhador rural catarinense, diário, ficava entre 3 mil réis para quem trabalhava na enxada ou cortador de cana, e 5 mil réis para quem manobrava o arado.¹⁸

Para o proprietário insatisfeito com um solo improdutivo, fácil seria vender sua terra e deslocar-se para outras regiões, adquirindo novo lote, com maior dimensão e maior fertilidade. Por vezes, era o filho adulto que se

¹⁶ DEEK, José. "A colonização no Estado de Santa Catarina", in: *Guia do Estado de Santa Catarina de 1927*, p. 130, mostra que os lotes à venda no Alto Vale do Itajaí, em 1927, variavam de Rs 100\$000 a 150\$000 o hectare. A extensão média era de 30 hectares e o pagamento podia ser feito em até sete anos, com uma entrada de R\$ 300\$000 e o restante podia ser liquidado com serviço em estradas. Havia lotes inferiores vendidos em condições especiais.

¹⁷ Diretoria Geral de Estatística, *Resumo de várias estatísticas econômico-financeiras realizado em 1920*, p. 124-125.

¹⁸ Diretoria Geral de Estatística, *Resumo...*, op. cit., p. 124-125.

mudava. A família do neotrentino não era, geralmente, pequena e cada geração queria, naturalmente, ter os meios de sobrevivência, que, pelo menos na maioria das vezes, se traduziam na posse de um espaço para o cultivo.

Apesar do movimento de saída, o que significou o abandono ou a venda dos lotes, muitos preferiram ou foram obrigados, ao cabo de pelo menos uma geração, a dividir a propriedade, pois os números mostram que havia lotes de apenas 1 hectare em 1940. E num município onde quase não havia, no início da colonização, lotes menores que 15 hectares, teve registrado um total de 296, isto é, 30,96% deles com 10 ou menos hectares pelo Censo Agrícola daquele ano.

Em 1950, segundo o Censo Agrícola, apenas 109 lotes, 10,1% do total, mediam 10 ou menos hectares. Não houve, portanto, uma tendência, pois seu número permaneceu o mesmo em 1960, segundo consta na Tabela 2.2. Em vista desses números, acredita-se que eles foram incorporados, pela venda, à áreas maiores. Isso é explicado, também, pelo estudo das alterações demográficas, entre 1940 e 1950, época em que acentuou-se a saída de muitos neotrentinos para outras regiões.

TABELA 2.2

PROPRIEDADES RURAIS DE NOVA TRENTO

1940-1960

ANOS	1.940		1.950		1.960	
	EST.	AREA TOT.	EST.	AREA TOT.	EST.	AREA TOT.
01 a 05	134	...	33	104	41	129
05 a 10	162	1.037	76	531	68	464
10 a 20	195	2.676	225	3.013	333	4.239
20 a 50	323	9.057	568	16.157	625	16.375
50 a 100	117	6.898	142	8.577	148	8.544
100 a 200	17	1.807	27	3.348	15	1.655
200 a 500	6	1.820	6	1.702	5	1.262
500 a 1000	-	-	-	-	-	-
+ de 1000	1	...	-	-	1	2.200
Nao decl.	1	-	-	-	-	-
TOTAL	956	25.602	1.077	33.4321	1236	34.868

Fonte: IBGE, Censos Agrícolas de 1940, 1950 e 1960

TABELA 2.3

PROPRIEDADES RURAIS POR CONCENTRAÇÃO DE ÁREA

1940-1960

CATEGORIA	1940		1950		1960	
	ESTAB.	ÁREA TOTAL	ESTAB.	ÁREA TOTAL	ESTAB.	ÁREA TOTAL
1 a 10 ha	296	...	109	635	109	593
+10 a 20 ha	195	2.676	225	3.013	333	4.239
20 a 50 ha	323	9.057	568	16.157	625	16.375
50 a 100 ha	117	6.898	142	8.577	148	8.544
+ 100 ha	25	...	31	5.050	21	5.117
TOTAL GERAL	956	25.602	1.077	33.432	1.236	34.868

Fontes: IBGE, Censos Agrícolas de 1940, 1950 e 1960.

Entre 1940 e 1950, o número total de propriedades em Nova Trento aumentou 12,65%, de 956 para 1.077, enquanto a área total aumentou 36,19%, passando de 25.602 para 34.868 hectares no mesmo período. Mas houve uma concentração nas áreas entre 20 e 50 hectares, passando de 323 para 568, enquanto diminuiu sensivelmente o número das áreas menores e as demais permaneciam estáveis. A área total na categoria 20-50 hectares, passou de 9.057 para 16.157 hectares. Na

categoria entre 10 e 20 hectares, a mudança foi de 195 para 225 propriedades, passando a área total de 2.676 para 3.013 hectares.

Como 52,74% das propriedades e 48,33% das terras se concentravam na categoria de 20-50 hectares, em 1950, não variando muito desde 1940 e permanecendo próximo desses valores em 1960, pode-se estabelecer que foi esse o padrão da propriedade agrícola do município de Nova Trento, no período 1940-60.

A absorção das menores áreas, entre 1 a 10 hectares, entre 1940-50, deve ter sido feita, principalmente, pelas propriedades entre 20 e 50 hectares, pois o simples aumento da área total não seria suficiente para provocar o aumento de 9.057 para 16.157 hectares dessa faixa.

Já o aumento da área total deve ter se dado pela aquisição de terras públicas, ou pela legalização de terras já ocupadas. Provavelmente essa área de acréscimo era de terras de má qualidade, em terrenos mais elevados, adquiridas mais para aproveitar-se a madeira e implantar a pecuária, pois apenas 23 estabelecimentos rurais entre 20 e 50 hectares realizaram colheitas em 1949, e não poderiam somar mais que 1.150 hectares.

TABELA 2.4
SITUAÇÃO LEGAL DAS PROPRIEDADES RURAIS
1940-1950

TIPO DE PROPRIEDADE	1940		1950	
	Quant.	%	Quant.	%
Propriedade individual	928	97,07	863	80,13
Condomínio	18	1,88	52	4,83
Entidade Jur./Governo Est.	10	1,05	162	15,04
Total	956	100,00	1077	100,00

Fonte: IBGE, Censos Agrícolas do IBGE, 1940 e 1950

Para uma análise mais apurada, convém observar que, após 1920, não se tem a época exata em que o fenômeno começou, a figura do proprietário e a do explorador da terra já não se confundem.

TABELA 2.5
EXPLORAÇÃO DAS TERRAS EM NOVA TRENTO
1940-1950

EXPLORADOR	1940		1950	
	N.	%	N.	%
Proprietário	750	78,46	879	81,62
Administradores	26	2,72	8	0,74
Arrendatários	90	9,41	42	3,90
Ocupantes	90	9,41	148	13,74
Total	956	100,00	1.077	100,00

Fonte: IBGE, Censos Agrícolas de 1940 e 1950

O alto número de ocupantes pode ser explicado em razão da não-titularidade de algumas terras, cadastradas pelos Censos como governamentais em razão da legislação e que são, na grande maioria, diminutas.

Os números do Censo de 1960 não apresentariam surpresas na área da estrutura da propriedade agrícola. Apenas a categoria entre 10 a 20 hectares aumentaria substancialmente, mas o fato pode ser explicado pela pequena

diminuição do número das propriedades, entre 100 e 200 hectares, de 27 para 15, uma vez que na outras categorias de área não haveria grandes mudanças.

Como as pequenas áreas não aumentaram e algumas até podem ter sido absorvidas, a população mais pobre deve ter, pelo menos em parte, migrado, pois a sede municipal, como já foi visto, não teve na época aumento populacional tão expressivo.

Em 1962 foi criado o Município de Leoberto Leal, antigo Distrito de Vargedo, situado na parte mais montanhosa. Mas tomando-se os dados do município de Nova Trento do ano de 1980, constantes na Tabela 2.6, para ter-se uma perspectiva mais ampla, ver-se-á que não houve mudanças substanciais quanto à estrutura de sua propriedade agrícola e, segundo outros indicadores, como a demografia, que não houve mudança na economia do município.

TABELA N. 2.6

**PROPRIEDADES ABRICOLAS DO MUNICIPIO DE
NOVA TRENTO - 1980**

FAIXA DE AREA (ha)	TOTAL ESTAB.	% ESTAB.	TOTAL AREA	% AREA
Menos de 10	84	12,43	444	1,49
10 a menos de 20	101	14,94	1.365	4,59
20 a menos de 50	325	48,08	9.647	32,47
50 a menos de 100	137	20,26	8.502	28,62
100 a menos de 500	25	3,70	3.232	10,88
500 a menos de 5.000	4	0,59	6.519	21,55
TOTAL	676	100,00	29.709	100,00

Fonte: GAPLAN/SC. Municípios catarinenses: dados básicos, 1986.

2.3 - A TRADIÇÃO AGRÍCOLA DO NEOTRENTINO

2.3.1. - A CULTURA E A TRADIÇÃO DO IMIGRANTE

Trento, região do norte italiano, sofreu principalmente na segunda metade do século XIX, os efeitos das mudanças sociais, políticas e econômicas que atingiram a sociedade europeia ocidental. Milhões de europeus tiveram que migrar, em busca de nova terra e nova vida. Os migrados, que vinham para mudar sua vida, no entanto, trouxeram valores, modos de vida e técnicas que, conscientemente ou não, recriaram ou reproduziram no Brasil.

Descrevendo a sociedade trentina da década de setenta do século passado, sociólogo e historiador trentino afirmou que:(...) "*A sociedade trentina permanecia uma sociedade camponesa e o centro da vida econômica continuava sendo a terra. A família era a célula econômica e social mestra de tal sociedade e a Igreja Católica, aqui entendida tanto como estrutura quanto conjunto de leis codificadas, fornecia para tal sociedade opções éticas e morais, mitos e tensões que a mesma mediava com o poder político que vez por outra se instalava na região*".¹⁷

¹⁷ GROSSELLI, Renzo Maria, op., cit., p. 16.

Segundo alguns sociólogos europeus da atualidade, a sociedade camponesa caracteriza-se pelo predomínio das estruturas familiares e pela atitude de reação às inovações (....)

"Inclusive aqueles que exerciam tarefas distintas das do campo, mas vivendo em aldeias ou pequenas cidades, as pessoas dessa sociedade tem a mentalidade do campesinato".²⁰

Essas duas visões do camponês europeu, uma particular do trentino e outra geral, permitem entender porque o imigrante, tornado aqui um pequeno proprietário, não deixou de ter mentalidade camponesa, com forte carga cultural conservadora. Mas fosse ele alemão, italiano ou de outro grupo étnico, tivera contato e influência de formas mais avançadas de produção e de consumo. Eis a razão porque aqui tivemos dois tipos de imigrantes: o conservador, mais ligado ao campo, e o inovador, geralmente oriundo de uma vida urbana. O processo histórico e econômico de cada colônia refletiria, com mais força, uma ou outra tendência.

²⁰ MARQUES, J.V. et alii. *A sociedade atual*. S. l., Salvat Editora do Brasil, 1981, p. 44.

Na década de setenta do século XIX, já chamava a atenção das autoridades catarinenses, o expressivo aumento do consumo e da importação de bens pelas colônias.²¹ O recém-chegado estava mudando a realidade da Província.

²¹ O Relatório da Alfândega do Desterro, de 1878, é enfático ao afirmar que as colônias de imigrantes eram as responsáveis pelo grande aumento de consumo e importação.

2.4 - A AGRICULTURA TRENTINA

No Trento, denominado na época da vinda dos imigrantes, oficialmente, de Tirol do Sul, a agricultura era voltada para o autoconsumo. O sistema de propriedade típico era o da pequena propriedade familiar. A célula econômica básica era a família. Esses traços, componentes de um sistema, naquela época em crise, seriam, pelo menos parcialmente, aqui reproduzidos. A propriedade aqui adquirida daria condições, no entanto, de fornecer, teoricamente, maior espaço físico para as atividades agrícolas ou criatórias. A declividade e a má qualidade do solo, como já foi visto, não permitiriam que essa flexibilidade fosse muito grande.

A vitivinicultura e a criação do bicho-da-seda eram as atividades mais desenvolvidas no Trento até a década de cinquenta do século XIX. Epidemias que atacaram violentamente as videiras e casulos provocaram a baixa de produção do vinho e a decadência da sericicultura. O vinho não era de boa qualidade, e sofria a concorrência de outras regiões européias próximas.²²

²² GROSSELLI, Renzo Maria, *op. cit.*, *passim*.

As propriedades trentinas eram, na maioria, bastante pequenas, onde o agricultor plantava quase tudo o que iria consumir. Mas nessa busca da auto-suficiência, não aproveitava devidamente suas poucas terras. Transportaria esse costume para sua nova pátria.

As técnicas agrícolas do trentino eram rudimentares, sem o uso intensivo de adubos ou mesmo de remédios para as pragas que assolavam, por vezes, suas lavouras. Na verdade, havia um círculo vicioso no Trento: O agricultor queria se abastecer de tudo o que precisava, não podendo se dedicar a um produto de valor no mercado ou ter excedente em sua pequena área. Saía muitas vezes, para trabalhar em outras propriedades, mas como havia excesso de mão-de-obra, esses trabalhos não rendiam muito.²³³

O número de áreas de médio tamanho, em partes mais planas, eram em pequeno número e, embora alguns agricultores os explorassem em regime de arrendamento, apenas amenizava o problema. As propriedades, além de pequenas se localizavam em terras de relevo montanhoso e não muito férteis. Não havia como aumentar a produtividade e melhorar a renda, sendo essa insuficiente até para as necessidades primárias da família, quase sempre numerosa.

²³³ GROSSELLI, Renzo Maria, *op. cit.*, p. 48-57.

Por algum tempo, a solução foi, para muitos, a emigração temporária, em que o agricultor trabalha parte do ano em outros países, como artesão ou operário. Com a chance da ida para a América, pensou-se que tinha chegado a hora de iniciar-se uma nova vida, mesmo que fosse em lugar distante e desconhecido. Lá se produziria de tudo, criar-se-ia a riqueza, em terra própria e abundante. Assim acreditava quem tinha essa esperança e a coragem de atravessar o oceano para tentar concretizá-la.

2.5 - EVOLUÇÃO DA AGRICULTURA NEOTRENTINA

No período entre o início da história Nova Trento, em 1875, até o começo da década de oitenta, houve mais caos que ordem, bem como maiores gastos governamentais que lucro, com essa e outras colônias com elementos de origem italiana.

A já citada falta de preparo para receber os milhares de imigrantes, em tão curto prazo, as despesas com sua implantação e os próprios tumultos que se seguiram nessa fase, não deixam ver com clareza, nos primeiros tempos, o verdadeiro papel econômico do novo elemento humano que passou a integrar o universo catarinense. Só no fim da década de setenta, quando houve estabilidade para alguns, é que se vislumbra algum resultado passível de descrição e dimensionamento. Mesmo assim é uma visão apenas parcial, já que muitos colonos continuaram a chegar, como alguns poloneses e alemães, enquanto outros estavam saindo ou se mudando para outras linhas e lotes.

Já nos primeiros tempos, a Inspetoria Geral de Terras mandou distribuir sementes e chegou a fazer empréstimos para a construção de engenhos e moinhos. Os diretores podiam financiar a compra de maquinário para o cultivo.²⁴

Em 1879 foi suspensa a maior parte da ajuda às colônias de Estado, bem como tornado sem efeito a maioria das garantias do Decreto de 1867. A Colonia Itajaí-Brusque, da qual Nova Trento era parte integrante, seria emancipada em 1881, quebrando, assim, de modo rápido, precocemente, o vínculo com a estrutura técnico-administrativa governamental, com visíveis prejuízos para o distrito colonial, que apenas iniciava sua caminhada.

Sem a orientação oficial, a liderança neotrentina, inclusive política, provavelmente foi fortalecida. Era exercida por aqueles que faziam as intermediações entre o agricultor e o mercado externo: os comerciantes.

Quanto aos imigrantes, passado o período a que tinham direito a subvenções ou pagamento por obras, passaram a dedicar-se àquilo que mais o governo brasileiro esperava deles: produzir alimentos. A floresta teve grandes áreas queimadas para dar lugar às plantações, que, inicialmente, não seguiram mais que a técnica primitiva de semear em

²⁴ GROSSELLI, Renzo Maria, *op. cit.*, p. 388.

covas, após a queima e limpeza do terreno. Tratava-se da busca imediata da sobrevivência, antes de se pensar em produzir para um mercado.

Em 1880 houve terrível enchente que destruiu casas, lavouras e edificações, inclusive engenhos em Nova Trento e outros lugares banhados pelo rio do Braço e outros afluentes do Tijucas. Alguns dos poucos e precários caminhos foram destruídos e aumentou o número dos que abandonaram suas terras.²⁵ Outro contingente seguiria o mesmo caminho entre 1889-1890.²⁶

Em 1895 o comerciante Henrique Carlos Boiteux informava que, em Nova Trento, se plantava o arroz, o algodão, a araruta, a mandioca e o aipim, batata doce e inglesa, café, cana-de-açúcar, feijão, fumo, laranja, banana, milho e legumes. Revelava que foi plantado o trigo e o linho e que havia 5.000 laranjeiras, 18.000 pés de café, mais de dois milhões de "socas" de cana e treze milhões de pés de mandioca.²⁷

Não houve mudanças significativas na estrutura do setor primário da economia neotrentina entre o fim e o início do século, conforme já registrou-se. A grande crise

²⁵ BOITEUX, Henrique Carlos. *Nova Trento*, op. cit., p. 18.

²⁶ GROSSELLI, Renzo Maria, op. cit, p. 489

²⁷ BOITEUX, Henrique Carlos, op. cit. p. 46.

econômico-financeira brasileira da época teve, naturalmente, seus reflexos, provocando retração na demanda de produtos agrícolas, embora isso não fosse exclusividade desse ou daquele município.²²⁶ Após 1906 voltaria o crescimento geral, com algum excedente de capital, aplicado, por agricultores, na fabricação do vinho. Em 1907 Nova Trento era o maior produtor de vinho do Estado, segundo o Centro Industrial do Brasil, realizador do primeiro censo econômico nacional.

Nova Trento tinha, em 1907, 7 fábricas de vinho de uva, além de uma de vinho de laranja, todas com força manual. O capital empregado era de Rs 127:000\$000 e nelas trabalhavam 41 operários. Era um razoável investimento, pois em todo o Estado havia 11 fábricas de vinho de uva, com capital total de Rs 164:000\$000 (cento e sessenta e quatro contos de réis) e 69 operários.

Esses números mostram que houve disposição e mercado para investir-se capital, tempo e trabalho em uma atividade tradicional dos trentinos. Houve, talvez, também, alguma ajuda ou incentivo governamental, pois uma lei estadual de 1899 concedia vinte contos de réis para a introdução de

²²⁶ A crise econômico-financeira que atingiu o Brasil na passagem do século foi sentida nas colônias, fornecedoras de produtos agrícolas. O Cônsul italiano em Florianópolis, Cav. G. Pio de Saboia, registrou esses efeitos em seu Relatório, transcrito por DAL'ALBA, João Leonir, in: *Imigração italiana em Santa Catarina - documentário*, Caxias do Sul, Universidade de Caxias do Sul, p. 136-137.

viticultores no Estado.²⁹ Mas não foi longa essa possível supremacia do vinho de Nova Trento, pois já em 1927 Urussanga e outras colônias a superaram.³⁰

Não se tem mais notícias de aumento da atividade vitivinicultora, de 1920 em diante. Acredita-se que fatores climáticos e epidemias, como ocorreram em outras colônias, tenham afetado essa fonte de riqueza, somando-se aos problemas de inadaptação das uvas trazidas da Europa, além das exigências do mercado.

Em 1940 Nova Trento não aparece nos registros oficiais como produtor vinícola³¹, mas não ocorreu o desaparecimento da cultura, que, em 1942, sofreu com as exigências do Ministério da Agricultura.³²

²⁹ Lei estadual n. 413, de 5 de outubro de 1899. Como houve uma grande crise financeira que assolou o país e o Estado, entre a passagem do século XIX para o XX, perdurando até 1906, é improvável que houvesse o cumprimento da lei.

³⁰ O *Guia do Estado de Santa Catarina de 1927*, p. 56, apresenta Urussanga e Blumenau como maiores produtores de vinho. Tinha sido reduzida a produção neotrentina, o que se confirmaria nos Censos seguintes. Não obstante, o Guia citado, à p. 243, informa que havia 13 fábricas de vinho no município em 1927, cf. Tabela 4.2. Deve ter ocorrido a diminuição do produto, não a de produtores.

³¹ O Censo Agrícola de 1940 diz não haver ali produtor de vinho. Essa informação é confirmada por PIAZZA, Walter F., em *Nova Trento*, op cit., p. 57, mas em 1942, segundo o mesmo autor, a produção vinícola era de 13.332 litros, mais que o dobro dos anos de 1938 e 1939.

³² A Portaria N. 43, do Ministério da Agricultura, de 17 de janeiro de 1942, fazia exigências que as vinícolas coloniais dificilmente poderiam atender, como a modernização das instalações e prova de qualidade do produto, feita no laboratório do Ministério.

Em 1950, 29 estabelecimentos plantavam a vinha, 20 a transformavam em 96 hectolitros de vinho. Uma queda, se for comparado com os números do início do século.

Os números da estimativa oficial do governo do Estado para a safra de 1925-26,³³ mostram que os produtos agrícolas eram os mesmos já citados por Henrique Carlos Boiteux em 1895. As fontes mostram que se procurava vender não só o produto "in natura", mas também o já beneficiado.

Um exame mais acurado, sobre os dados levantados pelo Censo Agrícola de 1920, referente ao ano anterior, revela que as técnicas de produção eram muito rudimentares, com pouco investimento em sua melhoria. Exemplo: era elevado o número dos engenhos de farinha e de cana, e diminuto o de máquinas e equipamentos.

Não haveria grandes mudanças nas décadas seguintes.

³³ *Guia do Estado de Santa Catarina de 1927*, p. 56

TABELA 2.7

MAQUINAS E INSTRUMENTOS EMPREGADOS

NA AGRICULTURA NEOTRENTINA

1920 -1940

ANO	ESTAB.	TRATORES	ARADOS	GRADES	SEMEADORAS	CULTIVADORAS	PULVERIZADORAS	CEIFADEIRAS
1.920	781	1	93	19	1	1	1	-
1.940	956	-	172	8	-	-	-	-
1.950	1.077	-	214	12	-	-	-	-
1.960	1.266	1	268	50	11	99	88	-

Fontes: Censo de Diretoria Estadual de Estatística de Santa Catarina de 1920; Censos Agrícolas de 1940, 1950 e 1960, do IBGE.

A vitivinicultura neotrentina, com seu insucesso nos períodos citados, mostra a dificuldade de ter-se um produto nobre, capaz de promover o acúmulo de capital para explorar-se outras atividades. Parte do problema estava na incapacidade técnica e na falta de investimento. Estes, por sua vez, esbarravam na qualidade da terra e na falta de capital, formando um círculo vicioso. Outro exemplo disso era a cana-de-açúcar, produzida por muitos engenhos,

empregando bastante gente e ocupando parte considerável da terra, mas sem atingir índices de produtividade e qualidade que o mercado exigia.

Em 1919, a área plantada de cana-de-açúcar, em 248 estabelecimentos, era de 224 hectares, que produziam 3.580 toneladas. 120 dessas foram vendidas a terceiros e as restantes 3.460 foram transformadas em 173 toneladas de açúcar.³⁴ Esse açúcar era bruto, escorrido, sem condições de concorrer em qualidade com as usinas, que há época, em nosso Estado, eram apenas duas, uma delas em Canelinha, na época município de Tijucas, que contava com técnicos trentinos.³⁵ A outra ficava em Joinville.

A produção canavieira catarinense, por hectare, em 1925, após a terrível doença denominada "mosaico", que dizimou muitos canaviais, era de 30 toneladas, e cada uma dessas rendia um saco de 60 kilos. A cana moída nas usinas rendia 7% e, nos engenhos, 3,33%.³⁶ Em Nova Trento, antes dessa epidemia, em 1919, o rendimento por hectare pouco ultrapassou a metade do índice médio, atingindo 15,98 toneladas por hectare. O rendimento em açúcar foi da ordem de 20 kg/t.³⁷

³⁴ Diretoria Estadual de Estatística, Censo de setembro de 1920

³⁵ ROUVER, Vanderlei, op. cit., p. 67-68.

³⁶ PEIXOTO, Ariosto, "Agricultura" in: *Guia do Estado de Santa Catarina de 1927*, pp. 56-57

³⁷ Diretoria Estadual de Estatística de Santa Catarina, Censo de setembro de 1920.

Mesmo que tenha havido sonegação de dados, pelo temor de dar declarações, o que muitas vezes ocorre com o agricultor, os números demonstram ser baixa a produtividade. A produção neotrentina de açúcar "grosso e cristal" da safra de 1925-26, foi calculada em 120 toneladas, o que confirma nossas assertivas, pois não consta ter havido naqueles anos grande variação da área plantada.

O rendimento médio da cana-de-açúcar, em Santa Catarina, por hectare, na década de trinta, aumentou de 47 toneladas por hectare em 1931, para 51 toneladas em 1935. Nova Trento não alcançou estes índices.³⁹ Em 1939, 240 estabelecimentos agrários neotrentinos produziram 4.103 toneladas de cana, sendo 1.851 toneladas transformadas em 71 toneladas de açúcar. O rendimento foi de 3,83%, índice próximo de 1920. O número de estabelecimentos cultivadores e transformadores, como anteriormente, era alto, embora a maioria da cana fosse vendida *in natura*, ao que se deduz, para outros municípios.

Em 1939 havia 77 moendas, 91 moinhos, 12 alambiques e 26 equipamentos para laticínios no município. Dados do Censo de 1950 indicam que a produção açucareira naquele ano foi de 3.030 toneladas, colhidas em 381 estabelecimentos e ocupando

³⁹ IBGE, Sinopse Estatística do Estado, 1935

199 hectares. Apenas 1.749 toneladas foram transformadas, em 155 estabelecimentos, resultando em 101 toneladas de açúcar. Os índices de produção foram: 6,57% para o plantio e 5,77% para a transformação. É notável que 249 proprietários, que cultivavam a cana, levaram-na para beneficiá-la em outro local. A produção de aguardente de cana foi baixa, apenas 3 hectolitros.³⁹

Como a área total cultivada com cana no Estado diminuiu de 3.980 hectares em 1932 para 2.360 em 1933, somando 2.900 em 1934, chegando a 3.200 hectares em 1936,⁴⁰ presume-se que esse produto acompanhou a queda geral que houve no consumo de alguns produtos agrícolas nos primeiros anos da década de trinta. Mas no geral a área cultivada no Estado aumentou no mesmo período, principalmente a de milho, de mercado garantido e a base da alimentação do grande número de suínos e aves.⁴¹

Outro produto que aumentou, continuamente, sua área de plantio foi a mandioca, e, como os outros produtos citados, em razão da terra e das técnicas utilizadas, era

³⁹ IBGE, Censo Agrícola de 1940.

⁴⁰ Departamento Estadual de Estatística/IBGE, *Sinopse Estatística do Estado, 1935*.

⁴¹ O número de aves era relativamente alto, segundo os Censos Agrícolas, provavelmente em razão da produção de ovos, que em 1940 era de 103.812 dúzias. Em 1950 havia 62.503 aves, mais de 55.000 eram galinhas, que produziram 92.000 dúzias de ovos, segundo os Censos Agrícolas respectivos.

baixa a sua produtividade. Mas a busca pela fécula, um seu subproduto, em razão da Segunda Guerra, fez aumentar enormemente sua produção, bem como a do aipim.⁴²

O agricultor neotrentino, que produzia quase tudo o que consumia, deve ter, logicamente, se dedicado ao produto que tinha mercado e preço garantido e em alta, além de levar em conta as duras medidas oficiais do Estado Novo para a agricultura. Não são outras as razões que levaram a aumentar a plantação de milho, mandioca, aipim, feijão e arroz.⁴³ O fumo e o trigo, cuja produção era baixa, desapareceram das estatísticas oficiais entre 1950 e 1960.

⁴² A Segunda Guerra promoveu a procura da fécula da mandioca, o que causou o aumento do número das feculares e do plantio da mandioca e do aipim.

⁴³ A Comissão de Abastecimento, criada pelo governo do Estado Novo (1937-1945), pela Resolução N. 19, de 19 de setembro de 1944, isentou de "Guia de Exportação" o arroz, a banha, a farinha de mandioca e o feijão. Tudo o mais era controlado, não podendo sair do município sem a Guia referida.

TABELA 2.8

PRINCIPAIS PRODUTOS AGRICOLAS DE NOVA TRENTO
1940-1960

PRODUTO	1940			1950			1960		
	ton.	estab.	ha ⁽¹⁾	ton.	estab.	ha	ton.	estab.	ha
Milho	2.336	955		5.863	407	855	5.760	1.179	4.750
Mandioca ⁽²⁾	5.357	667		3.058	200	222	4.624	222	309
Aipim				5.654	558	528	19.195	809	1.487
Cana-de-açúcar	4.103	240		3.030	124	54	2.521	...	1.487
Feijão	252	803		460	329	271	1.107	843	1.511
Fumo	8	42		7	11	4	-	-	-
Trigo	-	-		12	10	24	-	-	-
Arroz	149	271		98	205	98	219
Café	113	319		132	324	195	9	35	7
Uva		43	238	8	17	9	2

Fonte: IBGE, Censos Agrícolas de 1940, 1950 e 1960.

(1) As áreas plantadas não constam separadamente no Censo Agrícola de 1940

(2) A mandioca e o aipim foram somados no Censo Agrícola de 1940

Em 1945, em Santa Catarina, de um total arrecadado na agricultura de 4.046 contos de réis, 1.884 contos eram oriundos do milho e 986 contos da mandioca. O café participava com pouco mais de 50 contos, mas era plantado em área restrita, talvez por efeito da legislação, pois se estava em pleno Estado Novo, com suas medidas restritivas. Os preços favoráveis tinham levado o agricultor neotrentino a plantar muitos novos pés, em 1940, mas deve ter tido prejuízos após as novas leis federais, pois seu número e a produção total do grão diminuíram nas décadas seguintes.

A área total cultivada no município passou de 1.406 hectares em 1919, para 3.271 em 1940, 3.758 em 1945, 7.747 hectares em 1950, conforme dados oficiais dos Censos respectivos. Nas nesse último ano, apenas 550 hectares, 7,10%, eram de cultura permanente, mais aconselhável para o tipo de solo do município. O contínuo aumento da área de pastagem e de terras incultas, mostra que algumas terras tinham se tornado impróprias ou antieconômicas para a lavoura. Isso ocorria numa época em que os gêneros alimentícios aumentavam de preço a cada ano.⁴⁴

⁴⁴ Sinopse de preços entre 1938-47, Anuário Estatístico do Brasil de 1950.

A maior parte da área dedicada à cultura temporária, em 1940, era ocupada pelo milho, o que se explica, também, pelo elevado número de suínos, mais de 9.000, valorizado pela fabricação de banha, produto rentável na época, e pela existência de mais de trinta mil aves, produtoras de ovos, que eram exportados para municípios vizinhos e capital do Estado.⁴³ Essa tendência continuou, pelo menos, até 1949, quando em 1.054 estabelecimentos, de um total de 1.077, criava-se mais de 14.000 suínos.⁴⁴ O abate era constante, pois metade desses últimos estava com menos de seis meses, e mais de cinco mil desses animais estavam em engorda. A banha era o produto que mais tinha valorizado entre o fim da década de trinta e fim da de quarenta, quando houve aumentos sucessivos dos gêneros alimentícios.

Em 1940, Nova Trento tinha 9.761 hectares em matas pertencentes a particulares e uma área superior a 10.000 hectares de terras improdutivas ou inproveitadas. Somando-se essas áreas à cultivada, tem-se o total de 25.602 hectares, distribuídos nos 956 estabelecimentos rurais do município. É sintomático que o valor total dessas terras, arbitrado no Censo daquele ano, totalize 6.748 contos de

⁴³ Guia do Estado de Santa Catarina de 1935, p. 354-355.

⁴⁴ IBGE, Censo Agrícola de 1950.

réis, ou, seja, pouco mais de 263 mil-réis por hectare, aproximadamente o salário mensal de um carpinteiro, na época.⁴⁷

Como na ocasião havia terra para compra no Vale do Itajaí, e no oeste, seu baixo preço, em município próximo do litoral, onde teoricamente valeria mais, dá a medida de seu valor de mercado em Nova Trento.

Mas não se pode acusar o neotrentino de displicência ou conservadorismo excessivo quanto ao não investimento em melhoria da produção, embora isso fosse em parte verdade. Diversas tentativas com outras culturas, desde o início da colonização, não deram resultados satisfatórios, o que, aliás, se repetiu em outras colônias do Estado.

O trigo, o bicho-da-seda e a vinha, foram exemplos de decepções.⁴⁸ O meio físico, com pragas desconhecidas, uma terra fraca, insetos que atacavam plantas e pessoas, um clima inconstante, que não permitia a aclimação de vegetais de clima temperado, pesavam negativamente no ânimo do agricultor.

⁴⁷ IBGE/DEE, *Sinopse Estatística do Estado de 1950*.

⁴⁸ SANTOS, Roselys Isabel Correa dos, in: *A colonização italiana no Vale do Itajaí-Hiria*, p. 60, refere-se às tentativas infrutíferas de se plantar trigo na região. Outras fontes confirmam essa dificuldade. No caso de Nova Trento, os números dos Censos, com respeito ao trigo e vinha, apresentados na Tabela 2.8, traduzem uma realidade apreendida em diversas outras fontes. Também não deu resultado a tentativa de voltar a criar o bicho-da-seda. O Censo de 1940 acusa, inclusive, alguns plantadores de algodão, o que comprova a idéia de que havia vontade e trabalho, mas não o retorno econômico.

A flutuação de preços, causada por crises e inflação, a atuação dos governos, que em alguns casos interferiam na produção com proibições ou limitações, criavam incertezas. Repetir-se-á na indústria o que ocorreu na agricultura: a tradição artesanal e a policultura promoverão o suficiente para o consumo interno, até que padrões, formados externamente, evoluam e tornem a concorrência impossível, rebaixando a renda de pelo menos parte da população, que não verá outra solução senão migrar.

O pequeno crescimento industrial entre 1950-1960 é um dos responsáveis pelo crescimento populacional de 26,59% no período, bem superior aos 6,18% da década anterior. A agricultura também reagiu bem no período, havendo maior investimento em instrumentos básicos para a lavoura neotrentina. Situação que se repetiu com relação ao maquinário. Mas a abundante mão-de-obra, deduz-se, não incentivava muito o emprego de mecanismos, o que contribuiu para uma agricultura pouco produtiva. A força de trabalho animal continuou sendo a mais utilizada na maioria dos estabelecimentos e, em alguns, a força humana era a única existente. Em 1950 havia 1.077 propriedades rurais, predominando em 751 delas a força animal. Em 1960 esse número baixaria para 263, num total de 1.236 propriedades.

O número de pessoas empregadas na agricultura, no entanto, não diminuiu. Pelo contrário, apesar das migrações, aumentava, aparecendo a figura antes quase desconhecida do assalariado rural. A presença deste, embora em pequeno número, era um dos sinais que a agricultura e a economia, como um todo, estava se transformando.

Os registros de pessoas empregadas na lavoura parece baixo, no entanto, se for analisada a pirâmide demográfica de 1940 e a metodologia do IBGE para os Censos Agrícolas, ver-se-á que apenas pessoas maiores ou de pouco menos de 14 anos foram computadas.⁴⁷ O número de pessoas que trabalhavam na agricultura e atividades afins, por propriedade, deve ser bem maior, aproximando-se mais do total da população rural, muito maior que a urbana.

⁴⁷ Com exceção do Censo de 1950, no qual adotou o padrão de 15 anos.

TABELA N. 2.9

PESSOAL OCUPADO NA AGRICULTURA

1940-1960

ANO	HOMENS	MULHERES	TOTAL	PROPR.RUR.	PESS./PROPR.	ASSALARIADOS		%
						ESTAB.	TOTAL	
1.940	1.766	1.079	2.913	956	3,05	000	29	1,00
1.950	2.267	1.066	3.333	1.077	3,09	---	312 ⁽¹⁾	9,36
1.960	2.932	2.411	5.543	1.236	4,48	59	121	2,18

Fonte: IBGE, Censos Economicos 1940, 1950 e 1960.

(1) O Censo Agrícola de 1950 registrou que 240 desses trabalhadores eram temporários, homens na sua maioria

A década de sessenta seria de crise, evidenciada pelo crescimento negativo da população neotrentina, mesmo descontando-se o desmembramento do distrito de Vargedo, em 1962. A tendência à saída de uma força de trabalho para outras regiões envolve causas e processos alheios às

questões locais, mas parece fora de questão que a economia neotrentina, baseada na agricultura, não gerava meios para manter parte de sua população. O avanço para as madeiras sem grande valor comercial, vendida como lenha, em grandes quantidades e explorada em alto número de propriedades, a partir do fim da década de cinquenta, é um claro sinal disso.⁵⁰

⁵⁰ Segundo o Censo Agrícola de 1960, 753 estabelecimentos exploravam lenha naquele ano, sendo a produção total de 46.894 m³, havendo apenas uma fábrica de carvão.

CAPITULO 3 - O COMERCIO

3.1 - O SISTEMA DE IMPORTAÇÃO-EXPORTAÇÃO

3.1.1 - A GENESE DE UM SISTEMA

Na metade do século XVIII, depois da criação da Capitania de Santa Catarina, à escassa população branca inicial, agrupada, principalmente, nas povoações de São Francisco, Desterro e Laguna, foi acrescida uma outra, superior a 5.000 pessoas, vindas do Arquipélago dos Açores, principalmente entre os anos de 1748 e 1756. Esse novo contingente humano se concentrou, sobretudo, na Ilha de Santa Catarina e continente próximo.

Para a administração e defesa, instalou-se na capital da Capitania, Desterro, uma burocracia e numerosa tropa que transformou-se num mercado consumidor,¹ pois essa massa populacional, diferente da mais antiga e da que veio dos Açores, não produzia para seu sustento, e seu estrato mais elevado tinha, evidentemente, maior poder aquisitivo.

¹ HUBNER, Laura Machado, *op. cit.*, p. 17.

Embora a legislação portuguesa proibisse a atuação de atravessadores ou intermediários de alguns alimentos,² houve a necessidade e as condições de atuação dos agentes de troca: os comerciantes. Ao lado de militares e pessoal da burocracia, esse pessoal ligado ao comércio tornou-se uma classe dona de algum poder político e econômico, já a partir do fim do século XVIII.³

A população da capitania em 1797 somava 24.892 habitantes, sendo 1.027 militares vindos para guarnecer a Ilha de Santa Catarina, onde ficava a Capital, Desterro. Ao norte havia o Distrito de São Francisco, com 4.053 habitantes e ao sul, o de Laguna, com 4.312 habitantes. Os demais estavam localizados na Ilha e litoral próximo. Pequenas povoações, incluídas nos distritos citados e no do Desterro, ponteeavam aqui e ali, como São Miguel, São José e Porto Belo, no continente, Santo Antonio da Lisboa e Nossa Senhora da Lapa do Ribeirão, na Ilha, além de algumas armações de baleia.⁴

As diversas populações litorâneas se comunicavam principalmente por meio do mar, e aos poucos um rudimentar comércio foi crescendo, graças a um excedente, que passou a ser exportado em sua maior parte pelo porto do Desterro.⁵

² CABRAL, Oswaldo Rodrigues, *História de Santa Catarina*, op. cit., p. 87.

³ CABRAL, Oswaldo Rodrigues, op. cit., p. 99.

⁴ CABRAL, Oswaldo Rodrigues, op. cit., p. 81.

⁵ HUBNER, Laura Machado, op. cit., p. 23-25.

Na época, final do século XVIII, a Capitania tinha 884 engenhos de mandioca, 297 atafonas de trigo, 192 produtores de aguardente, 63 engenhos e fábricas de açúcar, 32 cortumes e 4 engenhos de arroz. São Miguel detinha 21% dos engenhos de mandioca e São José tinha 27,61% das atafonas citados. Em toda a Capitania havia apenas 18 embarcações maiores, mas registrou-se, no ano de 1796, a entrada de 116 embarcações nos seus diversos portos.⁶

Desterro, onde estavam as principais autoridades e a maioria da tropa, com um porto abrigado, foi se transformando no principal centro daquele comércio que, lentamente, foi evoluindo. A Ilha tinha, no mesmo período referido, 18 casas de comércio, São Francisco contava com 8 e Laguna, 11.⁷

Com a Independência, a vila capital transformou-se em cidade e a Capitania em Província do Império. O comércio de importação e exportação aumentou. Essa evolução acelerou-se após 1850, graças a fatos externos favoráveis, como a guerra do Paraguai e a grande seca do Nordeste da década de setenta e, sobretudo, pelo aumento da população brasileira e conseqüentemente, do consumo. Até então era pequena a participação catarinense na economia nacional.⁸

⁶ CABRAL, Oswaldo Rodrigues, op. cit., p. 81.

⁷ CABRAL, Oswaldo Rodrigues, op. cit., p. 82.

⁸ HUBNER, Laura Machado, op. cit. p. 43-46.

O ano de 1850 é tido como o do fim do período de uma economia catarinense majoritariamente de subsistência e o início de uma outra, de agricultura diversificada.⁷ O fato está interligado à situação de equilíbrio político e econômico do Império, atingido por volta desse ano e, principalmente, à ação da massa populacional que veio integrar a província: os imigrantes.

A pequena elite de comerciantes do Desterro, de São Francisco e Laguna, desde o início beneficiou-se com a vinda de imigrantes e com a colonização. Houve mesmo a sua participação em alguns empreendimentos colonizatórios, como a Colônia Nova Itália, no Vale do Rio Tijucas e, embora por algum tempo, na Colônia Blumenau. Empreendimentos industriais também tinham, com frequência, sua participação ou mesmo a sua iniciativa.¹⁰

Como toda elite, absorvia lideranças da terra ou de recém-chegados. Havia rituais de estreitamento e renovação de laços, como festas e encontros, além de casamentos entre famílias influentes. Tudo dentro dos padrões de uma emergente burguesia regional, que absorvia costumes e idéias da então capital brasileira, o Rio de Janeiro.¹¹

⁷ CUNHA, Idaulo J. *Evolução Econômico-industrial de Santa Catarina*, op. cit., p. 36.

¹⁰ *Ibidem*, *ibid.* p. 41.

¹¹ CABRAL, Oswaldo R., op. cit., p. 167-168.

A gênese dessa classe foi o comércio e o seu centro mais dinâmico foi, por todo o século XIX a vila, depois cidade de Desterro. Ali estava o centro administrativo, com a Alfândega, órgão maior da arrecadação dos tributos. Era a capital política que teve, por décadas, o principal porto da Província, para onde afluíam centenas de embarcações menores, trazendo produtos primários e regressando com mercadorias oriundas de outros centros ou países.

Com a expansão e o amadurecimento das colônias, aflorou em quase todas elas um comércio, oriundo, principalmente, da agricultura. Surgiram empresas comerciais de certo capital em Blumenau, Joinville, Tijucas, Brusque e em outros centros, ampliando-se, principalmente após o fim do século passado, a classe de comerciantes catarinenses.

Esse comércio, integrante de um sistema de "importação-exportação", proporcionaria o acúmulo de capital que, por vezes, foi utilizado para investir na indústria.¹²

¹² CUNHA, Idaulo J., *op. cit.*, p. 74.

3.1.2 - EVOLUÇÃO DO SISTEMA

As três primitivas povoações catarinenses, São Francisco do Sul, Desterro e Laguna, nasceram junto a portos marítimos. Não se trata de um privilégio, pois a ocupação portuguesa do País iniciou-se pelo litoral, apoiando-se em locais onde havia água, abrigo e condições razoáveis de salubridade. A presença de alguma matéria-prima de interesse comercial ou terras para o cultivo foi importante para a fixação definitiva do homem na terra.

O litoral catarinense, com exceção do sul, que é excessivamente retilíneo e não dispõe de atracadouros seguros e de fácil acesso, portanto não muito apropriado para assentamentos humanos, preenche quase todas as condições acima enumeradas. A foz de alguns rios parcialmente navegáveis também facilitou o acesso e a instalação de povoações permanentes e a penetração aos seus vales, ocupados, posteriormente, pelos imigrantes. Assim, os caminhos de entrada para a ocupação eram quase sempre os mesmos da saída da produção e chegada de mercadorias.

TABELA 3.1

NAVEGAÇÃO INTERNA DA PROVINCIA

MOVIMENTO DO PORTO DO DESTERRO - 1878

TIPO NAVIO	PROCEDENCIA/DESTINO	ENTRADA	SAIDA
Vapor	Laguna	14	14
Brasileiro	S. Fco. do Sul	17	18
	Araranguá	4	4
	Barra Velha	22	23
TOTAL		57	59
Navio a vela	Camboriú	1	9
Brasileiro	Garopaba	5	12
	Itajai	36	36
	Itapocoróbi	9	12
	Laguna	48	53
	Parati	1	1
	S. Fco. do Sul	5	5
	Tijucas	96	104
TOTAL		201	232
TOTAL GERAL		258	291

Fonte: Relatório da Alfândega do Desterro, 1878.

São Francisco do Sul, localizada mais ao norte, manteve uma certa independência, mas Laguna por muito tempo dependeu do porto do Desterro.¹³ Tijucas, a quem Nova Trento esteve por muito tempo fortemente ligada, tinha fortes laços com Desterro/Florianópolis, o que se estendeu até o presente século. Essa ligação comercial era feita, inclusive, pelo rio do Braço e Tijucas, até o pequeno porto tijucano, seguindo depois as mercadorias até a capital. Esse porto esteve ativo até 1940.¹⁴

Após a última década do século XIX a força econômica e política do Vale do Itajaí fez com que o porto de Itajaí, aos poucos, fosse aumentando seu movimento e, após melhoramentos e dragagens na foz do rio, se transformasse num dos dois principais portos catarinenses.¹⁵

Era pelos portos que saía a grande maioria das exportações até a década de quarenta desse século. A construção de estradas, ligando as cidades e colônias entre si e estas ao litoral, foi uma meta de muitos governos pós-republicanos e praticamente nunca parou, pois a economia estava quase toda voltada para a exportação. A mudança se

¹³ HUBNER, Laura M, op. cit., p. 31.

¹⁴ Tijucas era até então o mais importante dos pequenos portos ligados ao comércio de cabotagem em Santa Catarina, segundo PELUSO JR. in: "A evolução urbana...", op. cit., p. 115.

¹⁵ PELUSO JR., "A evolução urbana...", op. cit., p. 126.

daria como resultado da chegada da era do automóvel e das modernas rodovias que ligariam o Estado ao restante do país no sentido norte-sul.

Desde a década de vinte, com a interligação de estradas e mudanças no mercado e na legislação sobre transportes, os pequenos portos perdem sua importância. Uma dessas rodovias era a Florianópolis-Itajaí-Blumenau, que passava por Tijucas, atravessando o rio Tijucas por balsa, onde foi construída, inicialmente, uma ponte de ferro, substituída depois por uma de concreto.

Através de Tijucas, Nova Trento ligou-se, por rodovias, diretamente à capital do Estado, mercado de parte de sua madeira e de produtos coloniais. Estabeleceram-se, também, linhas regulares de ônibus-caminhões para Brusque, Blumenau e Tijucas. Em 1937, duas linhas de ônibus faziam o percurso Florianópolis-Nova Trento: a Auto Viação Battistotti e a Auto Viação Nova Trento. A primeira com dois carros e a segunda com um, transportaram, além de carga, 1.584 passageiros embarcados na Capital naquele ano. Outras empresas faziam a ligação com Tijucas, Brusque e Blumenau. Esses empreendimentos de transporte eram sempre iniciativa

de comerciantes.¹⁶

Nas décadas seguintes, a rodovia dominaria o sistema de transportes, sendo construída a BR 101, ligando o litoral do Nordeste ao Sul do Brasil, passando por Tijuca. O comércio regional transformar-se-ia, inteiramente, com essa evolução dos transportes e da técnica industrial, além das mudanças na estrutura do mercado nacional e regional.

As mudanças não se deram somente como parte de um processo evolutivo "natural" mas também por causa e por meio de uma intervenção governamental, que visava nacionalizar o mercado. Leis severas foram elaboradas ao tempo do Estado Novo (1937-1945), estabelecendo padrões de difícil alcance por economias predominantemente agrícolas, como a neotrentina.

O quase desaparecimento do cultivo da uva e produção local de vinho é ilustrativo. Do mesmo modo, pelas proibições irrecorríveis, praticamente desapareceu o comércio de cabotagem através dos pequenos portos.¹⁷

¹⁶ Vê-se no *Guia do Estado de Santa Catarina de 1937*, p., 152, que as linhas de "auto-caminhões" e de ônibus pertenciam a Angelo Maurici e a Guilherme Fachini. Mais tarde, a empresa Expresso Brusquense Ltda. estabeleceu uma linha ligando Brusque e Nova Trento a Florianópolis. Nas décadas seguintes, a rodovia dominaria o sistema de transportes, sendo construída a atual BR-101, ligando o litoral norte e sul do país, passando por Tijuca. O comércio regional transformar-se-ia, inteiramente, com a evolução dos transportes, da técnica industrial e das mudanças na estrutura do mercado nacional e regional.

¹⁷ PELUSO JR. in: "A evolução urbana", op. cit., pp. 136-137, revela que em Tijuca o pessoal empregado nas atividades portuárias teve que se mudar para Itajaí e outros lugares, tendo, também, se abatido o comércio do Vale do Tijuca. Afirma que houve a erradicação da lavoura de cana em alguns municípios na década de 40, o que resultou na diminuição da sua população.

O aumento da produção de mandioca, aipim e milho, da madeira e da banha catarinenses, na década de quarenta, como se viu no município de Nova Trento, são mais o resultado da grande alta daqueles produtos nas grandes cidades e reflexo da Segunda Guerra que uma evolução. Igualmente ilusório é pensar que o pequeno crescimento na década de cinquenta fosse permanecer, pois o problema era estrutural, sem condições de ser mudado por estímulos externos efêmeros.

O comércio neotrentino não mais teria a força de outrora, acompanhando a queda da agricultura, a quem era ligado umbilicalmente. As terras se tornaram estéreis, parte da população migrou, muitos passaram a dedicar-se ao setor terciário na capital e outros municípios. Cidades próximas passariam, em função da maior facilidade de transportes, a competir com o comércio local no abastecimento de produtos de fora. Foi o esvaziamento e a decadência, dentro de um quadro maior que também mudou.

3.2 - O COMERCIANTE NEOTRENTINO

3.2.1 - UM INICIO DIFÍCIL

O comércio neotrentino desde o início esteve ligado às vizinhas cidades de Tijucas e Brusque. Em 1880 foi construída uma estrada ligando o então distrito colonial à sede da Colônia Brusque e dez anos depois foi terminada a estrada para Tijucas. A verdadeira luta política ocorrida em torno desse último empreendimento, explica o interesse dos dois centros maiores em manter uma ligação com o incipiente mercado representado por alguns milhares de imigrantes.^{1º}

Do lado do imigrante, havia, logicamente, o desejo e mesmo a necessidade de vender para poder comprar os produtos que necessitava. Mas eram grandes as dificuldades. Não havia um mercado local, pois todos produziam praticamente as mesmas coisas. A maioria, que morava nas linhas coloniais, tinha distâncias enormes a percorrer, por caminhos quase intransponíveis e quem conseguisse levar a pequena produção a Brusque ou Tijucas, vendia o que tinha por preços não compensadores, e, submeter-se-ia, ao mesmo tempo, a comprar

^{1º} BOITEUX, Henrique Carlos, *Nova Trento*, op cit., p. 29-32.

muito caro o que necessitava.¹⁷

Henrique Carlos Boiteux, referindo-se ao Distrito neotrentino na década de noventa do século passado, informa que eram importados: fazendas de lã, linho e algodão, ferragens, farinha de trigo, azeite doce, vinhos, vinagre, bacalhau, fumo em corda e desfiado, sabão, velas, querosene, carne seca, café, louças, munição, cal, cimento, miudezas de armarinho, alcatrão e tintas. A exportação constava de madeira serrada, milho, feijão, farinha de mandioca e de milho, charutos, açúcar, aguardente, cerveja, louça de barro, vassouras, cestos de vime, cadeiras e sofás toscos, ovos e vinho e alguma seda em casulos e manufaturada.²⁰

Chama a atenção que uma colônia comprasse vinho, embora também o vendesse e que adquirisse também trigo e fumo, pois o próprio autor informa, na mesma obra, a existência dessas duas culturas em Nova Trento. Sabe-se que o trigo, como a vinha, tradicionais na terra de origem, aqui não vicejaram, como mostraram as tabelas do capítulo anterior.

Mas não havia só dificuldades. Existia, a nível regional, um mercado organizado, que se estendia às colônias mais antigas, interligado às cidades portuárias.

¹⁷ GROSSELLI, Renzo Maria, op. cit., p. 473.

²⁰ BOITEUX, Henrique Carlos, *Nova Trento*, op cit., p. 53-54.

Os preços dos produtos primários eram realmente baixos, se for computado o trabalho envolvido em sua produção e as dificuldades de transporte e armazenagem da época, mas, por vezes, alguns desses produtos alcançavam preços compensadores, como aconteceu com a banha e o fumo.

Nova Trento foi uma colônia inserida no meio a outras mais antigas, que já tinham estruturado sua economia, onde alguns comerciantes dominavam as trocas. Esse domínio se dava duplamente: na compra das mercadorias, onde ditavam o preço, e na venda de produtos vindos de fora, que o imigrante necessitava. Mas isso foi superado, pelo menos em parte, quando o colono atingiu um certo equilíbrio econômico, conseguido com o domínio do plantio de plantas locais, como a mandioca, e adquiriu um nível de informações não só sobre o novo meio físico e cultural em que passou a viver, mas também sobre o mercado em que estava inserido.

Como era a família que fornecia a principal força de trabalho nas propriedades agrícolas, não havia problema de mão-de-obra. As quedas de água e animais utilizados no campo facilitavam produzir quase tudo o que o colono mais precisava. No entanto, a busca da auto-suficiência e a facilidade para produzir e transformar colaboraram para o não aprimoramento da técnica e da produtividade - condições para o crescimento e consolidação de um sistema de trocas mais estável.

Uma hipótese aceitável para o "fechamento" do colono neotrentino, buscando produzir de tudo e não depender de "fora", é a da não-aceitação das condições de preço imposta pelos comerciantes e industriais que lhe adquiriam mercadorias primárias e forneciam produtos acabados. Pelo menos quanto à cana-de-açúcar, isto pode ter acontecido. Na localidade de Canelinha, então município de Tijuca e muito próximo a Nova Trento, ficava a usina de Antero Francisco de Assis, a qual adquiria a cana por preços considerados vis, levando alguns a preferirem produzir o açúcar em pequenos engenhos e deixar de vender a cana bruta.²¹

E mais provável, no entanto, que outras causas, de natureza estrutural, tenham atuado de forma decisiva na evolução da economia neotrentina. As medidas governamentais durante o Estado Novo, nas décadas de trinta e quarenta, sem dúvida concorreram para sua decadência, mas é preciso que se analise, também, outras causas e fatos, em seu tempo e devido contexto, para a formação de um quadro explicativo lógico.

Outro fato que pesou na evolução do comércio neotrentino foi a dificuldade de associação. São poucos os exemplos de sociedades e de cooperativas. E, diferentemente do que ocorreu com algumas colônias de imigrantes de origem

²¹ ROUVER, Vanderlei. *Canelinha do Tijuca Grande*, op cit., p. 67-68.

alemã, perdeu-se o contato com a pátria de origem, que muito pouco comércio tinha com o Brasil, a quem vendia as mesmas coisas que as colônias produziam.²²

A geografia e a política imigratória foram ingratas com os colonos de origem italiana em Santa Catarina. Eles foram localizados, na maioria das vezes, na periferia das antigas colônias alemãs, em terras mais montanhosas, sem estradas ou alguma infraestrutura viária. Suas colônias foram emancipadas precipitadamente, abandonando-se muito cedo a ajuda oficial.

A sede de Nova Trento, bem como as linhas coloniais próximas, teve menos dificuldades de acesso ao mercado e aos centros maiores, graças a sua localização próxima a Brusque e Tijucas. Com essa última havia a ligação fluvial pelo rio do Braço, afluente do Tijucas. Algumas das linhas coloniais neotrentinas eram interligadas, mas as situadas mais distantes da sede, as que foram implantadas em direção às nascentes do Rio do Braço ficaram quase isoladas.

As duas realidades do interior neotrentino se refletiram na evolução de seu comércio. A parte mais povoada e próxima a centros maiores teve maiores facilidades de

²² O "Tirol do Sul" passou a integrar o território italiano após a Primeira Guerra. Segundo o Ministério de Relações Exteriores do Brasil in: *Brasil, estatísticas, recursos, possibilidades*, 1936, p. 155, a Itália era, na década de trinta deste século, o quinto comprador do café brasileiro, e vendia, principalmente, vinhos e sedas.

acesso ao mercado, além de terras mais planas. A mais alta, onde era expressiva a presença de luso-brasileiros e alemães, além de poloneses, predominava uma lavoura diversificada, mas primária, sem uso de adubos ou arados.²³

O imigrante italiano chegou em Santa Catarina num momento de seu crescimento econômico. Nova Trento foi fundada poucos anos após a Guerra do Paraguai, a qual trouxe enormes benefícios econômicos e de infraestrutura da então Província catarinense.²⁴

Ao lado de dificuldades locais, como a falta de estradas e assistência, havia uma estrutura regional de serviços, uma administração pública e um comércio que permitiu a troca de bens. Mais do que isso, o Brasil deu ao imigrante a terra e condições para que progredisse em sua nova pátria.

Parte da literatura sobre a imigração e colonização supervaloriza os problemas iniciais e dificuldades como a da não adaptação de culturas tradicionais e crises econômicas como a da passagem do século,²⁵ sendo relatadas até com

²³ A Revista *Serviço de Informações* N. 36, do Depto. Estad. de Estatística, de 1941, p. 08, revela que "... em Vargedo não se usa o arado, utilizam-se as queimadas". O historiador Walter Fernando Piazza, neotrentino, informou verbalmente, em 20 de março de 1993, que até 1945 o acesso a Vargedo era feito a cavalo.

²⁴ A Guerra do Paraguai (1864-1870) beneficiou a Província catarinense, segundo PIAZZA, Walter F. in: *Santa Catarina: sua história*, p. 460-463. Foram construídas linhas telegráficas, salientou-se a necessidade da exploração do carvão mineral do sul da Província e iniciaram os estudos para a construção de ferrovias. Na década de setenta, a lavoura catarinense estava em expansão, inclusive a da mandioca, por causa da grande seca do Nordeste.

²⁵ Nos referimos na grande crise econômico-financeira brasileira entre 1898-1906.

emoção.²⁴ Mas uma visão mais abrangente, dentro de um espaço de tempo maior, mostra que o imigrante teve, além de sua notória capacidade de trabalho e iniciativa, oportunidades, as quais muitos aproveitaram.

No geral, houve uma melhoria de vida e algumas famílias neotrentinas conseguiram excedentes, transformando-se em comerciantes. Estes, por sua vez, eram também intermediários locais, associados a negociantes de fora. Surgiu alguma indústria, na maioria de vida curta, e uma elite local, cujos representantes ocupavam os principais cargos públicos e dominaram a política municipal por décadas.

²⁴ Exemplo dessa visão é a de uma testemunha ocular da época, Luigi MARZANO, sacerdote italiano que viveu na colônia de Urussanga, no sul catarinense, escreveu que: "Os produtos da colônia, como o milho, o açúcar, o feijão e também os animais, não são procurados (...) Os tecidos, o sal, os instrumentos de trabalho, os utensílios de casa, até os pregos e agulhas são importados do estrangeiro e são vendidos pelo triplo do valor". Conf. MARZANO, Luigi, in: *Colonos e missionários italianos nas florestas do Brasil*, pp. 182-183.

3.2.2 - O COMERCIANTE

Os primeiros comerciantes de Nova Trento foram Henrique Carlos Boiteux, Giuseppe Battisti Archer e Francisco Gotardi. Boiteux foi o pioneiro, em 1876, Gotardi iniciou em 1892 e Archer instalou-se no final do século.²⁷

Henrique Carlos Boiteux era comerciante em Tijuca e instalou uma filial na sede de Nova Trento. O local escolhido foi o cruzamento do ribeirão Alferes com o do Braço, local de passagem obrigatória para muitos colonos que se deslocavam de suas linhas coloniais para o pequeno centro. Boiteux já era pessoa de capital e experiência comercial, tendo tido também casa de comércio anteriormente em Desterro. Em 1880 mudou-se em definitivo para Nova Trento, tendo posteriormente, seu filho Hipólito, assumido os negócios.²⁸

Henrique Carlos era homem de notável formação: estudou artes, escritor, poliglota, comerciante e político. Tentou instalar a indústria da seda em Nova Trento, financiando a vinda de mudas de amoreira e do bicho-da-seda e orientando os colonos. Bateu-se pela abertura da estrada

²⁷ GROSSELLI, Renzo M., *op. cit.*, p. 489-90

²⁸ PIAZZA, Walter F. *Nova Trento*, *op. cit.*, p. 125

para Tijucas, conseguindo com alguns amigos a sua implantação, participando com empréstimos e como empreiteiro. Lutou pela emancipação política do então distrito. Quatro de seus filhos, Hipólito, José Artur, Lucas e Henrique se tornaram figuras de projeção na vida política, intelectual e econômica de Santa Catarina.

Hipólito Boiteux é praticamente o símbolo do comércio neotrentino. Teve grande atuação política, sendo subdelegado de polícia e delegado literário, presidente da banda de música, chefe escolar e juiz de paz. Foi eleito Conselheiro Municipal e primeiro Superintendente (Prefeito) do município. Por duas vezes, foi eleito Deputado Estadual, Major e, posteriormente, tal como seu pai, Coronel da Guarda Nacional.²⁹ Mais que um ilustre personagem, sua biografia demonstra a importância do negociante na sociedade neotrentina e catarinense.

²⁹ A Guarda Nacional foi criada em 1831 "para defender a Constituição, a liberdade, a independência e integridade do Império", em momento que havia a ameaça de desintegração desse último. A República conservou a instituição, com objetivos semelhantes. Pertencer à Guarda Nacional representava mais que uma honraria: era o reconhecimento oficial de uma liderança ou de um empresário bem-sucedido. Não é surpresa pois que muitos filhos de imigrantes tenham a ela pertencido. Era, também, uma forma do poder político instituído absorver uma nova força, de origem européia.

Laudelino Gallotti & Boiteux

COM ARMAZEM DE

FAZENDAS, ARMARINHO, FERRAGENS, DROGAS SECCOS E MOLHADOS

COMISSÕES E CONSIGNAÇÕES

NOVA TRENTO

Estado de Santa Catharina

A empresa de Hipólito Boiteux, quando era formada por ele e seu sobrinho, Laudelino Gallotti, em 1904.

Fonte: Anuario Catarinense para 1904.

Hyppolito Boiteux & Cia.
Rua Coronel Henrique Boiteux n. 1 -:- Rua Guarda Mariaba Martinelli n. 2.
Codigo Teleg.: „MASCOTTE“ - End. Teleg.: „BOITEUX“
NOVA TRENTO - Estado de S. Catharina
CASA FUNDADA EM 1882

Completo sortimento de Fazendas, Armario, Chapéos, Calçados, Papelaria, Ferragens, Louças, Drogas, Tintas, Oleos, Seccos e Molhados, Arados e machinas para a lavoura.

Exportadores de Madeiras, Farinha de Mandioca, Assucar, Café e cereaes

Correspondentes dos Bancos Nacional do Commercio, Sul do Brasil e Banco de Credito Popular e Agricola de S. Catharina

COMISSÕES E CONSIGNAÇÕES
AGENTES DA STANDARD OIL COMPANY OF BRASIL

A empresa de Hipolito Boiteux em 1935.

Fonte: Guia do Estado de Santa Catarina de 1935.

Outros líderes, na passagem do século, foram Francisco Gotardi Primo, Manuel Joaquim de Oliveira e Giacomo Polli. Este último disputou com Hipólito a liderança do Partido Republicano Catarinense local. Todos eram integrantes da guarda Nacional.

Hipólito procurou dar continuidade a sua empresa, colocando sob suas ordens, pelo menos em duas vezes, dois sobrinhos. No início do século fez seu sócio Laudelino Gallotti, ocasião em que a empresa passou a chamar-se "Laudelino Gallotti & Boiteux".³⁰ Essa associação não durou muito. O nome passou, depois, para "Hipólito Boiteux & Cia.", nome que permaneceu quando Hipólito recebeu seu sobrinho, Romeu Boiteux Piazza como sócio, em 1930.

No início do século, a empresa de Hipólito constava de um armazém de fazendas, armarinhos, ferragens, drogas (isto é, remédios), secos e molhados. Comissões e consignações faziam parte de seu atendimento.³¹

Em 1921, Hipólito anunciava ser exportador de madeiras, de açúcar, café, farinha de mandioca e cereais, além de continuar com comissões e consignações.³² Seu nome,

³⁰ Anúncio no *Anuário Catarinense de 1904*, s.p. Laudelino Gallotti foi também Conselheiro (vereador) municipal.

³¹ Anúncio no *Anuário Catarinense de 1904*, s.p.

³² Conforme o contrato social da Empresa, registrado na Junta Comercial do Estado.

no entanto, não foi encontrado na relação oficial de exportadores de madeiras do Estado, o que sugere que era, como outros comerciantes neotrentinos, um intermediário.³³

Em 1930, quando da associação com Romeu Boiteux Piazza, o capital registrado era de Rs 100:000\$000 (cem contos de réis), sendo 95 contos de Hipólito e 5 de Romeu. Ao primeiro caberiam 60% dos lucros e os restantes 40% ao segundo, segundo contrato social assinado, com cinco anos de validade.³⁴

Em 1933, Boiteux vendia arados, máquinas para a lavoura e era correspondente do Banco Nacional do Comércio, do Banco Sul do Brasil e do Banco de Crédito Popular e Agrícola de Santa Catarina Ltda. Este último anunciava "crédito especialmente aos agricultores." Essa presença do sistema bancário veio acompanhada de outra: a da rodovia e do caminhão, que começavam a dominar os transportes. Eis porque Boiteux anunciava, em destaque, ser o agente da empresa *Standard Oil Company of Brazil*, como revendedor de combustível.³⁵

³³ Outros comerciantes de madeira de Nova Trento também anunciavam serem exportadores, embora fossem, com mais certeza, intermediários. A madeira foi por longo tempo transportada por via fluvial até Tijucas, e, devido ao desmatamento, deu-se o assoreamento do rio do Braço e do Tijucas, diminuindo o volume d'água, impedindo esse meio de transporte.

³⁴ *Anuário Barriga Verde para 1921*, p. 110

³⁵ *Guia do Estado Santa Catarina de 1935*, p. 358. O Banco de Crédito Popular e Agrícola de Santa Catarina, segundo anúncio no Indicador Comercial, Industrial e Profissional do Mun. de Florianópolis, 1928, p. 15, era uma "Sociedade Cooperativa de Responsabilidade Ltda." Tinha sede na capital do Estado e anunciava créditos especiais aos agricultores.

No início da década de quarenta, quando a empresa de Hipólito já tinha passado para seu sobrinho Romeu Boiteux Piazza,³⁶ ocorreu um grande aumento do número de comerciantes, o que continuaria a acontecer nas décadas seguintes. Estando os produtos alimentares em constante alta de preços, comprar e vender era muito mais rentável do que aplicar trabalho e capital na lavoura, além de haver menor risco. Restrições e proibições a algumas culturas durante o Estado Novo, principalmente sobre a cana-de-açúcar, devem ter também relação com essa mudança.³⁷

O grande aumento dos preços de gêneros alimentícios verificado entre 1938-1947, deve ter funcionado como o principal estímulo da proliferação das casas comerciais. Esse fato coincide com o aumento expressivo da produção da banha e da fécula de mandioca no município, embora a procura desta última se devesse mais em razão da Segunda Guerra Mundial.³⁸

³⁶ Hipólito faleceu em 1937 e não tinha filhos. Romeu Boiteux Piazza o sucedeu, tendo a empresa por alguns anos conservado o nome "Hipólito Boiteux & Cia.", passando depois a ter o nome de Romeu Boiteux Piazza, até seu fechamento em 1955.

³⁷ Em 1940, as terras improdutivas e abandonadas somavam 10.220 hectares e as cultivadas, 3.271 hectares, segundo o Censo Agrícola do IBGE.

³⁸ A fécula de mandioca era exportada para os Estados Unidos, principal comprador, com o nome de "tapioca flower". Segundo a historiadora Maria Luiza Renaux Hering, eram aproveitados como matéria-prima industrial a mandioca, a raiz de araruta e o aipim. O processo era relativamente simples e pouco exigente quanto ao investimento de capital. Da mandioca se fazia a goma, o sagu, a tapioca, a dextrina e a farinha de araruta. A dextrina era exportada para os Estados Unidos, mercado que caiu após a Guerra por causa da concorrência de Java. A mesma autora informa que já na Primeira Guerra houve o interrompimento da importação de drogas para o acabamento de tecidos e a goma estrangeira foi substituída pela goma de mandioca. Cf. HERING, Maria Luiza Renaux, *Colonização e indústria no Vale do Itajaí: o modelo catarinense de desenvolvimento*, Blumenau, Editora da FURB, 1987, p. 198.

Esses estímulos devem ser a resposta para o aumento da presença de empresas de comerciantes locais, como João Bayer Sobrinho, ou de outros municípios, como Arthur Bayer, e João Bauer.³⁹

A Segunda Guerra Mundial ocasionou também o aumento da produção da madeira em todo o Estado.⁴⁰ No geral, entretanto, a época teria sido prejudicial à economia catarinense,⁴¹ de base agrícola cuja produção maior se destinava ao mercado nacional.⁴²

Apesar das crises e da saída de muitos habitantes para outras regiões, algumas pessoas e famílias tinham excedente de capital e mão-de-obra para aplicá-lo em mais de um ramo de negócio. Não vemos outra explicação para a presença dos mesmos nomes em atividades diversas, simultaneamente, ou em épocas muito próximas, nas décadas de trinta e quarenta. Era a procura de lucro, inclusive a curto prazo, através da exploração de um produto ou atividade altamente rentável, que não exigisse grande aplicação de capital e complexidade técnica.

³⁹ João Bauer, empresário de Brusque tinha também serraria em nova Trento, além de filial comercial. Foi obra sua a primeira usina elétrica em cada uma destas cidades.

⁴⁰ CAHARA, Lourival. *Reflexos da Guerra na economia catarinense*, op. cit., p. 20-22.

⁴¹ PELUSO JR., *a evolução urbana*, op. cit., p. 132

⁴² ABREU, Alcides, "Panorama da economia catarinense," op. cit., p. 14

Passado o período da Guerra, a economia catarinense se transforma. A indústria se diversifica, passando a indústria à produção de produtos de consumo duráveis e a agro-indústria se implantando no oeste. O estado economicamente cresceu, no período de 1945-1960, menos que a média nacional, mas manteve um nível de crescimento positivo, que aumentaria na década de sessenta e setenta.

Nova Trento, no entanto, com uma economia voltada mais para a agricultura e a madeira, não se inseriria em um novo sistema que se impunha, não mais dependente da exportação de produtos primários por via portuária.⁴³ Quase desapareceria no município, o comerciante atacadista, intermediário do exportador, o comprador de terras e representante de bancos. Era um outro momento, em que ramos de negócio vão se especializando: agências bancárias, postos de gasolina, etc. As relações de troca se modificariam.

Sairia de cena o "coronel urbano",⁴⁴ que a tudo controlava e era o detentor das informações e o controlador

⁴³ PELUSO JR. "A evolução urbana...", op. cit., p. 113-115, diz que a maior parte da produção catarinense, em 1940, destinava-se ao mercado nacional, sendo Rio de Janeiro e São Paulo os maiores compradores, seguidos de Paraná e Rio Grande do Sul. Essa produção demandava aos portos, sendo que alguns deles eram localizados em pequena enseada ou foz de rio, de onde partiam os barcos a vela que mantinham a navegação costeira tradicional herdada do período colonial. O mais importante desses portos era o de Tijucas, cujos barcos demandavam principalmente a Florianópolis. O Decreto Federal de N. 5.758, de 11 de junho de 1940, baixando um Regulamento sobre Capitâneas e portos, literalmente terminou com esse tipo de comércio por cabotagem, tais as exigências nele contidas. Mas esse fim foi apenas abreviado, tal foi o papel das rodovias.

⁴⁴ CADORIN, Jonas, *Nova Trento outra vez...* Nova Trento, Pref. Municipal de Nova Trento, 1992, p. 141-149.

de preços. Muitos neotrentinos, no entanto, ascenderiam à condição de comerciantes, embora sem o capital, o poder e o prestígio de seus antecessores, mas numa posição local melhorada em relação ao agricultor. Simultaneamente a esse processo, outro ramo de atividade foi, aos poucos, tomando vulto: o de serviços.

3.2.3 - O PADRE, A IGREJA E O COMERCIANTE

Não se encontrou no levantamento de fontes para esse trabalho, maiores indicativos de oposição entre o comerciante e outra figura de grande expressão nas colônias italianas: o padre. Pelo contrário, podemos dizer que é mais correto falar-se de cooperação.

Em Nova Trento, ambos, padre e comerciante, defendiam o sucesso da colonização. Os padres chegaram a incentivar a construção de pontes e estradas, além de solicitar dos colonos a construção de igrejas.⁴⁵ Por outro lado, as freiras prestavam assistência médica àquela população, inicialmente desprovida de profissionais da medicina. A Igreja não queria o insucesso da colonização. O fato de os padres jesuítas terem incentivado a criação de uma cooperativa em Nova Trento, com o objetivo de conseguir melhores preços aos produtos coloniais,⁴⁶ não representou uma posição de confronto, mas de preocupação com a saúde econômica de seu rebanho.

⁴⁵ GROSSELLI, Renzo M., op. cit., p. 456-457.

⁴⁶ Ibidem, ibid., p. 457

Em Nova Trento, apadrinhada pelos jesuítas, nasceu uma ordem religiosa feminina: a das Irmãzinhas da Imaculada Conceição, em cujo convento, na localidade de Vigolani, próximo à sede municipal, existiu uma fábrica de tecidos de seda. Esta fábrica não prosperou, por diversos motivos, mas é evidente que a Igreja não se opunha à iniciativa econômica. Uma pequena fábrica de vinho chegou a funcionar no convento por uns tempos. ⁴⁷

A época de maior crescimento de Nova Trento, ao final do século passado, era a do papa Leão XIII, que condenava excessos, mas apregoava o diálogo e a convivência pacífica entre capital e trabalho, através da *Bula Rerum Novarum*.

Mas há outro fato a registrar: havia uma diferença fundamental da situação anterior à vinda do imigrante. Aqui ele era um proprietário, senhor de si mesmo, embora não estivesse rico. Essa situação o credenciava a tomar por si, decisões, pelo menos na matéria econômica, não necessitando de intermediários, tal como se dava no campo espiritual.

Os padres pouco podiam fazer ou aconselhar quando o mercado se deteriorava ou uma cultura não prosperava, quaisquer que fossem os motivos. Havia mais lamentação que condenação e esta, às vezes, se dirigia aos métodos de

⁴⁷ Centro Industrial do Brasil, *Séries estatísticas retrospectivas*, vol 2, tomo 3, 1907, p. 115. Há informações de antigos moradores de Nova Trento de que a fábrica funcionava na sede urbana, no início da década de trinta, o que sugere ter havido uma mudança de local.

trabalho com a terra e plantio, não ao negociante. Este era quem comandava movimentos de construção de igrejas e capelas e, muitas vezes, dirigia e conseguia recursos para a banda local.⁴⁶

No campo das idéias, o catolicismo de então era incompatível com o capitalismo, mas numa pequena sociedade, em que o líder do movimento para a construção do templo é ao mesmo tempo o dono da maior casa de comércio, fica difícil separar inteiramente as coisas.

Igualmente difícil é afirmar que o ideal de santidade pregado pela Igreja, e o grande número de religiosos, de ambos os sexos, oriundos de Nova Trento, tem algo a ver com o seu insucesso econômico.⁴⁷ Analisando os números das tabelas apresentadas, deduz-se que jamais faltou mão-de-obra para qualquer tipo de trabalho em Nova Trento, na época enfocada.

Os que saíram por diferentes motivos, e a vida religiosa era um deles, o faziam, principalmente, pela falta de perspectiva. E esta, se resumia, na maioria das vezes, a uma só: a migração, fosse para ocupar novas terras ou entrar para uma ordem religiosa.

⁴⁶ A Banda Padre Sabatini, fundada em 1891 pela iniciativa dos padres jesuítas, ainda existe. Muitas vezes seu presidente foi comerciante, como Hipólito Boiteux.

⁴⁷ SROSSELLI, Renzo Maria, op. cit., p. 459-460, informa sobre a intensa religiosidade do neotrentino e do sonho de muitos jovens de se dedicarem à vida religiosa, mas os números dos êxodos são, sem dúvida, maiores do que os que entraram para as ordens religiosas.

E' pouco provável, analisando-se os números, que a vida religiosa, embora tivesse tirado muitos jovens do município, tenha causado problemas para sua economia. Muitos saíram por falta de melhores terras e oportunidades, conforme já demonstrado. Houve, inegavelmente, uma influência da religião na vida global do neotrentino, mas não deve ter pesado decisivamente na sua evolução econômica.

3.2.4 - A EVOLUÇÃO DO COMERCIO NEOTRENTINO

Inicialmente, os colonos neotrentinos, para realizar suas trocas, dependiam dos comerciantes de Tijucas, ou de Brusque. Havia queixas de perdas, tanto na compra daquilo que precisavam, como na venda de seus produtos.⁸⁰ Henrique Carlos Boiteux instalou-se em 1876, seguido de Francisco Gotardi Primo, em 1892, e de Giuseppe Battisti Archer que estabeleceu seu negócio na localidade de Salto, no final do século. Foram as três casas mais antigas do município. Há, também, registros de outros negociantes entre o fim do século passado e o início deste, como Godofredo Dorner, José Battistotti, Antonio Battisti e Miguel Joaquim de Oliveira.⁸¹ mas acredita-se que pouca mudança houve na estrutura do comércio neotrentino naquele tempo.

Todos os citados eram, também, participantes ativos da vida política, cuja liderança, após a morte de Henrique Carlos Boiteux, foi dividida entre Hipólito Boiteux e Francisco Gotardi Primo. Ambos eram filiados ao Partido Republicano Catarinense, cada qual acompanhando uma ala, sendo que eram acirradas as disputas locais.

⁸⁰ GROSSELLI, Renzo M., op. cit., p. 489-490.

⁸¹ CADORIN, Jonas, *Nova Trento outra vez...*, op. cit., p.138-139.

Em 1927 eram comerciantes na sede municipal, Hipólito Boiteux, já com o sufixo "& Cia.", Giacomo Thomasi Jr., Carlos Tridapalli e Luiz Busnardo. João Bayer Sobrinho e Germano Meschke comerciavam em Aliança (atual Claraíba). Miguel Joaquim de Oliveira tinha hotel.

TABELA 3.2

COMERCIANTES NEOTRENTINOS EM 1935

EMPRESA	LOCAL
Hipólito Boiteux & Cia.	Sede
Carlos Tridapalli	Sede
Domingos Fachini	Sede
Giacomo Thomasi	Sede
João Raimundo Marchi	Sede
Luiz Busnardo	Sede
Luiz Tridapalli	Sede
Bernardina Piva Valle	Aliança (Claraíba)
Arthur Bayer	Aliança (Claraíba)
João Bayer Sobrinho	Aliança (Claraíba)
Joaquim Battisti Archer	Baixo Salto
Francisco Archer	Baixo Salto
Júlio Baumann	Cotia (Aguti)
José Dunker	Valsugana
Jovita Marcos da Silva	Valsugana
Antonio Schwabe	Vargedo
Carlos Guckert	Vargedo
Gustavo Mariano	Vargedo
Leonardo Franzen	Vargedo

Em 1935, Carlos Tridapalli era, também, proprietário de hotel; Heitor Antunes tinha uma farmácia; Maria Polli Tell tinha uma padaria na sede do município, onde Leontina Vargas tinha restaurante e café.²²

Em 1937, aparecem como negociantes também os nomes de Braulio Amâncio, Olimpio Marques Lima, Francisco de Oliveira e Walmor Goedert. No ano seguinte, conforme a Tabela 3.3, a lista se ampliou. Mas tem-se que levar em conta aqui a nova legislação sobre estatística, oriunda do Estado Novo, antes de afirmar que houve um aumento significativo de casas comerciais.²³

²² *Guia do Estado de Santa Catarina de 1935*, p. 357.

²³ Nova Trento passou a ter naquele ano sua Agência de Estatística, segundo o "Registro de Autoridades" constantes no *Guia do Estado de Santa Catarina de 1938*. Foi também feito um Cadastro de toda a indústria nos municípios. O Departamento de Estatística do Estado foi criado em 7 de dezembro de 1936, como repartição central regional de estatística. Com o Estado Novo, por decreto, passou a chamar-se Departamento de Estatística e Publicidade, subordinado ao IBGE.

TABELA 3.3

COMERCIANTES NEOTRENTINOS EM 1938

EMPRESA	LOCAL
Bernardina Piva Vale	Sede
Hercilio Cipriani	Sede
Hipólito Boiteux & Cia.	Sede
João Raimundo Marchi	Sede
Senador Batistoti	Sede
Arthur Bayer	Aliança (Claraíba)
Archer Jr. ⁵⁴	Baixo Salto
José Battisti	Baixo Salto
Alfredo Gonçalves Feixer	Besenelo
Braulio Amâncio	Bonito
João Cirilo Eccher	Bonito
José Cadore	Bonito
José Tamanini	Capivara
José Romão Weber	Corrida
Olimpio Marques Lima	Corrida
José Nascimento	Cotia (Aguti)
Francisco Joaquim de Oliveira	Lageado
Agostinho Franzoi	Morro da Onça
José Dunker	Valsugana
Alexandre Ternes Filho	Vargedo
Walmor Goedert	Vargedo
Militão Costa Filho	Vigolani

Fonte: Guia do Estado de Santa Catarina de 1938.

A Tabela 3.3 apresenta números quase iguais aos levantados pelo Censo de 1940, que apontou 19 estabelecimentos dedicados ao comércio varejista e 8 ao atacadista. O capital aplicado em bens móveis, mercadorias e outras aplicações dos primeiros somavam R\$ 277:000\$000 e os segundos, R\$ 231:000\$000.⁵⁵

⁵⁴ Não se conseguiu identificar se se tratava de Joaquim Battisti Archer Filho ou Francisco Archer Filho.

⁵⁵ A empresa Hipólito Boiteux & Cia. tinha capital registrado em 1930 de 100 contos de réis, o que diz da sua importância na vida comercial do município e das mudanças ocorridas. Hipólito faleceu em 1937, mas a empresa ainda continuou por alguns anos, sendo seu sucessor o sobrinho e ex-sócio Romeu Boiteux Piazza, que mudou a razão social e negociou até 1955.

Em 1938, Francisco Batisti Archer, José Romão Weber e Julio Baumann eram exportadores de madeira, segundo o Guia do Estado de Santa Catarina de 1938. A mesma fonte revela que Hipólito Boiteux e Nicolau Bado tinham farmácias na sede, onde havia 4 ferrarias e a maior das fábricas do município, a filial da *Fábrica de Tecidos Carlos Renaux S.A.*, que aparece nos Balanços dessa empresa com a denominação de "Teceragem Nova Trento".⁹⁴

O número de casas permaneceu quase o mesmo em 1941, mas muitos dos nomes mudaram. Essa grande variação denota uma instabilidade, presente também na indústria. O empresário constante nas fontes num ano apenas como comerciante, é o fabricante de banha e sócio de uma indústria no ano seguinte.

Observa-se que predominava a não-especialização, pois trata-se quase sempre de atividades que exigem relativamente mão-de-obra pouco especializada e não numerosa, que podia ser fornecida pela família, além de capital pouco avultado.

⁹⁴ A Empresa citada, que tinha também filial em Itajaí, não se confunde com outra do mesmo grupo, a Indústrias Têxteis Renaux S.A., que também tinha matriz em Brusque.

TABELA 3.4

COMERCIANTES NEOTRENTINOS EM 1941

EMPRESA	LOCAL
Alfredo Gonçalves Peixer	Sede
Domingos Fachini	Sede
Luiz Busnardo	Sede
Hipólito Boiteux & Cia.	Sede
Luiz Tridapalli & Irmãos	Sede
Maria Casas Archer	Sede
Arthur Bayer	Aliança (Claraíba)
João Bayer Sobrinho	Aliança (Claraíba)
Bráulio Amâncio	Bonito
João Cirilo Eccher	Bonito
José Nascimento	Cotia (Aguti)
José Tamanini	Cotia (Aguti)
Francisco Joaquim de Oliveira	Lageado
José Batisti Archer Filho	Salto
Luiz Tridapalli	Salto
José Dunker	Valsugana
Aquino e Higino de Campos	Vargedo
Gustavo Marriam	Vargedo
Leonardo Franzen	Vargedo
Leo Goedert	Vargedo
Valmor Goedert	Vargedo
Militão Costa Filho	Vigolani

Fonte: Guia do Estado de Santa Catarina de 1941.

O fenômeno do rodízio das atividades está também ligado à época, pois a Segunda Guerra Mundial provocou a procura e o aumento de preços de muitos produtos, incentivando iniciativas em que o retorno econômico era, presumivelmente rápido e compensador. Proliferou, também, o número de filiais de empresas de Tijucas e Brusque e alguns comerciantes de fora se associaram aos locais.

Em 1941, Braulio Amâncio, Francisco Archer e José Nascimento, todos comerciantes, eram também exportadores de madeira. A empresa Hipólito Boiteux & Cia. continuava com sua farmácia na sede e João Dadan tinha restaurante e bilhar na sede.⁹⁷ Em 1945, Angelo Maurici, Oliveira & Fiazza Ltda., João Mescke e João Bayer Sobrinho tinham fábrica de banha, e Luiz Tridapalli & Irmãos, Kruger & Erbs e Dalbosco & Bado, tinham fecularia.⁹⁸

⁹⁷ *Guia do Estado de Santa Catarina de 1941*, II vol., p. 369

⁹⁸ *Guia do Estado de Santa Catarina de 1946*, p. 276-277.

TABELA 3.5

COMERCIANTES NEOTRENTINOS EM 1946

EMPRESA	LOCAL
Alfredo Gonçalves Peixer	Sede
Alberto Piva	Sede
Angelo Maurici	Sede
Angelo Dalri	Sede
Luiz Busnardo	Sede
Leonardo Joaquim de Oliveira	Sede
Mário Ruperti	Sede
Militão Costa Filho	Sede
Oscar Valle	Sede
Pedro Dalsenter	Sede
Romeu Boiteux Piazza	Sede
José Batisti Archer Filho	Baixo Salto
Luiz Tridapalli	Baixo Salto
João Cirilo Eccher	Bonito
Nelson Amâncio	Bonito
Francisco Joaquim de Oliveira	Lageado
Agostinho Franzoi	Morro da Onça
Laudelino Reiser	Pitanga
Luiz Micheli	Valsugana
Arthur Bayer	Claraíba
João Bayer Sobrinho	Claraíba
João Mescke	Claraíba
Aquino Sebastião de Campos	Vargedo
Antonio Hoffmann	Vargedo
Fernando Wermoller	Vargedo
Leo Goedert	Vargedo
Paulino Plácido de Souza	Vargedo
Teodoro Ernesto Truppel	Vargedo
José Nascimento	Aguti
José Weber	Conquista
Lourenço dos Santos	Conquista

Fonte: Guia Do Estado do Santa Catarina de 1946.

Três negociantes constam como exportadores de madeira em 1946: Alan Canuto de Oliveira, Francisco Battisti e Horácio Raulino. O hotel, na sede, continuava com Domingos Fachini, dono, também, de fábrica de salsichas. Havia uma farmácia, de Antônio Valmor Ribas e Leonardo Joaquim de Oliveira tinha uma torrefação e moagem de café.³⁹ Desapareceu a empresa Hipólito Boiteux & Cia., que foi sucedida por outra cujo titular era Romeu Boiteux Piazza, antigo sócio de Hipólito.⁴⁰

O número de negociantes e as atividades paralelas aumentavam a cada década, embora o capital empregado, pelo menos o registrado, tivesse praticamente diminuído. Outra constatação é o desaparecimento de empresas atacadistas, não se registrando nenhuma delas em 1960.⁴¹ Uma agência bancária foi instalada na década de cinquenta na cidade.⁴²

³⁹ Guia do Estado de Santa Catarina de 1946, p. 276-277

⁴⁰ Informação verbal de Walter Fernando Piazza, filho de Romeu, em 1. de setembro de 1992.

⁴¹ PIAZZA, Walter F.. "Nova Trento-SC", in: *Enciclopédia Brasileira de Municípios*, Rio de Janeiro, IBGE, Vol. XXXII, 1959, p. 259, não registra nenhuma casa comercial atacadista nesse ano, revelando que havia mais de cinquenta estabelecimentos comerciais, sendo 58 varejistas.

⁴² Trata-se do Banco Indústria e Comércio de Santa Catarina S.A. - INCO, que nasceu da iniciativa de comerciantes do Vale do Itajaí.

TABELA 3.6

COMERCIANTES DE NOVA TRENTO
1940-1960

ANO	VAREJISTAS	ATACADISTAS	CAPITAL (CR\$ 1.000)	PESSOAL OCUPADO
1940	19	8	397.000	57
1950	35	1 ⁽¹⁾	1.328.000	92
1960	42	-	2.808.000	77

Fonte: Censos Economicos do IBGE de 1940, 1950 e 1960.

(1) O Censo não revela se se tratava de uma ou duas empresas.

Segundo o IBGE, em 1940, os 19 estabelecimentos varejistas tinham capital registrado de Rs 104 contos, e as 8 atacadistas, Rs 293 contos. O varejo empregava diretamente 34 pessoas e o atacado, 23, inclusive 3 viajantes. A partir daí, o crescimento do varejo suplantou o atacado, tanto em número de pessoas empregadas, como em número de casas e em capital. Em 1950, apenas uma casa atacadista persistia,⁶³ e em 1960, nenhuma foi registrada.

⁶³ Não foi possível ver se se tratava de uma ou duas empresas.

Em 1950, os 35 estabelecimentos varejistas tinham capital de Cr\$ 1.296.000,00, enquanto o comércio por atacado tinha Cr\$ 42.000,00.⁶⁴ Naquele ano os estabelecimentos comerciais empregavam diretamente 87 pessoas, sendo 37 na administração, e, presume-se serem estes proprietários ou sócios, a julgar pelo seu número.⁶⁵

O número de empregados pelo comércio, em 1960, era de 77 pessoas, sendo 42 proprietários e 11 empregados. O restante era de pessoas da família, não remuneradas, segundo o critério adotado pelo IBGE naquele Censo.

Em 1960, outro fato chama a atenção: o número de empresas de serviços: 40. Seu capital somava Cr\$ 1.411.000,00, empregando 58 pessoas, sendo 39 delas sócios ou proprietários.

⁶⁴ Em 1942 a moeda brasileira, o *Mil-réis*, foi substituída pelo *Cruzeiro*.

⁶⁵ IBGE, Censo Econômico de 1950.

3.2.5 - OS SERVIÇOS

O imigrante trentino era, além de agricultor, um artesão. Edificou as capelas e capitéis do município, quando da fase pioneira da colonização, construiu também os engenhos e as serrarias.⁶⁶

A medida em que a economia agrícola definhava, muitos migravam, e outros, no entanto, passaram a dedicar-se ao trabalho assalariado, conforme já visto. Outra alternativa foi a prestação de serviços nos municípios vizinhos, ainda no século passado. Foram neotrentinos os contrutores de algumas casas de comerciantes em Canelinha e os técnicos liderados por José Bastiani, na Usina de Açúcar São Sebastião, também em Canelinha.⁶⁷

Na década de sessenta fechou a Fábrica de Tecidos Carlos Renaux S. A., que empregava uma centena e meia de pessoas, aumentando uma crise que já existia, causando maior desemprego e, conseqüentemente, a migração, temporária ou não.

⁶⁶ CADORIN, Jonas, op. cit., p. 93, informa que todas as peças dos inúmeros engenhos instalados em Nova Trento foram "fruto do trabalho artesanal dos carpinteiros, marceneiros e ferreiros locais".

⁶⁷ Técnicos da Usina de Açúcar de Antero de Assis, todos neotrentinos, segundo ROUVER, *Canelinha do Tijucas Grande*, op. cit., p. 67.

As empresas de serviços que aparecem no Censo Comercial de 1960, com capital registrado superior às empresas comerciais, mostram uma tendência, que persiste. Os "muratori", isto é, pedreiros, são quase um patrimônio cultural de Nova Trento, formando um contingente que trabalha na capital do Estado e municípios vizinhos, voltando para casa no fim-de-semana. Trata-se de parte de um contingente maior, mão-de-obra excedente, que não foi absorvida pela economia local. Seu número seria superior a 700 em 1982⁴⁶ e atingiria mais de 1.000 em 1988.⁴⁷

⁴⁶ Jornal "O Estado", Florianópolis, edição de 3 de outubro de 1982.

⁴⁷ Jornal "Diário Catarinense", edição de 21 de agosto de 1988.

CAPITULO 4 - A INDUSTRIA

4.1 - A TRADIÇÃO ARTESANAL

O artesanato fazia parte da economia trentina, que era quase auto-suficiente. O agricultor era, também, o pastor, o construtor de casas, o explorador de madeira, o fabricante de vinho e tecidos de seda animal. O mercado, o meio físico e as situações aqui encontrados dariam condições para a reprodução de algumas dessas técnicas e atividades.

Não havia, pois, nenhuma dificuldade quanto ao preparo técnico para o desempenho de uma atividade artesanal ou mesmo industrial não complexa, quando da chegada do trentino a Santa Catarina, na segunda metade do século passado. O mesmo ocorreu com relação a seus descendentes, durante o período logo após a Primeira Guerra Mundial, quando faltou mão-de-obra técnica no Estado em razão do progresso industrial.¹ Também não faltava ao imigrante, no geral, motivação e iniciativa ou até mesmo uma "forte vocação para a exploração artesanal doméstica e de mercado".²

¹ É o que se supõe, baseando-se no texto da Lei Estadual n. 1.514, de 4 de abril de 1925, que instituiu um imposto sobre qualquer pessoa que aliciasse trabalhadores para fábrica ou empresa de outros Estados.

² CUNHA, Idaulo, *Evolução econômica de Santa Catarina*, op. cit., p. 40.

4.2 - UM INICIO PRECOCE

Em 1880, segundo Henrique Carlos Boiteux, referindo-se à "indústria", Nova Trento produzia, além da madeira, tecidos de seda, vinho, açúcar, aguardente, farinha de mandioca, charutos, vassouras, mobílias toscas, louça de barro, banha e laticínios.³

Os próximos anos seriam de progresso no setor, pois a mesma fonte informa que, em 1888, no então Distrito do Município de Tijuca tinha: 10 engenhos de serrar madeira, 30 de fabricar farinha, 24 de fabricar açúcar, 24 alambiques, 16 atafonas para moer milho, 2 engenhos de pilar arroz, 9 olarias para telhas e tijolos, 1 fábrica de louça de barro, 1 fábrica de cadeiras de palha, 3 fornos para seda, 1 fábrica de cerveja, 1 fábrica de carros (isto é, veículos de tração animal), 5 ferrarias, 2 tanoarias, 2 alfaiatarias, 2 marcenarias, 10 carpintarias, 2 sapatarias, 2 padarias e confeitarias.⁴ Esses números são muito próximos dos do ano de 1910.

³ BOITEUX, Henrique Carlos, *Nova Trento*, op. cit., p. 53

⁴ *Ibidem*, *ibid.*

Foi o comerciante Henrique Carlos Boiteux que implantou a primeira fábrica neotrentina, de tecidos de seda animal, a partir da importação de casulos da Europa. A atividade era tradicional no Trento, sendo uma dos pilares da economia trentina, ao lado da vinicultura. Mas o clima inapropriado, além da falta de uma estrutura produtiva, que incluía maior capital, fez com que não se desenvolvesse, a contento, o empreendimento, e esse passou para as Irmãs da Imaculada Conceição, que instalaram a fábrica em Vigoli, localidade próxima à sede municipal. Embora houvesse, inclusive, interesse e ajuda oficiais, a fábrica não prosperou.

Um empreendimento de duração efêmera e solitária foi o da fabricação de barcos. O imigrante Pietro Demonte construiu uma embarcação que, singrando o rio do Braço e o Tijucas, atingiu a cidade de Desterro, renunciando uma linha direta com a Capital, com recursos próprios da comunidade neotrentina. Seria uma grande conquista, mas Demonte adoeceu e faleceu logo em seguida na capital, e de seu barco não se soube mais do que notícias nebulosas.⁵ Foi uma perda em muitos sentidos, pois a construção naval era tradicional no litoral catarinense, aproveitando-se, inclusive, desde o século XVIII, a madeira do Vale do Tijucas.

⁵ CADORIN, Jonas, *Nova Trento outra vez*, op. cit., p. 117-122.

Outra cultura tradicional do imigrante trentino, a vitivinicultura, teve início alentador, mas sofreu os mesmos problemas que a seda, como o da adaptação ao meio, além das exigências do mercado. Mais que isso, como a cana e outros produtos, nas décadas de trinta e quarenta não teve como adaptar-se à legislação federal. Só na década de oitenta, desse século, teria nova arrancada.

Ininterrupta, foi a exploração da madeira, da qual apenas pequena parte era aproveitada em móveis, cadeiras e armários, sendo o grosso da produção exportada em bruto. A denominada, na época, indústria agrícola, principalmente a banha e féculas, só na década de trinta e quarenta teriam presença mais marcante.

Se houve sempre a disponibilidade de matéria-prima e mão-de-obra e existiram algumas iniciativas, faltou o capital e a infraestrutura. Indicadores como a diluição das iniciativas em pequenos empreendimentos diversificados e isolados são mais resultado que causa, pois não derivam só conservadorismo e individualismo do empresário neotrentino.

Para se ter um retrato explicativo da evolução da indústria neotrentina, é preciso um estudo cronológico das diferentes indústrias do município, e mesmo dos estabelecimentos que se poderia classificar como pré-industriais, que utilizavam mais a força humana e animal que a mecânica, num espaço de tempo que se estenda por várias décadas.

4.3 - A EVOLUÇÃO DA INDÚSTRIA NEOTRENTINA

Embora nascesse precocemente, a indústria neotrentina demorou a implantar-se e teve seu maior empreendimento fabril propriamente dito, como muitos outros, nascido de iniciativa de empresas de seus municípios vizinhos.

Como em outras partes do Estado, essa indústria nasceu ligada à agricultura e ao comércio. Mas não conseguiu chegar à maioria, isto é, a uma completa autonomia dos daqueles setores econômicos. Também não conseguiria libertar-se da forte dependência do mercado regional.

Em 1907, segundo o Centro Industrial do Brasil, Nova Trento tinha sete das onze fábricas de vinho de Santa Catarina. Três dessas fábricas ficavam em Vigölani. Uma das fábricas, na sede municipal, era das Irmãs da Imaculada Conceição. Outros empreendimentos da época são apresentados na Tabela 4.1.

A fábrica de fiação e tecelagem era a das Irmãs da Imaculada Conceição. As fábricas de cadeiras aparecem em todos os levantamentos desde o fim do século passado. Uma cervejaria, de Giacomo Tomazio, embora ausente da Tabela 4.1, consta em outros documentos da época e posteriores.

TABELA 4.1

**ESTABELECEMENTOS INDUSTRIAIS E ARTESANAIS
DE NOVA TRENTO
EM 1910**

TIPO DE ESTABELECEMENTO	QUANT.
Cervejaria ⁶	1
Fábrica de cadeiras	2
Fábrica de louças	1
Fiação e tecelagem de seda	1
Tijolos e telhas	10
Engenhos de serra (serrarias)	17
Engenhos de açúcar	84
Alambiques	54
Engenhos de mandioca	194
Atafonas	11
Fábrica de velas de cera	1
TOTAL	376

Fontes: Almanaque de Santa Catarina para o ano de 1910, e Centro Industrial
do Brasil.

⁶ A cervejaria deve ser a de Giacomo Tomasi, que consta, também, em outras fontes e que foi continuada por seu filho, Giacomo Tomasi Filho.

A Primeira Guerra Mundial (1914-1918), que afetou a economia catarinense, estimulando sua indústria, não foi sentida em Nova Trento. Não alterou sua estrutura, nem deu como resultado o surgimento de novos empreendimentos, com exceção das serrarias. A única mudança visível, no período, foi a instalação de uma pequena usina hidrelétrica na cidade. Mas a iniciativa foi do empresário brusquense, João Bauer, dono de duas serrarias no município.

O Censo de 1920 apresentou só serrarias, em número de 27, como "indústrias" em Nova Trento. É evidente que deve tratar-se de algum problema de registro ou de divulgação, pois outras fontes apontam a existência de diversos outros empreendimentos no período, como a cervejaria de Giacomo Tomázio e a fábrica de seda das Irmãs.

Em 1927 os números são próximos dos de 1910, mas apesar de ter 13 "fábricas" de vinho de uva em 1927, Nova Trento já não era o maior produtor de vinho do Estado, condição que passou para os Municípios de Urussanga e Blumenau.⁷

⁷ *Guia do Estado de Santa Catarina de 1927*, p. 56-57.

TABELA 4.2

**ESTABELECEMENTOS INDUSTRIAIS E ARTESANAIS
DE NOVA TRENTO - 1927**

TIPO DE ESTABELECEMENTO	QUANTIDADE
Curtume	2
Olaria	8
Serraria	34
Atafonas	30
Fábrica de velas	1
Fábrica de seda	1
Fábrica de vinho de uva	13
Fábrica de vinho de laranja	2
Fábrica de louças	1
Beneficiamento de madeira	1
Fábrica de cadeiras	5
Cervejaria	1
Fábrica de tapioca	1
Engenho de mandioca	92
Engenho de arroz	1
Engenho de açúcar	40
Alambiques	20
TOTAL	253

Diferentemente das serrarias, presentes em quase todas as localidades, percebe-se casos de uma especialização geográfica da pequena indústria e artesanato neotrentinos. No Morro da Onça ficavam as "fábricas de cadeira" e em Vigoli a maioria das vinícolas.

Na década de trinta, os estabelecimentos, em número e espécie, permanecem praticamente os mesmos de 1927. A novidade foi a tecelagem fundada pela empresa brusquense Fábrica de Tecidos Carlos Renaux S.A., em 1932. Essa foi a maior empresa instalada no município, onde trabalhavam cerca de 150 pessoas, na maioria mulheres.

Em 1937, os mercados externo e regional já apresentavam algumas necessidades que se transformaram em estímulos, ao que os centros produtores, como Nova Trento, tentavam corresponder. Esses estímulos nasceram da grande alta dos preços dos alimentos nas maiores cidades brasileiras, entre o fim da década de trinta e quase toda a de quarenta⁹ e, mais fortemente, por causa da Segunda Guerra, que provocou o aumento do consumo da madeira e produtos como a fécula da mandioca e seus subprodutos, como a dextrina.

⁹ Segundo o *Anuário Estatístico do Brasil de 1950*, o preço da banha, em Florianópolis, passou de 3,63 para 7,08 cruzeiros em 1947. Outros produtos, como a carne e a farinha de mandioca aumentaram acima de 300% seu preço no período.

TABELA 4.3

PRODUÇÃO INDUSTRIAL DE NOVA TRENTO

EM 1937

PROPRIETARIO	TIPO DE ESTABELECIMENTO	LOCAL
Leonardo Joaquim de Oliveira	Torrefação da café	Sede Municipal
Agostinho Franzoi	Fábrica de cadeiras de palha	Morro da Onça
Antonio Motta	Fábrica de cadeiras de palha	Morro da Onça
Francisco Marcola	Fábrica de cadeiras de palha	Morro da Onça
João Bayer Sobrinho	Curtume	Aliança (Claraíba)
Arthur Bayer	Fecularia	Aliança
Luiz Tridapalli & Irmãos	Fecularia	Sede Municipal
Ernesto Zanluca	Fábrica de móveis	Sede municipal
Germano Venske	Olaria	Aliança
Henrique Venske	Olaria	Aliança
Sétimo Trainotti	Olaria	Ponta Fina
João Gulini	Fábrica de salsichas	Sede municipal
Domingos Fachini	Fábrica de salsichas	Sede municipal
Fábr. Tec. Carlos Renaux S.A.	Fábrica de tecidos de algodão	Sede municipal

Fonte: IBGE/Depto. Estadual de Publicidade; Cadastro Industrial do Estado de Santa

Catarina de 1937, Publ. n. 12.

Em 1938, eram duas as feclarias, dos mesmos empresários de 1937. Seriam pelo menos três em 1945, ano em que havia 4 fábricas de banha e foi criada mais uma fábrica de tecidos no município.

TABELA 4.4

**ESTABELECIMENTOS INDUSTRIAIS E ARTESANAIS
DE NOVA TRENTO - 1940**

PROPRIETARIO	TIPO DE ESTABELECIMENTO	LOCAL
Antonio Motta	Fábrica de cadeiras de palha	Morro da Onça
Augustinho Franzoi	Fábrica de cadeiras de palha	Morro da Onça
Carlos Renaux S.A.	Fábrica de Tecidos	Nova Trento
Ernesto Zanluca	Fábrica de móveis	Nova Trento
Germano Henrique Venske	Olaria	...
Henrique Carlos Venske	Olaria	...
Sétimo Trainoti	Olaria	...
Francisco Marcola	Fábrica de cadeiras de palha	Morro da Onça
Júlio Baumann	Beneficiamento de madeira	Nova Trento
João Bayer Sobrinho	Curtume	Claraíba
Luiz Tridapalli & Irmãos	Fábrica de goma	Nova Trento
Leonardo Joaquim de Oliveira	Torrefação de café	Nova Trento

Fonte: Guia do Estado de Santa Catarina de 1941.

TABELA 4.5

**ESTABELECIMENTOS INDUSTRIAIS E ARTESANAIS
DE NOVA TRENTO - 1945**

PROPRIETARIO	TIPO DE ESTABELECIMENTO	LOCAL
Angelo Maurici	Fábrica de banha	Nova Trento
Oliveira, Piazza, Ltda.	Fábrica de banha	Nova Trento
João Mescke	Fábrica de banha	Claraíba
João Bayer Sobrinho	Fábrica de banha	Claraíba
Agostinho Franzoi	Cadeiras de palha	Morro da Onça
João Bayer Sobrinho	Cadeiras de palha	Claraíba
Luiz Tridapalli & Irmãos	Fecularia	Nova Trento
Kruger & Erbs	Fecularia	Baixo Salto
Dal Bosco & Bado	Fecularia	Bonito
Carlos Renaux S.A.	Tecidos	Nova Trento
Vva. Ernesto Zanluca	Fábrica de móveis	Nova Trento
Leonardo Joaquim de Oliveira	Torrefação de café	Nova Trento

Fonte: Guia do Estado de Santa Catarina de 1946.

Se, na década de quarenta, houve grande variação no número de proprietários rurais e de titulares de ramos de negócio, na indústria, percebe-se uma certa estabilidade, que permanece nas décadas seguintes.

Os nomes pouco variam nos diversos levantamentos seguintes e alguns estabelecimentos passaram para uma segunda geração. É a empresa familiar se firmando, apesar de pequena. Exemplos disso são as serrarias das famílias Butkiewicz em Valsugana e Montibeller em Bom Retiro, a cervejaria da família Tomazio e a feccularia da família Tridapalli. Essa última perdurou até 1991.

O Censo de 1940 apresenta o número de 20 empresas e 22 estabelecimentos industriais em Nova Trento. Essa "diminuição" de números e relação à década anterior, se dá em razão dos critérios adotados pelo IBGE para o levantamento de "indústrias". Em 1945 elas seriam, pelo mesmo IBGE, apenas 4, incluindo-se uma segunda fábrica de tecidos na cidade.

O que não variaria, sensivelmente, seria o número de pessoal ocupado pelas indústrias cadastradas em 1940: 192. Posteriormente, quando os critérios para o levantamento se alteraram, "aumentou" o número de indústrias, embora tivesse diminuído o número de pessoas empregadas no total e permanecido quase inalterado o pessoal das maiores empresas. Eis porque nas Tabelas 4.4 e 4.5 preferiu-se seguir os dados nominais, de fontes não oficiais.

O critério de classificação de indústria pelo IBGE, que excluía como tal as serrarias, foi utilizado no início da década de cinquenta, por diversos pesquisadores e historiadores, que apontam apenas quatro indústrias neotrentinas na década de quarenta e a seguinte, embora o Censo de 1950 aponte-se 51 estabelecimentos industriais e assemelhados no município naquele ano.

Levantamento feito sobre a mão-de-obra industrial em 1954, apontou apenas 4 empresas com mais de 5 operários e 505 com menos de 5, em Nova Trento. 679 pessoas trabalhavam com produtos alimentares, 97 na construção civil e mobiliário, 163 em fiação e tecelagem, totalizando 939 pessoas empregadas na indústria.⁷ Esses dados mostram que, com exceção da indústria têxtil, as demais empresas empregavam pouca mão-de obra, numa época em que se dava um grande êxodo da população neotrentina, como se viu no Capítulo 1.

⁷ ABREU, Alcides, *Mão-de-obra industrial no Brasil e em Santa Catarina*, p. 118 e 123. O critério para a caracterização de "empresa" deve ter sido elástico, para apresentar número tão elevado delas.

TABELA 4.6

PRODUÇÃO INDUSTRIAL E ARTESANAL DE NOVA TRENTO
1958

PRODUTO	N. produtores	Quant.	Unidade	Valor(Cr\$)
Telhas	4	110	m lineares	172.000,00
Tijolos	5	399	m lineares	399.000,00
Madeira serrada ou desdobrada	34	5.488	m 3	3.177.723,00
Esquadrias, portas e janelas	2	1.720	m 2	237.100,00
Cadeiras de todos os tipos	3	308	unidades	61.600,00
Camas	3	138	unidades	93.500,00
Peças avulsas p/ mobiliário doméstico	4	103	unidades	319.500,00
Peças de vime, bambu e similares	4	11.488	unidades	409.000,00
Poltronas p/ cinema e teatro	1	5	unidades	7.500,00
Produtos químicos	1	252.854,00
Fios de algodão bordado	1	2.734	Toneladas	32.820,00
Tecidos de algodão	1	891.287	metros	22.181.814,00
Farinha de mandioca	144	1.534.518	Kilos	8.863.920,00
Farinha de milho	86	423.385	Kilos	4.224.950,00
Raspa de mandioca	1	252.000	Toneladas	2.000.000,00
Açúcar de engenho	63	32.734	Toneladas	323.036,00
Pães	1	86	Toneladas	84.000,00
Aguardente de cana	1	133	Litros	1.800,00
TOTAL			Cr\$	42.842.117,00

Fonte: IBGE, *Produção Industrial em 1958*.

TABELA 4.7

**ESTABELECIMENTOS INDUSTRIAIS E ARTESANAIS
DE NOVA TRENTO
1960**

ESTABELECIMENTOS	QUANT.
Serrarias	32
Fábricas de móveis	3
Olarias	2
Fábricas de fogos de artifício	2
Fábricas de tecidos	1
Fábr. Prod. alimentares	2
TOTAL	42

Fonte: IBGE, Censo Industrial de 1960.

Segundo o Registro Industrial de 1965, do IBGE, Nova Trento tinha 38 indústrias, sendo 24 ligadas à madeira, 7 ao mobiliário, 3 a produtos alimentares e 4 de outros ramos; constituídos por: uma fábrica de tecidos, duas de fogos de artifício e uma de calçados, segundo o mais específico *Registro Industrial* do IBGE, do mesmo ano.

TABELA 4.6

**ESTABELECIMENTOS INDUSTRIAIS E ARTESANAIS
DE NOVA TRENTO
1965**

PROPRIETARIO	TIPO DE ESTABELECIMENTO	LOCAL
Antonio M. Libardo	Serraria	Lageado
Augusto Pereira	Serraria	Aguti
Bento Tomio e Arcanjo Orlandi	Serraria	Serraval
Carlos Henrique Boso	Serraria	Aguti
Elizeu Tridapalli	Serraria	Ribeirão da Velha
Emilio Carlos Wilcke	Serraria	Claraíba
Guerino Fantini	Serraria	Duarte Silva
João Mistura	Serraria	Aguti
José Bittencourt	Serraria	Pitanga
José Butchewitz	Serraria	Valsugana
José e Valentim Cipriani	Serraria	Nova Trento
José Luiz Marcola	Serraria	Pitanga
José Raizer Filho	Serraria	Saudade Grande
Josefina Montibeller	Serraria	Bom Retiro
Luiz Costa	Serraria	Serraval
Luiz Nicolodi	Serraria	Capivara
Luiz Voltolini	Serraria	Pitanga
Nilde Peixer	Serraria	Corridas
Pedro Nascimento	Serraria	Alto Salto
Próspero Galvão	Serraria	Natal
Rodolfo e Angelo Dell' Antonio	Serraria	Valsugana
Tranquelino Garcia	Serraria	Aguti
Valentim Voitena	Serraria	Trombudo
Lauri Orsi	Serr./marc./móveis	Nova Trento
Antonio Motta	Fábrica de móveis	Morro da Onça
Erico José Marchi	Fábrica de móveis	Claraíba
Gedeão Luiz Cipriani	Fábrica de móveis	Nova Trento
Miguel Joaquim de Oliveira	Fábrica de móveis	Lageado
Onésio Cadore	Fábrica de móveis	Nova Trento
Firmino Franzoi & Irmão	Fáb. fogos artifício	Nova Trento
Gentil Franzoi	Fáb. fogos artifício	Morro da Onça
Fábr. Tecidos Carlos Renaux S.A.	Fáb. tec. algodão	Nova Trento
Guilherme Darós	Fábica de calçados	Nova Trento
Ind. e Com. Vitorio Tridapalli	Fecularia	Nova Trento
Bernardo Tell	Panficadora	Nova Trento
José Piazza	Panficadora	Nova Trento

Fonte: IBGE, Cadastro Industrial de 1965 do Estado de Santa Catarina.

Os dados nominais de 1965 se aproximam muito dos de 1960, antes do desmembramento do Distrito de Vargedo.

O número de pessoal empregado era de 199, distribuídas em: 50 nas serrarias, 14 nas fábricas de móveis de madeira, 9 nas de produtos alimentares e 126 nas demais, incluindo, nessas, os operários da fábrica de tecidos de algodão, maior empregadora do município.

A década de sessenta não apresentaria mudanças na estrutura da indústria neotrentina. Se a população diminuía e o comércio se diluía em inúmeros estabelecimentos, o mesmo não ocorria no campo industrial, onde houve uma certa estabilidade.

Como a indústria que prevaleceu era na, maioria, do tipo empresarial familiar, não absorvia a mão-de-obra que aumentava. Assim, o setor secundário não foi um dique que detivesse a saída de inúmeros neotrentinos, e o setor terciário só tendia a aumentar seu contingente.

A empresa familiar emprega quase só a família do proprietário, cujos membros se revezam nas diferentes fases de fabricação de um produto, resultando numa subprodução. Mas o objetivo maior nesse tipo de indústria é mais manter a renda familiar do que propriamente promover o crescimento da empresa.

4.3.1 - A MADEIRA

A exploração da madeira constituiu a principal atividade industrial do município, desde seus primórdios até a atualidade. Fruto da posição geográfica e conformação territorial, Nova Trento tinha a maior parte de seu território coberto pela mata atlântica, com algumas faixas da mata comum no planalto catarinense.

Henrique Carlos Boiteux listou as madeiras mais procuradas no fim do século passado: amoreira, angelim, araribá, araçá, bicuiva, canelas, cabreúva, cangerana, cedro, figueira, garuva, genipapo, guamirim, guarapari, ipê, jacarandá, laranjeira, louro, lucurana, maiato, matambu, massaranduba, noqueira, óleo de várias qualidades, peroba, pindabuna, pinhaúva, pinho branco e tarumã.¹⁰

O historiador Walter Piazza, escrevendo sobre as serrarias em Nova Trento, em 1950, sublinha que "sempre foi uma atividade que grandes lucros trouxe ao município, apesar de, em determinadas zonas, ter maus resultados, como: destruição de espécies raras, falta de reflorestamento, definhamento das fontes d'água".¹¹ É um resumo do que ocorria, e ainda ocorre na região.

¹⁰ BOITEUX, Henrique Carlos, *Nova Trento*, p. 21.

¹¹ PIAZZA, Walter F., *Nova Trento*, op. cit., p. 55.

Na década de trinta do século XIX, muito antes de Nova Trento ser fundada como um dos Distritos da Colônia Brusque, no lugar onde hoje se ergue a sede municipal, existiu uma grande serraria, que foi abandonada ainda antes da colonização organizada. Foram seus proprietários *Wells, Pedrick e Silva*, em terras requeridas pelo súdito inglês Cristóvão Bonsfield, estabelecido na capital catarinense. Este conseguiu do governo provincial uma sesmaria de terras para estabelecer indústria, explorando as vastas matas, aproveitando a força motriz da queda d'água existente no ribeirão do Alferes. A concessão incluía direitos de estabelecer, também, uma colônia de agricultores, o que não se concretizou.¹²

O estabelecimento madeireiro chegou a produzir de 50 a 60 dúzias de tábuas diariamente, o que era notável, para a época. Os trabalhadores eram norte-americanos, que não permaneceram, malogrando-se o empreendimento.¹³ O que sobrou do antigo maquinário foi, décadas depois, adquirido por Henrique Carlos Boiteux, o primeiro comerciante a estabelecer-se em Nova Trento.¹⁴

¹² PIAZZA, Walter F., "Nova Trento - Santa Catarina" in: *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*, vol. XXXII, Rio de Janeiro, IBGE, 1959, p. 253-261.

¹³ PIAZZA, Walter F. "Nova Trento - Santa Catarina...", op. cit. p. 253-261.

¹⁴ BOITEUX, Henrique Carlos, *Nova Trento*, op. cit., p. 8

TABELA 4.9

SERRARIAS EM NOVA TRENTO

EM 1920

PROPRIETARIO	LOCALIDADE
Antonio Butckewitz	Valsugana
Antonio Goricioki	Valsugana
Celeste Gigli	Valsugana
Raymundo Marchi	Valsugana
João Bauer	Sede Municipal
João Bauer	Macacos
Magdalena Montibeller	Bom Retiro
Germano Melscke	Aliança (Claraíba)
Christovão Moresco	Indaial
Eugenio de Lucca	Reginaldo
Julio Nach	Reginaldo
Justino Mariano Coelho	Reginaldo
Luiz Cavichioni	Alto Salto
Francisco Zancanaro	Alto Salto
Francisco Tomio	Baixo Salto
Maria Voltolin	Salto
Faustino Floriani	Salto
Angelo Dall' Angelo	São Valentim
José Eccher	São Valentim
José Battisti Archer	Ribeirão dos Macacos
Baptista Raizer	Ferreira Vianna
José Busnardo	Ferreira Vianna
Constante Tridapalli	Ribeirão da Velha
Francisco Darós	Trinta Réis
Primo Tomazoni	Ribeirão São João
Luiz Cipriani	Vigolani
Eugenio de Lucca	Natal

Fonte: Diretoria Geral de Estatística; Censo Geral de 1920.

A Tabela 4.1 aponta 17 serrarias em 1910. Em 1920, o Censo oficial não registrou indústrias, além de 27 serrarias. Acreditamos que foi uma questão de critério seletivo no levantamento dos dados, pois os números de 1927 se aproximam muito dos de 1907, em todas as atividades pesquisadas.

Em 1927, segundo a Tabela 4.2, Nova Trento tinha 34 serrarias. Em 1937, o número de estabelecimentos dedicados ao corte da madeira aumentou para 36.

Por ocasião da Segunda Guerra Mundial, houve grande aumento na procura da madeira em Santa Catarina, mas alguns dados disponíveis, constantes na Tabela 4.11, sobre a produção madeireira neotrentina, parecem desmentir o fato. Atribui-se a discrepância às exigências governamentais para o setor, à saída de madeira em bruto ou em toras para outros municípios e às dificuldades dos funcionários governamentais para controlar inteiramente os números.

O Censo de 1950 apresentou 51 estabelecimentos que utilizavam força motriz, isto é, indústrias, no município. A maioria dessas devia ser constituída de serrarias.

TABELA 4.10

SERRARIAS EM NOVA TRENTO EM 1937

PROPRIETARIO	LOCALIDADE
Pedro Voltolini	Capivara
Albino Cipriani	Vigolani
Atanasio Francisco Firmino	Valsugana
Joaquim Voltolini	Baixo Salto
José Leopoldo Gorges	Cotia (Aguti)
Pedro Muller	Poço Bonito
Júlio Baumann	Cotia
João Angelo Dallagnolo	Bonito
Sebastião Eccher	Bonito
Constâncio Montibeller	Reginaldo
Luiz Marcomini	Reginaldo
Aleixo Migliorini	Trinta Réis
Pedro e João Mistura	Reginaldo
José e Estanislau Butkewicz	Valsugana
Gildo Turazzi	Duarte Silva
Francisco Dallagnolo	Bonito
Eugênio Spoganicz	Veado
Herdeiros de Gregório Sborz	Natal
Luiz Costa	Macacos
José Bosio e Sp. Paulini	Letreiro
Próspero Marchi	Bom Retiro
Alexandre Leoni	Capivara
Pedro Domini	Capivara
Ernesto Marques Lima	Corrida
Bertoldo Andregghetoni	Rib. Frederico
Severino Pereira	Rib. Tigre
Virgílio Moresco	Indaiá
José Manuel Frutuoso	Vargem dos Bugres
Constâncio Mantuanelli	Baiano
Francisco e Ceslau Sumick	Veado
Ovidio Pianezzer	Pitanga
João José Tomasi	Pitanga
Magdalena Montibeller	Bom Retiro
Joaquim Batistti Archer	Vargem dos Bugres
Francisco Joaquim de Oliveira	Lageado
Carlos Bayer	Cotia (Aguti)

Fonte: IBBE/Departamento Estadual de Publicidade, Cadastro Industrial do Estado de Santa Catarina de 1937.

TABELA 4.11

PRODUÇÃO MADEIREIRA EM NOVA TRENTO

1939-1947

ANO	QUANT. (m3)
1939	3.210
1940	3.206
1941	2.110
1942	1.092
1943	860
1944	1.673
1945	2.232
1946	3.464
1947	3.560
TOTAL	21.407

Fonte: PIAZZA, Walter F., *Nova Trento*, 1950.

Em 1958, levantamento do IBGE acusou 34 serrarias em Nova Trento, que se dedicavam à "madeira serrada ou desdobrada em outras formas".

Em 1960, o Censo Geral apontaria 32 serrarias e 3 fábricas de móveis. Em 1965, os números eram: 24 serrarias e 7 fábricas de móveis, mas isso não representa uma diminuição do corte, pois o município tinha perdido o Distrito de Vargedo há três anos, rico em florestas.

Duas décadas depois, a maioria das indústrias neotrentinas ainda seriam serrarias e fábricas de móveis. Em 1986, havia 13 estabelecimentos das primeiras e 7 das segundas,¹⁵ o que denota uma certa estabilidade, apesar da diminuição do número das madeireiras.

O que aumentou a cada década foi a venda de lenha, em razão do grande número de cerâmicas no baixo Vale do Tijucas e da reintrodução do fumo no município, que era secado em estufas abastecidas a lenha.¹⁶

¹⁵ SANTA CATARINA - GAPLAN- Gabinete do Governo do Estado, *Municípios Catarinenses: dados básicos*, Florianópolis, 1986, p. 282.

¹⁶ CADORIN, Jonas, *Nova Trento outra vez...*, op. cit., p. 96-97, acentua que "Vender lenha tornou-se um negócio de lucro fácil, pois ao vendedor não lhe custava trabalho algum senão derrubar e serrar em metro para acililar o transporte." Segundo o Censo Agrícola de 1960, não havia ainda nenhum estabelecimento plantando o fumo. Foi no decorrer da década que se deu novo impulso à cultura, por iniciativa das grandes fábricas de igarros, segundo Cadornin.

O Censo Econômico de 1950 listou 698 estabelecimentos agrícolas que produziam 36.000 metros cúbicos de lenha, sendo que, em 4 deles se produzia carvão. O mesmo Censo aponta uma grande venda de madeira em toras, mais de 2.800 unidades, que era feita por 46 estabelecimentos.

Em 1960, apenas dois estabelecimentos, que somavam 22 hectares, eram especializados em extração vegetal, o que demonstra ser, a extração da lenha, feita em grande número de propriedades rurais, predatória. A venda da lenha aumentou nas décadas seguintes e, em 1975, 46 estabelecimentos, somando 1973 hectares, dedicavam-se à extração vegetal.¹⁷

¹⁷ IBGE, Censo Econômico de 1975.

4.4 - A INDÚSTRIA TEXTIL

4.4.1 - A FABRICA DE SEDA DAS IRMÃS E A SERICICULTURA

A fábrica de tecidos de seda fundada por Henrique Carlos Boiteux, passou para as Irmãs da Imaculada Conceição em 1894, ano do falecimento de seu fundador. Em 1907, a fábrica tinha o capital de 10 contos de réis e utilizava força manual de 10 pessoas. Era um empreendimento que se destinava mais às obras assistenciais daquela Ordem religiosa do que ao lucro nos moldes capitalistas¹⁰ e desapareceu na década de vinte.

Os dados da Tabela 4.12 mostram a disparidade de capital, estrutura e produção entre as diversas empresas têxteis catarinenses da época. A maior empresa era a de Carlos Renaux, de Brusque, que manteria por longo tempo essa primazia. A menor delas era a das Irmãs da Imaculada Conceição, de Nova Trento.

¹⁰ CADORIN, Jonas, op. cit., p. 109.

TABELA 4.12

FABRICAS DE FIACAO E TECELAGEM CATARINENSES

EM 1907

PROPRIETARIO	LOCAL	CAPITAL (contos de réis)	FORÇA	OPERARIOS	PRODUÇÃO
Irmãs da I. Conceição	Nova Trento	10	manual	9	3.000 m seda 108 dz p. meias
Carlos Renaux	Brusque	600	70 C.V. (*)	90	500.000 m algodão
Rodolfo Tietzman	Brusque	40	3 C.V.	12	1.000 dz camisas 5.000 dz meias
João Karsten	Blumenau	80	20 C.V.	20	80.000 m algodão
Sieverdt & Irmãos	Blumenau	10	3 C.V.	4	2.000 algodão
H. Probst & Cia.	Blumenau	200	12 C.V.	45	250.000 m algodão
Hering & Irmão	Blumenau	150	18 C.V.	100	4.00 dz meias 12.000 dz camisas
Ernesto Eckardt	Blumenau	15	3 C.V.	9	250 dz camisas 250 dz meias
C. G. Dohler	Joinville	10	2 C.V.	4	2.500 m algodão
Max Friedrich	Joinville	12	3 C.V.	8	300 dz camisas
Paulo Schlemm	Joinville	25	4 C.V.	9	250 dz meias
Kaiser & Cia.	Joinville	250	24 C.V.	50	5.000 dz meias 2.000 dz camisas
H. A. Lepper	Joinville	300	40 C.V.

Fonte: *O Brasil - suas riquezas naturais: suas industrias*. Vol. III: Industria de transportes - industria fabril. Centro Industrial do Brasil, 1909.

A mesma fonte da Tabela 4.12, baseando-se em valores médios, apontou que, em 1907, os 3.000 metros de tecido e as 108 dúzias de pares de meias de seda, produzidos pela fábrica das Irmãs em Nova Trento, totalizavam 58 contos de réis. Levando-se em conta que o total geral da produção da Tabela 4.12 era de 534 contos e 820 mil-réis. A produção de tecidos e meias de seda era compensadora, mas o empreendimento não progrediu.

O insucesso da fábrica deve ter ocorrido por razões outras que não o mercado, pois em 1937, a seda animal era utilizada, em Joinville, na indústria têxtil, embora em menor quantidade que a vegetal.¹⁷ Na década de trinta, o Brasil importava seda da França e da Itália.²⁰

Quanto à produção de casulos verdes para a indústria, têxtil ou não, o Departamento de Estatística e Publicidade de Santa Catarina transcreve dados da "Revista Têxtil" do Rio de Janeiro, na qual consta que a produção nacional de casulos era insuficiente para o parque fabril nacional, embora tivesse passado de 4.404 para 12.721 toneladas no período 1930-1935. Esclarece a revista que o déficit foi

¹⁷ Departamento de Estatística e Publicidade/SC, *A indústria de fiação e tecelagem em Santa Catarina (1937)*, p. 23

²⁰ BRASIL - Ministério das Relações Exteriores, *Brasil: estatísticas, recursos, possibilidades*, Rio de Janeiro, 1936, p. 307 e 312.

suprido pela importação, que custou ao país mais de 209.000 contos de réis entre 1934-1938.²¹ É evidente a razão do interesse governamental pela sericicultura na época.

Na década de trinta, o Estado de São Paulo era o maior produtor de casulos de seda e, em vários Estados, se procurava incrementar um negócio lucrativo. Em apenas dois anos, um colono poderia produzir, numa área relativamente pequena, que comportasse 3.000 pés de amoreiras, 900 kilos de casulos. Isso representaria um lucro bruto de mais de 8 contos de réis. O casulo valia 9 mil-réis.²² O alto preço se dava em função de uma indústria, que clamava, como se viu por essa matéria-prima nobre.

Em Santa Catarina, um técnico foi enviado à cidade de Barbacena, Minas Gerais, por conta do governo do Estado, para aperfeiçoar-se no campo sericícola, ao tempo do Estado Novo (1937-1945). Foi criado o Serviço de Sericicultura e distribuídos ovos do bicho-da-seda, inclusive em Nova Trento,²³ onde foram produzidos 470.870 casulos verdes, comprados pelo referido Serviço, em 1942.

²¹ Doc. do Serviço de Informação N. 25, do Departamento de Estatística e Publicidade do Estado de Santa Catarina, p. 13.

²² Dados do Ministério de relações Exteriores, in: *Brasil, estatísticas, recursos, possibilidades*, p. 209.

²³ CADORIN, Jonas, *op. cit.*, p. 110.

A sericicultura, em todo o Brasil, decresceu a partir da metade da década de quarenta. A produção total brasileira de casulos foi de 4.929 toneladas em 1945, 5.938 toneladas em 1946, 2.479 toneladas no ano seguinte, baixando para 1.268 em 1948 e apenas 816 toneladas em 1949.²⁴

Em 1945, Santa Catarina produziu 4 toneladas de casulos e menos de uma tonelada no ano seguinte. Houve uma reação em 1950, quando o Estado produziu 34 toneladas, mas Nova Trento contribuiu com apenas 5 quilos.²⁵ A produção catarinense seria praticamente nula entre 1957 e 1960, quando a produção média nacional seria de pouco mais de mil toneladas.²⁶

Os preços, no entanto, eram estáveis ou pouco crescentes, o que leva a crer que não foram a causa maior da queda do produto, que está mais associada ao crescimento das fibras têxteis e do algodão. Em 1956 apenas 16 fábricas têxteis utilizavam a seda no Brasil, consumindo 108 toneladas. Dois anos após, o consumo era de 117 toneladas, quando o algodão era utilizado por 548 estabelecimentos.²⁷ O Censo Agrícola de 1960 informa que nenhum casulo foi produzido naquele ano, no município neotrentino.

²⁴ Anuário Estatístico do Brasil, de 1941-1960.

²⁵ IBGE, Censo Agrícola de 1950.

²⁶ Anuário Estatístico do Brasil de 1957 a 1960.

²⁷ Anuário Estatístico do Brasil, de 1956 a 1960.

4.4.2 - A FABRICA DE TECIDOS CARLOS RENAUX S. A.

O maior empreendimento industrial neotrentino foi uma extensão da indústria têxtil de Brusque. Em 1932, a empresa Fábrica de Tecidos Carlos Renaux S.A. fundou uma tecelagem na sede municipal neotrentina.

A mão-de-obra disponível foi a razão da criação da tecelagem,²⁰ que utilizava o algodão como matéria-prima. Em 1937 empregava 146 pessoas, sendo 4 na administração, e os demais operários. Destes, 80 eram mulheres.

Em 1945, outro empreendimento têxtil, denominado Indústria de Tecidos São Virgílio, foi fundado por antigos técnicos da tecelagem de Carlos Renaux. O número de operários das duas indústrias neotrentinas, bem como o capital empregado, custos de serviços e valor da produção não constam no levantamento feito pelo IBGE, em 1953, quando Santa Catarina tinha 97 indústrias têxteis.

No caso da filial de Fábrica de Tecidos Carlos Renaux S.A., os valores eram sempre agregados à produção das fábricas da mesma empresa, em Brusque.

²⁰ HERING, Maria Luiza Renaux, *Colonização e indústria no Vale do Itajaí: o modelo catarinense de desenvolvimento*, p. 253.

No Balanço de janeiro de 1946, o ativo da empresa totalizava Cr\$ 11.055.592,80, sendo que a Tecelagem Nova Trento somava Cr\$ 695.699,70, ou 6,29%. Nesse mesmo ano, houve pelo menos a intenção de ampliar a tecelagem neotrentina, pois com possível compra de teares novos na Inglaterra e Estados Unidos, os mais antigos iriam para Nova Trento, onde funcionava uma "seção" da fábrica de Brusque.²⁹

No levantamento feito pelo IBGE, em 1954, sobre a produção industrial no Estado, constam apenas 4 empresas como "indústrias" em Nova Trento, pois só duas fecularias, que empregavam pouca mão-de-obra, e as indústrias têxteis foram computadas. Como o total de operários no município somou 167, presume-se que a outra empresa têxtil era muito pequena.

Em 1958 eram duas as tecelagens no município, mas no Censo de 1960 figura apenas a da empresa Renaux. Em 1965 a tecelagem neotrentina ainda funcionava, mas foi desativada pouco depois, sobrevivendo o desemprego. O município, que antes exportava capital para as indústrias de Brusque, viu a sua maior empresa fechar as portas.³⁰

²⁹ HERING, Maria Luiza Renaux, op. cit. p. 312.

³⁰ Segundo HERING, Maria Luiza Renaux, op. cit. p. 201, uma das fontes de recursos para empreendimentos da família Renaux era o empréstimo de capital feito aos colonos e comerciantes. Dentre esses, alguns de Nova Trento, como Alexandri Barni & Irmãos, José Batisti Archer e Luiz Tridapalli.

TABELA 4.13

TIPOS DE ESTABELECIMENTOS TEXTEIS CATARINENSES

EM 1937

MUNICIPIO	FIAÇÃO	FIAÇÃO E TECELAGEM	FIAÇÃO E MALHARIA	MALHARIA	TECELAGEM E MALHARIA	TECELAGEM	CADARÇO	TOTAL
Blumenau			1	1	1	3	1	7
Brusque		2		1		2		5
Itajaí						2		2
Jaraguá				1		1		2
Joinville	1			7		3	3	14
N. Trento						1		1
São Bento							1	1
ESTADO	1	2	1	10	1	12	5	32

Fonte: IBGE/Departamento de Estatística e Publicidade do Estado de Santa Catarina (Publicação N. 7)

A indústria de fiação e tecelagem em Santa Catarina (1937).

TABELA 4.14

INDUSTRIAS TEXTEIS EM SANTA CATARINA

1937

MUNICIPIO	ESTABELECIMENTOS	TEARES	OPERARIOS	PRODUÇÃO (m)	VALOR (mil-réis)
Blumenau	7	614	1.706	1.939.785	18.573.207
Brusque	5	337	1.600	4.795.941	19.283.129
Itajaí	2	81	187	1.134.256	1.861.540
Jaraguá do Sul	2	3	21	1.733	9.496
Joinville	14	854	1.226	647.072	15.197.922
Nova Trento	1	69	146	863.148	1.332.743
São Bento do Sul	1	7	11	--	60.000
TOTAL DO ESTADO	32	1.975	4.897	9.382.935	21.466.710

Fonte: IBGE/Departamento de Estatística e Publicidade do Estado de Santa Catarina (Publicação N. 7)

A indústria de fiação e tecelagem em Santa Catarina (1937).

4.5 - AS VINICOLAS

A vinicultura é uma das tradicionais culturas do Trentino. Pragas assolaram as vinhas europeias no século XIX, o que causou crise no setor. Mas a possível decadência da atividade vitivinícola trentina tem sido também atribuída às técnicas de produção, defasadas em relação a outras regiões produtoras europeias.³¹ De todo modo, foi transplantada, para o sul do Brasil, uma atividade em que se depositava grandes esperanças.

Aqui, o clima e o meio físico não colaboraram para a sua prosperidade. Insetos, instabilidade de temperatura, conservadorismo do imigrante e a não-disponibilidade de vasilhames adequados não permitiram pleno sucesso. Mas houve, por algum tempo, uma razoável produção, embora a qualidade do produto não fosse muito boa.³²

³¹ GROSSELLI, Renzo Maria, op. cit., p. 55

³² Relatório do Cav. Pio de Saboia, Cônsul italiano em Florianópolis, que visitou as colônias italianas de Santa Catarina, em 1900. (transcrito in: DALL'ALBA, João Leonir, *Imigração italiana em Santa Catarina*, op. cit., p. 94-95).

O poder público interessou-se pela produção vinícola, havendo destinado dinheiro para a introdução de viticultores no Estado.³³

No início do século, Nova Trento chegou a liderar a fabricação de vinho em Santa Catarina. Eram 7 vinícolas em 1907,³⁴ todas com força manual e capital total de Rs 127:000\$000 (cento e vinte e sete contos de réis). A posição neotrentina era de supremacia, pois em todo o Estado havia 11 fábricas, que totalizavam capital de 164 contos. A força de trabalho empregada nas empresas neotrentinas era de 41 pessoas e o total do Estado, 69.

³³ A Lei Estadual 413, de 1899, destinou 20 contos de réis para a introdução de técnicos viticultores em Santa Catarina. Não se sabe, ao certo, se houve o investimento público, mas alguns neotrentinos investiram na atividade, no início do século XX.

³⁴ Centro Industrial do Brasil, *O Brasil, suas riquezas naturais, suas indústrias, op. cit.*,

TABELA 4.15

PRODUÇÃO DE VINHO EM SANTA CATARINA

1907

PROPRIETARIO DO ESTABELECIMENTO	LOCAL	CAPITAL EM CONTOS DE REIS	FORÇA MOTRIZ	VALOR DA PRODUÇÃO EM CONTOS DE REIS	N. DE OPERARIOS
Manoel Drago	Nova Trento	15	Manual	15	8
Antonio Bastiani	Nova Trento	10	Manual	15	6
Sotoriva Pietro	Nova Trento	10	Manual	3	2
João Valle	Nova Trento	40	Manual	10,8	6
Castro Dalri	Nova Trento	12	Manual	2	3
Irmãs Imac. Conc.	Nova Trento	5	Manual	4	10
Benjamin Battistti	Nova Trento	15	Manual	15	6
E. Manteuffel	Joinville	10	Manual	8	4
João Prado Lemos	S. A. Imperatriz	25	Manual	30	15
Luiz Vendrame	Urussanga	10	Manual	8	4
Bez Fontana	Urussanga	12	Manual	10	5

Fonte: Centro Industrial do Brasil: *Séries estatísticas retrospectivas, 1907.*

Em 1927 havia 13 vinícolas no município, mas nesse último ano o sul do Estado e o Vale do Itajaí suplantaram Nova Trento na produção de uva e vinho.³⁵

As fontes oficiais, a partir de 1937, não há mais registros de "fábricas" de vinho em Nova Trento, mas a produção não parou e nem as cantinas desapareceram.³⁶ O Censo Agrícola de 1940 registra uma área ocupada com cultura permanente de 279 hectares e nenhuma produção de uva ou vinho, o que gera estranheza.

A partir de 1942, os produtores de vinho tiveram que submeter-se às normas rígidas do Ministério da Agricultura, que por meio de Portarias, exigiu o exame de qualidade do produto, em laboratório oficial de enologia, para poder ser comercializado.³⁷

No ano citado, 1942, a produção de vinho neotrentina somou 13.332 litros, mais que o dobro do produzido em 1938 e 1939.³⁸ A partir daí houve um abatimento na produção.

³⁵ Guia do Estado de Santa Catarina de 1927, p. 56.

³⁶ Os números entre 1940 e 1960, das diversas fontes, são contrastantes. O IBGE, no Censo de 1940, não registra nenhuma cantina ou vinícola em Nova Trento, mas acredita-se que as Portarias do Ministério da Agricultura, ao tempo do Estado Novo, tenham levado a uma retração na produção, tendo essa se voltado mais para o consumo local do que para o mercado.

³⁷ A Portaria N. 43, de 17 de janeiro de 1942, exigiu também a modernização das instalações das cantinas, além da prova de qualidade do produto. Muitos, talvez quase a totalidade dos produtores não tiveram como tender essas normas ou não viram vantagens econômicas nessa modernização, daí o abatimento da produção e o desaparecimento da fabricação do vinho em municípios como Nova Trento, onde a produção era quase artesanal.

³⁸ PIAZZA, Walter F., *Nova Trento*, p. 57.

Em 1950, 29 estabelecimentos agrícolas transformaram 20 toneladas de uva em 96 hectolitros, isto é, 9.600 litros de vinho. Apenas 1 hectolitro foi transformado em outro produto.³⁹ A produção de uva de .228 estabelecimentos totalizou 43 toneladas, ocupando área de 8 hectares. Não parece ter havido ênfase ao produto na época, pois 4.053 pés estavam em produção e plantou-se apenas 619 novos para as próximas safras. Os parreirais foram dando lugar a outras lavouras, como o fumo.⁴⁰

Em 1960, o Censo Industrial não registrou nenhuma fábrica de bebidas no município. O mesmo ocorreu em 1965.⁴¹

Na década de oitenta, graças a convênios com a Itália, jovens neotrentinos vão àquele país para cursos técnicos em enologia e vitivinicultura. Os resultados tem sido animadores.⁴²

³⁹ IBGE, Censo Agrícola de 1950.

⁴⁰ CADORIN, Jonas, *Nova Trento outra vez...*, op. cit., p. 114.

⁴¹ IBGE, Cadastro Industrial do Estado de Santa Catarina, 1945.

⁴² CADORIN, Jonas, op. cit., p. 114-115.

4.6 - OUTRAS INDUSTRIAS

Henrique Carlos Boiteux informa que, em 1880, já se produzia cerveja em Nova Trento e uma cervejaria foi instalada em 1888.

No *Cadastro Industrial de 1907*, aparece a cervejaria de Giacomo Tomazio, que certamente era mais antiga. Seu capital constava de 10 contos de réis, o mesmo valor da produção anual. Utilizava força inteiramente manual, com 10 operários.

Até 1927, aparece nos levantamentos, a fábrica de bebidas de Giacomo Tomazio Jr., produtor de cerveja e gasosa. O mesmo era comerciante e fabricava também vinho de laranja.

As Irmãs da Imaculada Conceição tiveram fábrica de velas na década de vinte e de vinho na anterior.

Outros empreendimentos tiveram vida curta, e, pouco ou nenhum registro deixaram. Difícil dizer que importância tiveram na evolução econômica do município.

As fábricas de banha e as fecularias, como já se viu, tiveram seu melhor desempenho no fim da década de trinta e na de quarenta. Delas, apenas a fecularia da família Tridapalli chegaria aos nossos dias, fechando em 1991.

Das fábricas de cadeiras de palha e as de móveis, sempre presentes até a década de setenta, só as últimas permanecem, ao lado de algumas serrarias.

Uma tradição italiana, presente quase sempre, mas de pouca expressão numérica, era a fabricação de calçados. Em Nova Trento algumas famílias, como Piazza, Cipriani e outras se destacaram como artesãos do calçado, mas sua produção não ultrapassou o nível artesanal, limitado, embora de boa qualidade. A vizinha cidade de São João Batista se destaca atualmente como centro calçadista, sendo que muitos trabalhadores são oriundos de Nova Trento.

Agostinho Franzoi, antes de fabricar fogos, teve pequena indústria de cadeiras no Morro da Onça, por vários anos. Das 2 fábricas de fogos da família Franzoi, resta apenas uma.

Em síntese, dentro do período analisado, no campo industrial, o município de Nova Trento se definiu por uma economia de pequenos investimentos e técnicas mais simples, onde a indústria familiar, com poucos empregados foi o padrão.

CONCLUSÃO

A pesquisa confirmou que a economia de Nova Trento estava, desde o início, integrada a um sistema que ultrapassava a dimensão regional.

Sua evolução econômica dependeu da conjugação de diversos elementos externos e de um meio físico, por vezes, desfavorável. Mas não houve passividade do elemento humano, dono de uma herança cultural, mas sim, um desajuste.

Algumas das lideranças neotrentinas, quase todas comerciantes, tiveram projeção regional, mas o microssistema de compra e venda decaiu na década de trinta, esgotou-se na década seguinte, quando as grandes casas comerciais desapareceram e as pequenas se multiplicaram. A acumulação foi assim dificultada.

O tipo de economia implantada dependeu, desde o início, essencialmente do meio físico. A má qualidade do solo foi mais que um impecilho para o desenvolvimento da lavoura, que quase exclusivamente foi sempre temporária. Contrariamente, a existência de uma floresta rica e variada forneceu matéria-prima abundante, favoreceu a exploração da madeira. Essa exploração foi feita dentro de um sistema não

participativo, sem que houvesse verticalização na sua industrialização. Algumas fábricas de móveis e cadeiras de palha, apesar de longevas, eram mais oficinas artesanais que fábricas e não chegaram a modificar o panorama geral.

O clima foi adverso às culturas tradicionais do imigrante, como a uva, a seda e o trigo, mas houve adaptação sem grandes problemas à cultura da mandioca, do aipim e da cana-de-açúcar. A lavoura européia não pôde ser reproduzida aqui, e cedeu a vez para uma outra, onde predominavam produtos como a cana-de-açúcar, o milho, e a mandioca. Muitas das técnicas de plantio, colheita e armazenamento eram primitivas, e só evoluíram na década de cinquenta.

A economia neotrentina, no geral, e agricultura em particular, definiu-se por uma relação de dependência do mercado regional, com ciclos periódicos de procura deste ou daquele produto, em razão de eventos como a Segunda Guerra Mundial ou a alta dos preços de gêneros nas décadas de trinta e quarenta. As respostas dadas a esses estímulos tinham a marca do conservadorismo e os limites da sociedade neotrentina.

A empresa predominante foi a do tipo familiar, onde poucas pessoas, além da família, são empregados, não absorvendo o excesso de mão-de-obra, que originava-se na agricultura. Só recentemente, com a indústria da construção civil, parte desse panorama mudou, pois nela trabalhavam

1.348 pessoas em 1989. No entanto, mais uma vez, a absorção tem que ser feita no mercado de trabalho fora do município, na Capital e Vale do Itajaí, principalmente, pois apenas a sede das empresas é local.

Na prática, com exceção de um breve período no fim do século passado, o acúmulo de capital não se processou, principalmente em virtude do individualismo e conservadorismo do empresário local. Houve poucos exemplos de cooperativas e poucos o de sociedades econômicas coletivas. As associações se davam, na maioria, em função de empreendimentos em que o retorno era de curto prazo e exigia pouca complexidade técnica, como as fábricas de banha e fecularias na década de quarenta. Talvez fosse esse o motivo pelo qual uma fábrica de têxteis, fundada na década de quarenta, quando a Empresa Renaux já tinha a sua tecelagem na cidade há anos, não captou capital para crescer e fechou suas portas na década seguinte. Por outro lado, empresas de Brusque, como a Carlos Renaux S. A., tomava dinheiro emprestado de negociantes neotrentinos. Em resumo, não se corria o risco do empreendimento e não se associava.

O empresário neotrentino não teve dinamismo para integrar-se a um mercado que mudou após as transformações trazidas pelas rodovias e novas técnicas. Também não superou as dificuldades oriundas das exigências durante a nacionalização forçada do mercado durante o Estado Novo.

Nas décadas seguintes, o círculo vicioso se fechou. A falta de capital existia porque este não era aplicado onde seu retorno fosse "incerto" ou de longo prazo. Daí o grande número de comerciantes donos de indústrias que logo deixavam de existir, como as feccularias e as fábricas de banha. Essas últimas, teoricamente, poderiam ter evoluído para frigoríficos, mas esperava-se, sempre, que o mercado exigisse o produto, por bom preço, para depois ofertá-lo. Não havia a antecipação empresarial, a visão de longo alcance.

Dentro do período estudado, em vista dos dados levantados, é lógica a saída de grandes contingentes populacionais de neotrentinos, em ciclos ou não, pois a sua história é a síntese da história das populações de núcleos grandemente dependentes da agricultura e indústria não-dinâmica, onde as famílias são comumente numerosas e poucas as oportunidades locais de trabalho e de ascensão social.

FONTES

1 - ARQUIVOS E BIBLIOTECAS

.Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, Florianópolis:

Correspondência ao Ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, de 1874 a 1889.

Livros da Alfândega do Desterro (manuscr.)

.Arquivo e Biblioteca do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, Florianópolis.

.Arquivo da Junta Comercial do Estado, Florianópolis.

.Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina, Florianópolis.

.Biblioteca da Delegacia Federal de Agricultura, São José.

.Biblioteca da Secretaria de Planejamento e Fazenda do Estado, Florianópolis.

.Biblioteca do IBGE, Florianópolis.

.Biblioteca da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

2 - REVISTAS, ALMANAQUES, GUIAS E ANUARIOS

Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, de 1979 a 1991.

Revista Brasileira de Economia, da Fundação Getúlio Vargas, diversos números.

Revista de Ciências Humanas da UFSC, 1982.

Revista do Serviço de Informações, do Departamento Estadual de Estatística de Santa Catarina, 1941.

Guia do Estado de Santa Catarina de 1927, 1935, 1937, 1938, 1941 e 1946.

Almanaque de Santa Catharina de 1910

Anuário Catarinense de 1904

Anuário Barriga Verde de 1921

Anuário Estatístico do Brasil, do IBGE, diversos números

Indicador Comercial, Industrial e Profissional do Município de Florianópolis de 1928.

3 - RELATORIOS, LEVANTAMENTOS E DIAGNOSTICOS

BRASIL - Ministério de Relações Exteriores. *Brasil, estatísticas, recursos, possibilidades*. Rio de Janeiro, 1936.

Censos Gerais e Econômicos da Diretoria Geral de Estatística e do IBGE. Diversos anos.

CENTRO INDUSTRIAL DO BRASIL. *Séries estatísticas retrospectivas*. Rio de Janeiro, 1909.

IBGE/Departamento Estadual de Estatística. *Levantamento industrial de 1958*. Florianópolis, 1958.

Relatório do Secretário Adolpho Konder ao Governador Hercílio Luz. Florianópolis, 1919.

Relatórios da Alfândega do Desterro, de 1878 a 1899.

Relatório do Governador Felipe Schmidt, 1902.

SANTA CATARINA - Diretoria Estadual de Estatística. *Resumo de várias estatísticas econômico-financeiras*. Florianópolis, 1924.

SANTA CATARINA - Departamento de Estatística e Publicidade. Documentos do Serviço de Informação. Florianópolis, s.d.

SANTA CATARINA - Levantamentos e Cadastros Industriais de Santa Catarina de 1920, 1935, 1965 e 1975, da Diretoria de Estatística e IBGE.

SANTA CATARINA - SEPLAN-PIDSE. *Programa Integrado de Desenvolvimento Sócio-econômico: Diagnóstico municipal de Nova Trento*. Florianópolis, 1990.

4 - BIBLIOGRAFIA

ABREU, Alcides. *Mão de obra industrial no Brasil e em Santa Catarina*. Florianópolis, SENAI, 1957.

_____. "Panorama da economia catarinense". In: *Ensaíos sobre a economia catarinense*. Florianópolis, Edeme, 1970.

ALMEIDA, Rufino Porfirio. *Um aspecto da economia de Santa Catarina: a indústria ervateira - o estudo da companhia Industrial*. Florianópolis, UFSC, Dissertação de Mestrado, 1979.

BARRETO, Maria Theresinha Sobierasjki. *Poloneses em Santa Catarina: a colonização do Alto Vale do Rio Tijucas*. Florianópolis, UFSC/Lunardelli, 1983.

BLOCH, Marc. *Introdução à história*, 5.a ed.. s.l., Coleção Saber, Publicações Europa-América, s.d.

BOITEUX, Henrique Carlos. *Nova Trento*. Rio de Janeiro, s. ed., 1929.

BOITEUX, Henrique. *A República Catharinense*. Rio de Janeiro, Xerox do Brasil S. A., 1985.

- BOITEUX, Henrique. *Os municípios de Tijucas Grande e Porto Bello*. Florianópolis, Livraria Central, 1928.
- BOITEUX, Lucas Alexandre. *Primeira Página da Colonização Italiana em Santa Catarina*. Florianópolis, Departamento de Estatística e Publicidade, 1939.
- BRASIL - Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. *Resumo de várias estatísticas econômico-financeiras*. Rio de Janeiro, 1924.
- BOSSLE, Ondina Pereira. *História da industrialização catarinense; das origens à integração no desenvolvimento brasileiro*. Florianópolis, Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina, 1988.
- BRUYNE, Paul et alii. *Dinâmica da pesquisa em Ciências Sociais*. São Paulo, Editora Francisco Alves, 1977.
- BUESCU, Mircea. *Evolução econômica do Brasil*. Rio de Janeiro, APEC, 1974.
- _____. *Métodos quantitativos em História*. Rio de Janeiro, Livros Técnicos e Científicos Ltda., 1983.
- CABRAL, Oswaldo Rodrigues. *História de Santa Catarina*. Florianópolis, Secretaria de Educação e Cultura, 1968.

CABRAL, Oswaldo Rodrigues. *Brusque, subsídios para a história de uma colônia nos tempos do império*. Brusque, Sociedade dos Amigos de Brusque, 1958.

CADORIN, Jonas. *Nova Trento outra vez...* Nova Trento, Prefeitura Municipal de Nova Trento, 1992.

CALMON, Pedro. *História do Brasil*. Rio de Janeiro, José Olímpio Editora, 1970.

CAMARA, Lourival. *Estrangeiros em Santa Catarina*. Florianópolis, IBGE, 1940.

_____. *Reflexos da Guerra na economia catarinense*. Florianópolis, Departamento Estadual de Estatística, 1945.

CARVALHO, Edgar Assis (Org.). *Antropologia Econômica*. São Paulo, Editora Ciências Brasileiras, 1978.

CASTRO, Cláudio de Moura. *Estrutura e apresentação de publicações científicas*. São Paulo, Mc Graw-Hill do Brasil, 1976.

CEAG/SC - Centro de Assistência Gerencial de Santa Catarina. *Evolução histórico-econômica de Santa Catarina; estudo das alterações estruturais (século XVIII-1960)*. Florianópolis, 1980.

- CORREA, Carlos Humberto. *Um Estado entre duas repúblicas: a revolução de 30 e a política de Santa Catarina até 35*. Florianópolis, UFSC/Ass. Leg. SC, 1984.
- COSTA, Emilia Viotti da. *Da monarquia à república; momentos decisivos*. São Paulo, Editorial Grijalbo, 1977.
- CUNHA, Idaulo José. *Evolução econômico-industrial de Santa Catarina*. Florianópolis, FCC Edições, 1982.
- DALL'ALBA, João Leonir. *Imigração italiana em Santa Catarina - Documentário*. Caxias do Sul, Universidade de Caxias do Sul/Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes/Lunardelli, 1983.
- DEEK, José. "A colonização no Estado de Santa Catarina". In: *Guia do Estado de Santa Catarina de 1927*. Florianópolis, 1927.
- FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1975.
- FURTADO, Milton Braga. *Síntese da Economia Brasileira*. Rio de Janeiro, Livros Técnicos e Científicos, 1981.
- GROSSELLI, Renzo M. (colab. de Annarosa Gianotti) *Vencer ou morrer: camponeses trentinos (vênetos e lombardos) nas florestas brasileiras*. Florianópolis, UFSC, 1987.

- GIL, Antonio Carlos. *Técnicas de pesquisa em economia*. São Paulo, Editora Atlas, 1988.
- HEIMANN, Eduard. *História das Doutrinas Econômicas*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1976.
- HERING, Maria Luiza Renaux. *Colonização e indústria no Vale do Itajaí: o modelo catarinense de desenvolvimento*. Blumenau, Editora da FURB, 1987.
- HUBNER, Laura Machado. *O comércio na cidade do Desterro no século XIX*. Florianópolis, Editora da UFSC, 1981.
- LAGO, Paulo Fernando. *Geografia de Santa Catarina*. Florianópolis, Editora da UFSC, 1971.
- _____. *Santa Catarina: a terra - o homem - a economia*. Florianópolis, Editora da UFSC, 1968.
- _____. *Santa Catarina: dimensões e perspectivas*. Florianópolis, Editora da UFSC, 1978.
- MARQUES, José V. et alii. *A Sociedade atual*. S. l., Salvat Editora do Brasil, 1981.

- MARZANO, Luigi (Pe.). *Colonos e missionários nas florestas do Brasil*. (trad. de João Leonir Dall'Alba). Florianópolis, Editora da UFSC/Prefeitura Mun.de Urussanga, 1985.
- MATTOS, Fernando Marcondes de. *A industrialização catariense*. Florianópolis, Editora da UFSC, 1968.
- MAZZOLA, Francisco. *Monografia do município de Nova Trento*. Florianópolis, Imprensa Oficial do Estado, 1926.
- MIRA, Marli A. F. Bustamante. "A população citadina catariense", in: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina*, n. 1, 3.ª fase, 2. sem. 1979.
- NORMANO, J. F. *Evolução econômica do Brasil*. São Paulo, Editora Nacional, 1975.
- PELUSO JUNIOR, Victor Antonio. "A evolução urbana de Santa Catarina no período de 1940 a 1970", in: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina* n. 1, 3.ª fase, 2. Semestre 1979.
- _____. *O relevo do Estado de Santa Catarina*. Florianópolis, IBGE, 1952.
- PETRONE, Maria Thereza Schorer. *O imigrante e a pequena propriedade (1824-1930)*. Coleção tudo é história, 2.a edição, São Paulo, Editora Brasiliense, 1984.

PIAZZA, Walter Fernando. *Nova Trento*. Florianópolis, Imprensa Oficial do Estado, 1950.

_____. *Atlas Geográfico de Santa Catarina*. Florianópolis, Secretaria de Educação, 1970.

_____. *A colonização italiana em Santa Catarina*. Florianópolis, Edição do Governo do Estado, 1976.

_____. *Santa Catarina: sua história*. Florianópolis, Editora da UFSC/Lunardelli, 1983.

_____. *Dicionário político catarinense* (org.). Florianópolis, Edição da Assembléia Legislativa/SC, 1985.

PRADO JUNIOR, Caio. *História econômica do Brasil*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1956.

PREFEITURAS DE RODEIO, NOVA TRENTO E RIO DOS CEDROS - *Trentini nel mondo - 1875-1975: la storia leggendaria dei trentini in Brasile*. Rodeio, 1975.

ROUVER, Vanderlei. *Canelinha do Tijucas Grande*. Canelinha, Prefeitura Municipal de Canelinha, 1958.

SANTA CATARINA - GAPLAN - Gabinete de Planejamento do Governo do Estado. *Municípios catarinenses: Dados básicos*. Florianópolis, 1986.

SANTA CATARINA - Secretaria do Desenvolvimento Econômico/
IBAGESC. *Análise da indústria de transformação de Santa
Catarina*. Florianópolis, 1974.

SANTOS, Roselys Izabel Corrêa dos. *A colonização italiana no
Vale do Itajaí-Mirim*. Florianópolis, UFSC/Lunardelli,
1981.

SEYFERTH, Giralda. *A colonização alemã no Vale do Itajaí-
Mirim*. Porto Alegre, Editora Movimento/Sociedade Amigos
de Brusque, 1974.

SILVA, Sérgio Silva. *Expansão cafeeira e origem da indústria
no Brasil*. São Paulo, Editora Alfa Omega, 1985.

VALLA, Victor V. *A penetração norte-americana na economia
brasileira; 1898-1928: sempre de acordo ou nobre emula-
ção?* Rio de Janeiro, Ao Livro Técnico S/A/INL, 1978.

Universidade Federal de Santa Maria/Secretaria da Agri-
cultura de Santa Catarina. *Levantamento de solos de Santa
Catarina*. Florianópolis, 1985.